

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

Representações Sociais do Homossexualismo e Preconceito contra Homossexuais

Annelyse dos Santos Lira Soares Pereira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia
Agosto de 2004

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

Representações Sociais do Homossexualismo e Preconceito contra Homossexuais

Annelyse dos Santos Lira Soares Pereira

Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia
Agosto de 2004

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

Folha de Avaliação

Autor: Annelise dos Santos Lira Soares Pereira
Título: Representações Sociais do Homossexualismo e Preconceito contra
Homossexuais
Data da Defesa: 13/ 08 / 2004

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Raquel Rosas Torres (Presidente da Banca)
Universidade Católica de Goiás

Prof^º. Dr^ª. Helenides Mendonça (Avaliadora Interna)
Universidade Católica de Goiás

Prof^º. Dr^º. Hartmut Günther (Avaliador Externo)
Universidade de Brasília

Nota Obtida: 10,0

Goiânia
Agosto de 2004

A Deus e à família que Ele me
restituiu.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Prof^ª. Dr^ª. Ana Raquel Rosas Torres a qual me aceitou como sua aluna, orientando este trabalho com disponibilidade, competência, responsabilidade, dedicação e competência. Suas palavras de incentivo foram cruciais nos momentos de difíceis travessias.

À Prof^ª. Dr^ª. Helenides Mendonça, por sua consideração ao aceitar fazer parte da banca avaliadora e, especialmente, por suas palavras e atitudes de apoio e de carinho dedicadas à minha família.

Ao Prof^º. Dr. Hartmut Günther, por ter aceitado participar da banca examinadora, colaborando com suas sugestões ao meu estudo.

Ao Prof^º. Dr. Leoncio Camino, profissional admirável, exemplo de mestre educador, agradeço em especial por ter sido o responsável pela desenvoltura de minha visão acadêmica.

Ao Prof^º. Dr. Ramón, pela disponibilidade e afabilidade com as quais sempre me recebeu, principalmente, pelos empréstimos de seus livros de Teologia.

Aos professores Dr. Pedro Humberto, Dr. Fernando Rey e Dr. Rodolfo Petrelli pelas sugestões, apoio e compreensão por atenderem a necessidade de minha partida rumo a Lisboa nos últimos dias dos cursos por eles ministrados.

Ao Rev. Jocíder, minha gratidão e respeito. Sua ajuda foi de inestimável valor tanto na aplicação do questionário quanto por sua generosidade em dispor do seu escasso tempo ao colaborar com as “enigmáticas” traduções em grego e hebraico.

Às amigas que conheci durante as disciplinas cursadas ao longo do mestrado: Ana Cristina, Denise, Fernanda e Jaqueline, pelos dias felizes que passamos juntas.

Ao grupo de Pesquisa em Processos Grupais e a todas os colegas com os quais pude conviver durante a elaboração desta dissertação: Sheila Melo, Luciene Falcão, Raquel Maracaípe, Jordana Consorte, Juliany Guimarães, Ana Raquel Ribeiro e Saulo Teles.

À coordenação do curso de Mestrado da Universidade Católica de Goiás, particularmente, aos professores que ocuparam o cargo de coordenadores: Prof^a. Dr^a. Kátia Macedo e o Prof^o. Dr. Pedro Humberto pela eficiência e dedicação. Agradeço ainda a secretária Camila por, gentilmente, facilitar e agilizar tudo que foi preciso para um bom andamento do curso.

A todos os coordenadores responsáveis pelos seminários de Teologia pela delicadeza em aceitar colaborar com a minha pesquisa e, aos estudantes de Teologia os quais se propuseram a responder aos questionários.

À Deusivania Falcão pelo carinho de sua amizade que se configurou em uma “presença distante”. Agradeço pela leitura atenta e eficiente ao meu estudo.

Finalmente, mas não por último, agradeço a Carlos e Kathya, meus pais, e minha irmã Danielle, pelo apoio sempre presente e incondicional. E ao “meus dois amores”, Cícero e Ana Gabriella, por reforçarem dia a dia a certeza de que são os meus únicos projetos de vida e de felicidade.

Resumo

Esta dissertação analisa como as representações sociais da homossexualidade influenciam o preconceito que estudantes de teologia católicos e protestantes têm contra os homossexuais. Para tanto, realizou-se um estudo numa amostra (n = 374) de estudantes de teologia de ambos os sexos da cidade de Goiânia. Os resultados permitiram classificar o posicionamento dos estudantes com base no paradigma das novas formas de expressão do preconceito. Essa classificação refletiu a distinção entre preconceituosos flagrantes e sutis proposta por Pettigrew e Meertens (1995). As representações sociais da homossexualidade foram as principais preditoras dessa classificação. Essa representação, como propuseram Lacerda e cols. (2002), foram organizadas por cinco tipos de explicações da homossexualidade: biológicas; psicológicas; ético-morais; religiosas; psicossociológicas. Constatou-se também que o grupo de preconceituosos sutis foi formado pelos estudantes do sexo feminino, com idade mais elevada e com maior tempo de seminário. Esse grupo de estudantes foi mais frequentemente composto por estudantes católicos que representam a homossexualidade com base em explicações psicossociais e biológicas. Por outro lado, os preconceituosos flagrantes atribuem explicações ético-morais e religiosas. Esse grupo foi formado pelos estudantes protestantes com idade menos elevada e pelas estudantes com maior tempo de seminário. As discussões argumentam a favor da idéia de que as representações sociais da homossexualidade funcionam como um sistema de justificação normativo que confere aos estudantes a possibilidade de discriminar e expressar atitudes hostis em relação aos homossexuais sem ameaçar a percepção de que estariam executando ações para o bem-estar social, pois estariam ao serviço da vontade de Deus.

Abstract

This dissertation analyses the influence of the social representations about homosexuality on prejudice of theology students toward homosexuals. Male and Female theology students (n = 374) from Goiânia (Goiás) answered a questionnaire about positive, negative emotions and rejection feelings towards homosexuals, and social representations about homosexuality. The results provided a classification of the students' position using the blatant versus subtle paradigm proposed by Pettigrew and Meertens (1995). Social representations about homosexuality were organized in five kinds of explanations for the homosexuality: biological, psychological, ethic-moral, religious and psychosocial and these were the main predictors of the blatant and subtle prejudice. The "subtle prejudice" group was formed by older, catholic, female students with more time in the theological seminars. This group thought of homosexuality using psychosocial and biological explanations. The "blatant prejudice" group was formed by younger evangelic students with more time in theological seminars. They used ethic-moral and religious explanations for the homosexuality. The results suggested that social representations about homosexuality work as a normative and justifying system that allows students to discriminate and to express hostile attitudes towards homosexuals without threatening the perception that they are acting in favor of homosexuals' welfare because they – theology students – are obeying God's will.

Índice

<i>Agradecimentos</i>	v
<i>Resumo</i>	vii
<i>Abstract</i>	viii
<i>Índice</i>	ix
<i>Lista de Tabelas</i>	xi
<i>Introdução</i>	12
Capítulo 1: Preconceito	19
1.1 – Preconceito: Principais Definições	20
1.2 – Preconceito: Novas Formas de Expressão	30
1.3 – A Teoria das Representações Sociais	34
1.3.1 – A Organização do Campo Representacional	38
1.3.2 – Os Princípios Organizadores das Diferenças Interindividuais	40
1.3.3 – A Ancoragem Social dos Princípios Organizadores das Diferenças Individuais	41
1.4 – Estudos sobre Preconceito contra Homossexuais	43
1.5 – Resumo do Capítulo	48
Capítulo 2: Homossexualismo e Religião	50
2.1 – Natureza e Função Psicossocial da Religião	51
2.2 – Explicações da Homossexualidade	54
2.3 – As Bases da Interpretação da Bíblia	60
2.4 – Análise dos Versículos Bíblicos sobre o Homossexualismo	72
2.5 – Resumo do Capítulo	82

Capítulo 3: Estudo Empírico	84
3.1 – Objetivos Específicos	86
3.2 – Método	87
3.2.1 – Participantes	87
3.2.2 – Instrumentos	88
3.2.3 – Procedimentos	90
3.3 – Resultados	91
3.3.1 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito que os Estudantes de Teologia Católicos têm Contra Homossexuais	100
3.3.2 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito que os Estudantes de Teologia Protestantes têm Contra Homossexuais	103
3.3.3 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito Contra Homossexuais	105
Capítulo 4: Discussões	109
Referências	118
Anexos	134
Anexo A. Questionário Aplicado aos Estudantes Protestantes.	135
Anexo B. Questionário Aplicado aos Estudantes Católicos.	140

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1. Tipos de Argumentos e de Condenação das Interpretações das Passagens Bíblicas do Velho Testamento Relativas ao Homossexualismo.....</i>	<i>78</i>
<i>Tabela 2. Tipos de Argumentos e de Condenação das Interpretações das Passagens Bíblicas do Novo Testamento Relativas ao Homossexualismo.....</i>	<i>79</i>
<i>Tabela 3. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), Autovalor, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Rejeição a Relações de Proximidade.....</i>	<i>92</i>
<i>Tabela 4. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), Autovalor, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Expressão de Emoções em Relação aos Homossexuais.</i>	<i>93</i>
<i>Tabela 5. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), Autovalor, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Explicações da Homossexualidade.....</i>	<i>95</i>
<i>Tabela 6. Frequências, Porcentagens, Médias e Desvios Padrões (entre parênteses) da Adesão dos Grupos de Estudantes Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados nas Escalas de Rejeição à Proximidade e Expressão de Emoções.....</i>	<i>98</i>
<i>Tabela 7. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem dos Grupos de Estudantes Católicos (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.</i>	<i>101</i>
<i>Tabela 8. Matriz de Classificação (Confusion Matrix) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra de Estudantes Católicos.</i>	<i>102</i>
<i>Tabela 9. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem dos Grupos de Estudantes Protestantes (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.....</i>	<i>104</i>
<i>Tabela 10. Matriz de Classificação (Confusion Matrix) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra de Estudantes Protestantes... </i>	<i>105</i>
<i>Tabela 11. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem de Todos os Grupos de Estudantes (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.....</i>	<i>106</i>
<i>Tabela 12. Matriz de Classificação (Confusion Matrix) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra Completa.</i>	<i>107</i>

Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 2^a, § 1).

Com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DURH), que condena todas as formas de discriminação, e da declaração da UNESCO, sobre as classificações raciais, era esperado que as atrocidades contra a pessoa humana fossem gradativamente extintas (Pereira & Camino, 2003). Contudo, assistem-se, diariamente, nos meios de comunicação às várias formas de violação dos direitos fundamentais estabelecidos nessas declarações. Além disso, pesquisas transculturais mostraram que, em vários países, a tolerância dos indivíduos a grupos étnicos e minoritários tem diminuído nas últimas décadas (Halman & Moor, 1994). Por outro lado, esse fato tem levado a uma situação paradoxal no interior desses países (Camino & Pereira, 2000).

No Brasil, por exemplo, uma pesquisa realizada numa amostra representativa

da população nacional sobre preconceito racial indicou que quase 90% dos entrevistados se consideravam não preconceituosos, ao mesmo tempo em que iguais percentagens de brasileiros acreditaram que exista preconceito no Brasil (Turra & Venturi, 1995). Em outra pesquisa de âmbito nacional entre norte-americanos, 75% disseram que comprariam em uma loja de um homossexual, mas apenas 39% consultariam um médico homossexual (Henry, 1994, citado por Myers, 2000). Essa contradição parece ser um indicador de que a discriminação nas sociedades é caracterizada por novas formas de expressão (Browser, 1995; Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1998).

Para não contrariar as normas antipreconceituosas, a discriminação contra grupos minoritários sofreu mudanças na sua forma de expressão, apresentado-se de forma sutil ou encoberta. De acordo com Myers (2000), em alguns países (França, Inglaterra, Alemanha, Austrália e Holanda), o preconceito sutil apresenta as seguintes características: exagero das diferenças étnicas, expressão de pouca admiração e afeição por minorias, discriminação de minorias com base em justificativas não-raciais (ver também Pereira, Torres & Almeida, 2003). Essas formas de expressão podem ser entendidas como processos psicossociais que procuram dissimular expressões mais clamorosas e abertas do preconceito (Meertens & Pettigrew, 1999). Por isso, alguns pesquisadores chamam esse preconceito sutil de “racismo moderno” (McConahay, 1983).

Essa expressão pode ser observada na aceitação pública das normas que cobrem os comportamentos discriminatórios. A discriminação tomou nova forma de expressão, a sutil ou encoberta, em relação ao racismo e a outras formas de preconceito social. Contudo, esse argumento parece não ser adequado quando entra

em cena o estudo sobre preconceito contra homossexuais. Realmente, a expressão explícita de preconceito contra pessoas negras é muito menos comum hoje do que há quarenta anos (Myers, 2000). Atualmente, é raro encontrar uma pessoa capaz de afirmar que é contra a ampla igualdade de direitos entre negros e brancos. Do mesmo modo, ninguém sairia em público ou organizaria uma manifestação no Congresso Nacional exigindo a aprovação de uma emenda que proibisse o casamento civil envolvendo pessoas negras e brancas. Ninguém também se arriscaria a organizar um abaixo-assinado para exigir dos congressistas uma emenda constitucional exigindo que as empresas paguem a funcionários brancos 30% a mais do que pagam a funcionários negros. Isso não ocorre porque ninguém discorda de que “todos devam ter direitos iguais perante a Lei”. Contudo, relativamente a outras minorias, a adesão a esses princípios de igualdade não parece ser aplicável (Pereira, Torres & Pereira, no prelo).

Se com relação às minorias raciais ninguém organizaria manifestações abertas contra a igualdade geral e abstrata entre as pessoas perante a Lei, contra as minorias sexuais essas manifestações são frequentes, principalmente as organizadas pelos movimentos religiosos. Do mesmo modo, o debate sobre a aplicação da igualdade de direitos aos homossexuais vem sendo motivo de discussão na mídia, seja em relação ao reconhecimento legal das uniões homossexuais, seja em relação à adoção de crianças por casais homossexuais, ou mesmo em relação à ordenação do ministério eclesiástico por pessoas envolvidas em estilos de vida homossexuais.

Especificamente, o posicionamento da Igreja em relação ao homossexualismo tem sido motivo de polêmica (Brash, 1998), principalmente porque esse posicionamento parece contrariar o princípio geral de “igualdade entre todos perante a Lei”. O problema aqui parece ser o de que os movimentos religiosos encontram-se

numa “encruzilhada” normativa. Se por um lado nenhum movimento religioso é contrário aos valores da igualdade que fundamentam as normas antipreconceituosas, por outro lado, esses movimentos clamam a defesa de outro código normativo, cujos princípios alimentam sua própria existência: as suas interpretações das Escrituras Sagradas. Este é outro motivo que levou a homossexualidade a se tornar tema de debate importante no movimento religioso e no Conselho Mundial de Igrejas e tem despertado divergências acaloradas em diversas Igrejas evangélicas. A título de ilustração, alguns luteranos, embora contrários à ordenação de homossexuais, chegam a reconhecer que seria um engano expulsar os homossexuais das celebrações religiosas com proporções semelhantes à segregação ocorrida na mesa da comunhão, embasada num critério racial, levada a cabo por cristãos sul-africanos durante a apartheid (Brash, 1998). Outros, ao contrário, apresentam idéias mais conservadoras, defendendo a proibição completa dos homossexuais nos templos religiosos. Entretanto, em jogo nesse debate está a compreensão de doutrinas centrais como a natureza da Igreja, seu ministério e a interpretação da Bíblia.

Segundo Schwartzman (2003), na visão do Vaticano, recentemente reafirmado pela publicação do *Lexus*, o que estaria em jogo seria muito mais do que direitos dos homossexuais, pois como a moral é incondicional, transgredir num detalhe seria renunciar ao dogma (i.e., o que estaria em risco não seria uma simples tradição, mas a própria base lógica sobre a qual a Igreja se assenta). Pois, se o que Deus disse aos homens não precisa ser cumprido, a própria Igreja não seria necessária existir. Parece ser em nome da existência da Igreja que os movimentos religiosos se organizam para, sincronicamente, condenar a ampliação dos direitos civis dos homossexuais, mesmo que isso contradiga os princípios igualitários, os quais a própria Igreja afirma endossar.

Nesse sentido, parece correto afirmar que a expressão do preconceito contra homossexuais segue uma lógica diferente da expressão do preconceito contra outros grupos. Em outro estudo a respeito desse tema, Lacerda, Pereira e Camino (2002) mostraram que, diferente do preconceito racial e do sexismo, a homofobia é tão flagrante quanto sutil em estudantes universitários da Paraíba. Outrossim, ofereceram uma contribuição conceitual acerca da natureza do preconceito ao apresentarem uma definição menos psicológica e mais psicossociológica do preconceito situando-o no quadro específico das relações de poder entre os grupos e, analisando o fenômeno do preconceito contra os homossexuais como sendo a expressão das representações sociais sobre a natureza da homossexualidade. Ao apresentar uma metodologia específica do estudo das representações sociais, até então inédita no Brasil, o artigo relaciona as expressões que os grupos dão para a homossexualidade com o preconceito. Os resultados de Lacerda e cols. indicam que a pertença religiosa não influencia a distinção entre preconceito flagrante e sutil. Contudo, são as explicações religiosas e sua relação com as explicações ético-morais da homossexualidade os fatores organizadores das distinções entre preconceituosos flagrantes e sutis. Essa centralidade das explicações religiosas na ausência de influência do tipo de religião leva a necessidade de se estudar de forma mais detalhada às relações entre explicações da homossexualidade e preconceito contra homossexuais, principalmente num contexto religioso.

Nesta dissertação, entretanto, a pertença religiosa é apresentada como variável importante no estudo dos tipos de explicações dadas ao homossexualismo. A finalidade deste estudo é saber quais são as relações existentes entre as explicações

dadas por estudantes de teologia católicos e protestantes para a homossexualidade¹ e o preconceito desses estudantes de teologia contra os homossexuais. Especificamente, pretende-se analisar as relações existentes entre as explicações dadas por estudantes de teologia católicos e protestantes para a homossexualidade e o preconceito contra os homossexuais que eles expressam, avaliando como essas explicações estão associadas ao preconceito. A definição dos parâmetros do estudo como sendo a análise das representações que católicos e protestantes têm da homossexualidade é respaldada nas publicações dos últimos dados sobre a população religiosa brasileira (IBGE, 2000). O Censo de 2000 mostrou que 74% da população brasileira, quando questionada a respeito da religião a qual pertence, se considera católica. O Censo mostrou também que cerca de 15% da população considera-se evangélica. Todas as outras religiões, juntas com aqueles que declaram não ter religião, atraem a afiliação de 11% da população. Com base nesses dados este estudo analisa o preconceito contra homossexuais em estudantes de teologia das duas maiores correntes religiosas do país.

No primeiro capítulo, são analisadas as principais teorias sobre o preconceito e sobre suas novas formas de expressão. São relatados os níveis de análise e o tipo de processamento empregado na sua expressão, se flagrante ou sutil. Em seguida, apresenta-se a teoria das representações sociais como perspectiva de análise necessária para a compreensão dos processos psicossociais subjacentes à discriminação contra os grupos minoritários. O segundo capítulo apresenta as bases histórico-filosóficas das concepções que tanto católicos quanto protestantes podem ter sobre a natureza da homossexualidade. Adicionalmente, é apresentado o debate entre religiosos (católicos e protestantes) e o movimento de defesa dos direitos das

¹ Na Encyclopedia of Bioethics (1978), Reich dá uma definição de homossexualidade como “uma predominante, continuada e exclusiva atração psicosssexual por membros de mesmo sexo”. p. 667.

minorias sexuais sobre a condenação ou a falta de condenação bíblica da homossexualidade. O terceiro capítulo descreve um estudo empírico sobre o tipo de religião, as explicações da homossexualidade e o preconceito contra homossexuais. O objetivo é analisar a relação entre a adesão dos estudantes de teologia católicos e protestantes a diversos tipos de explicações sobre a homossexualidade e o preconceito contra os homossexuais. Finalmente, no quarto capítulo, são discutidos, à luz da teoria das Representações Sociais, os resultados obtidos na pesquisa demonstrando que as explicações da homossexualidade funcionam como um sistema de justificação normativo que confere aos estudantes a possibilidade de discriminar e expressar atitudes hostis em relação aos homossexuais sem ameaçar a percepção de que estariam executando ações para o bem-estar social, pois estariam a serviço da vontade de Deus. Nesse sentido, o estudo das concepções sobre a natureza da homossexualidade insere a análise do tema no quadro dos estudos que formam a perspectiva das Representações Sociais.

Capítulo 1: Preconceito

Na maioria das vezes, nós não observamos primeiro para depois definirmos, nós definimos primeiro para depois observarmos (Lippmann, 1922, p. 81).

Este capítulo relata as concepções sobre preconceito nas pesquisas desenvolvidas na Psicologia Social sobre o tema. No primeiro momento é apresentada uma revisão da literatura sobre as principais definições de preconceito propostas por autores que têm estudado este assunto. Em seguida, relatam-se as novas formas de preconceito. Finalmente, apresenta-se a abordagem do preconceito na perspectiva das Representações Sociais (Moscovici, 1978) e as investigações sobre preconceito contra homossexuais (Lacerda & cols. 2002).

O critério de interpretação das definições sobre o preconceito é o proposto por Doise (1982). Esse autor distingue quatro níveis de análises nas explicações elaboradas pelos psicólogos sociais para os fenômenos sociais: intraindividual; interindividual; intergrupar e societal. As explicações intraindividuais são as que analisam os fenômenos sociais com base em motivações psicológicas do indivíduo ou com base em estruturas ou traços de personalidade. No nível interindividual, as explicações são baseadas nas relações que ocorrem entre um indivíduo e outro indivíduo em uma dada situação. No nível intergrupar, são destacadas as relações que os grupos sociais mantêm com os outros grupos, sendo os fenômenos sociais

dependentes da identificação dos indivíduos com esses grupos. No nível societal, as explicações baseiam-se nas ideologias subjacentes à forma como os grupos sociais se relacionam (para uma revisão, ver Camino, 1996). Acredita-se que as diversas teorias sobre o preconceito podem ser classificadas e entendidas com base nesses níveis de análise.

1.1 – Preconceito: Principais Definições

O estudo sobre o preconceito surgiu por volta da metade do século XX, apesar da história revelar que a percepção, por parte de um grupo de pessoas, da suposta supremacia de uma raça, cultura, nação e gênero estiveram sempre presentes (Snowden, 1995). De fato, como argumenta Ferriols (2003):

as perguntas que guiam as investigações dos psicólogos sociais até os anos 20-30 têm menos haver com os estudos sobre o preconceito do que estabelecer o que diferencia uma raça de outra. Até este momento temos uma psicologia social das raças e não uma psicologia social do preconceito (p.93).

Foi ao longo dos anos 20 do século passado que a comunidade científica americana e europeia se preocupou com esta questão. Surgiu, então, o conceito de preconceito como tema a ser cientificamente estudado. Contribuiu para isso a idéia de que as discriminações contra indivíduos de grupos minoritários poderiam não estar fundamentada em justificativas racionais e factuais (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2000).

Neste momento, faz-se necessário ressaltar a diferença entre preconceito e

discriminação. A discriminação é um comportamento negativo ou um conjunto de ações programadas contra um grupo, baseadas em julgamentos prévios sobre a natureza supostamente negativa dos membros desses grupos (Myers, 2000). Já o preconceito é um desses julgamentos prévios e, nesse sentido, Jones (1972) definiu-o como um julgamento negativo contra membros de uma raça, religião ou ocupante de determinado estatuto social.

Com a emergência da perspectiva da cognição social (Fiske & Taylor, 1991), o preconceito passou a ser explicado através dos vieses psicológicos responsáveis pelos erros no processamento das informações e dos julgamentos sociais (Schaller, 1991). Aqui, a estereotipagem seria o viés central na formação do preconceito (Haslam, 1997; Lepore & Brown, 1997). Os estereótipos são características atribuídas às pessoas baseadas no fato delas pertencerem a um grupo social (Oakes, Haslam & Turner, 1994). Essa perspectiva, entretanto, tem sido criticada, sobretudo, com relação ao fato de que, explicando o preconceito através de processos psicológicos individuais, seus autores minimizam fatores situacionais e ideológicos que podem ser mais poderosos na determinação desse fenômeno (Martínez, 1996). O preconceito e o estereótipo, portanto, são as bases psicossociais que organizam os comportamentos discriminatórios.

Esse conceito também pode ser encontrado no Dicionário do Pensamento Social do Século XX: “um julgamento prévio, rígido e negativo sobre um indivíduo ou grupo, o conceito deriva do latim *prejudicium*, que designa um julgamento ou decisão anterior, um precedente ou um prejuízo” (Outhwaite & Bottomore, 1993, p. 602). Portanto, o preconceito refere-se a um julgamento categórico antecipado que têm componentes cognitivos (crenças, estereótipos), componentes afetivos (antipatia, aversão) e aspectos avaliativos ou volitivos (como as disposições contrárias às

políticas públicas destinadas a diminuir as diferenças entre os grupos) (Outhwaite & Bottomore, 1993).

O preconceito tem sido objeto de estudo de relevância para a Psicologia Social. Trata-se de um fenômeno desenvolvido no quadro das relações de conflito entre grupos sendo entendido, principalmente, como uma atitude hostil contra um indivíduo ou grupo, embora etimologicamente a palavra ‘preconceito’ possa indicar também uma atitude positiva (Brown, 1995)².

Apesar da existência das várias definições a maioria dos psicólogos sociais define o preconceito como uma atitude socialmente orientada contra um grupo ou contra um indivíduo por ser membro de determinado grupo social (Brown, 1995). Paralelamente às tentativas de encontrar uma definição mais precisa para este construto, foram desenvolvidas teorias que tentam sistematizar as causas das tensões e hostilidades intergrupais. Isto significa que, na maioria das vezes, as definições de preconceito confundem-se com as causas sistematizadas.

Uma das mais conhecidas é a teoria da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950). Os autores dessa teoria analisam o tema do preconceito como sendo uma manifestação particular de personalidade patológica, i.e., concebendo o preconceito como um tipo de personalidade (Brown, 1995). Neste sentido, Adorno e cols. (1950) defenderam que a ‘personalidade autoritária’ é a origem do preconceito. Conforme estes autores, as diferenças de personalidade podem ter origem na socialização da criança na família. Esse pensamento foi influenciado pela teoria psicanalítica que atribuía explicações psicodinâmicas ao apoio popular dado a alguns chefes de Estados europeus: Hitler,

² Um exemplo típico de preconceito positivo ocorre no ‘chavão’ popular que estereotipa, e.g., a idéia que os britânicos são pessoas pontuais, ou na idéia que os italianos são pessoas apaixonadas e os holandeses confiáveis (Myers, 2000).

Mussolini e Franco. A teoria de Adorno e cols. foi também fortemente influenciada pelas idéias Freudianas, ao defender que no desenvolvimento da personalidade ocorre à repressão e o redirecionamento das pulsões individuais para grupos sociais existentes.

A teoria desenvolvida por Adorno e cols. (1950) apresentou a idéia de que algumas pessoas, em função do tipo de educação recebida em seus lares, expressam uma tendência ao autoritarismo. Essas pessoas teriam uma personalidade formada por algumas características básicas: rigidez, intolerância, conservadorismo, tendência à punição e submissão a figuras de autoridade. Assim, o pressuposto principal desta teoria é o de que as pessoas seriam propensas a se tornar preconceituosas em suas relações. Estas pessoas seriam fortemente autoritárias e de forte rejeição ao exogrupo (Rodrigues & col., 2000).

Brown (1995) afirmou que um dos principais exemplos de análise intra-individual da natureza do preconceito é a teoria da personalidade autoritária elaborada por Adorno e cols. (1950). Essa teoria procurou articular a filosofia Marxista com a análise Freudiana do papel da dinâmica familiar nos processos psicodinâmicos constitutivos da estrutura da personalidade. Com base nessa articulação, Adorno e cols. propuseram um instrumento de medida (Escala F) para várias formas de preconceito público, por exemplo, anti-semitismo, etnocentrismo. O princípio organizador desses preconceitos seria exatamente uma estrutura de personalidade autoritária. Contudo, essa teoria foi severamente criticada tanto teoricamente quanto metodologicamente (Pettigrew, 1958; Rodrigues & cols., 2000). As principais limitações dessa teoria foram sintetizadas por Brown (1996), subdivididas em três categorias de problemas:

Primeiro, por situar o preconceito na dinâmica da personalidade individual, ela tende a negligenciar os fatores sócio-culturais, os quais são freqüentemente muito mais poderosos determinantes. (...) O segundo problema é a incapacidade da abordagem da personalidade para explicar a ampla uniformidade do preconceito em certas sociedades ou em subgrupos dentro das sociedades. Se o preconceito for explicado pelas diferenças entre as pessoas, como ele pode ser manifesto em toda uma população ou ao menos na maior parte das pessoas? (...) O terceiro problema se refere à especificidade histórica do preconceito. (...) Exemplos como esses sugerem fortemente que as atitudes que membros de diferentes grupos mantêm entre si têm mais haver com as relações objetivas entre os grupos – relações de aliança ou conflito político, interdependência econômica e assim por diante – do que com relações familiares nas quais eles se desenvolveram (p. 533).

Outra perspectiva sobre o preconceito foi proposta por Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears (1939). A teoria da frustração-agressão desenvolvida por esses autores pode ser considerada uma das primeiras análises psicossociológicas do preconceito e da discriminação. Contudo, o foco desses autores não era o preconceito, mas sim a análise das causas da agressão destacando a natureza instintiva dos impulsos agressivos. De acordo com Dollard e cols. a frustração sempre leva a alguma forma de agressão. A frustração é “qualquer coisa” que impede o alcance de objetivos e sempre leva a alguma forma de agressão. Neste prisma, a frustração aumenta quando a motivação para alcançar um objetivo é muito forte, quando se espera realização e quando o bloqueio é completo. Para explicar como estes impulsos levam a comportamentos agressivos os autores lançaram mão

de dois conceitos psicanalíticos: deslocamento³; sublimação⁴. A energia agressiva não precisa explodir diretamente contra sua fonte, ou seja, pode ser deslocada para alvos distintos das causas da frustração ocorrendo, assim, a transferência da hostilidade inicial para alvos mais acessíveis (Myers, 2000).

A teoria da frustração-agressão sofreu algumas reformulações, adaptando-a para a compreensão do preconceito. Essa adaptação é conhecida como a hipótese do “bode -expiatório” (Monteiro, 2000). Mesmo assim, os princípios básicos permaneceram na idéia de que quando indivíduos ou grupos são frustrados, estes tendem a deslocar sua agressividade para grupos distintos ao seu e de menor poder e maior rejeição por parte do indivíduo ou grupo frustrado (Rodrigues & cols., 2000). Um exemplo clássico desse tipo de processo foi explicitado por Hovland e Sears (1940). Eles mostraram a existência de correlação consistente entre indicadores econômicos e linchamentos de negros no Sul dos EUA (i.e., quanto maior a recessão, maior a quantidade de linchamentos e assassinatos de negros). A interpretação para esse efeito foi de que a agressão não era direcionada para a verdadeira fonte da frustração (o sistema capitalista que causou a recessão no país), mas para um alvo mais vulnerável e mais acessível, os membros de grupos minoritários (Brown, 1996).

As críticas relativas a essa teoria questionam o pressuposto de que o preconceito intergrupal pode resultar do deslocamento da agressão para alvos relacionados. A ressalva em relação à hipótese do deslocamento ocorre devido ao

³ Este conceito da teoria psicanalítica relaciona-se com a hipótese de economia psíquica. Tratar-se-ia de uma energia de investimento suscetível de se desligar das representações e de deslizar por caminhos associativos. O processo “total ou primário” define -se pelo deslocamento da energia de uma representação para outra (Laplanche & Pontalis, 2001).

⁴ Freud recorre à noção de sublimação para tentar explicar certos tipos de atividades alimentadas por um desejo que não visa, de forma manifesta, um objetivo sexual. Por exemplo, a criação artística ou a investigação intelectual e, em geral, atividades a que uma dada sociedade confere grande valor. Esta hipótese está subjacente ao estudo de Freud sobre Leonardo da Vinci (Laplanche & Pontalis, 2001).

fato de que não é observado razão objetiva correspondente aos alvos atingidos pela atitude discriminatória, pois esses alvos são aparentemente “ínocentes”. Portanto, a questão principal seria prever o alvo disponível já que não ocorre razão determinada, pois o que ocorre é algo de natureza intermediária entre a semelhança percebida e a fonte da frustração (Miller, 1948; Horowitz, 1973). Neste sentido, a discriminação e a agressão podem estar relacionadas não com a frustração objetiva mas com a percepção de privação intergrupar (Myers, 2000). Tal como reflete Brown (1996):

Talvez o mais serio destes problemas foi o consistente resultado de que os níveis absolutos de privação e frustração frequentemente são instigadores menos potentes da agressão do que o sentimento de privação relativa. (...) Outra crítica à abordagem da frustração-agressão é que ela assume que o comportamento intergrupar é primariamente emocionalmente dirigido (i.e, pela frustração) ao invés de ser meta-dirigido (p.534).

Neste contexto, a teoria da privação relativa (Stouffer, Suchman, DeVinney, Star & Williams, 1949) surgiu da necessidade de alterações no quadro teórico da frustração-agressão. Essa teoria realçando a natureza subjetiva e relativa da frustração. Neste sentido, Brown (1996) destacou nesta teoria a passagem de um nível de análise interindividual para um intergrupar devido à suposição de que o mesmo modelo não deve explicar nem descrever os fenômenos que ocorrem ao nível das relações interindividuais e nas relações entre grupos. Portanto, a teoria da privação relativa deslocou o estudo sobre a discriminação e a agressão das idéias intuitivas para a idéia da emergência de crenças e percepção da injustiça social, que tanto podem ocorrer em contextos dominantes como dominados (Monteiro, 2000).

Em outra perspectiva, Allport (1954) desenvolveu a teoria que postulava a ausência de contato interpessoal como causa do preconceito. Este autor traçou as linhas fundamentais que definem as principais perspectivas de análise do preconceito na atualidade na abordagem da Psicologia Social. Para Allport, o preconceito é uma atitude hostil ou negativa contra um indivíduo, baseado no fato deste indivíduo pertencer a um grupo desvalorizado socialmente (Allport, 1954). Portanto, essa atitude seria constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Lima, 2002).

De uma forma geral, as mais importantes análises do preconceito derivam-se da idéia representada na obra desenvolvida por Allport (1954). Seu principal eixo é o que estabelece as ligações entre preconceito e cognição social como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte daquele grupo (Allport, 1954). A partir destas idéias o estudo do preconceito na perspectiva da cognição social passou a descrevê-lo como um erro no processamento da informação. Existem nas mais modernas definições do preconceito dois aspectos que se repetem. A primeira define o preconceito enquanto uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos. A segunda se refere a algo que é aversivo e não justificado, irracional, errado e inflexível (Augoustinos & Reynolds, 2001).

Entretanto, foi Rokeach (1960) que acrescentou a dimensão cognitiva ao problema do etnocentrismo. Rokeach descreveu o autoritarismo como independente do contínuo político (direita/esquerda) proposto inicialmente por Adorno e cols. (1950). Rokeach elaborou a hipótese de que a rigidez do estilo de pensamento

encontrada nos fascistas, racistas ou em pessoas de extrema-direita não era uma característica exclusiva dessas pessoas que possuíam uma “personalidade autoritária”, mas se encontravam em muitos outros indivíduos e grupos. A hipótese da “open mind” (Rokeach, 1960) consiste em explicar o comportamento social com base nos processos psicológicos do indivíduo, ou seja, em explicações intrapsíquicas. As idéias de Rokeach (1960) caracterizam-se de forma distinta das proposições dos outros estudos desenvolvidos a nível intraindividual, nomeadamente as da teoria da frustração-agressão e da personalidade autoritária. Para Rokeach, o preconceito é uma manifestação da percepção de diferença cultural em geral, devido a este defender a idéia de que esse construto estaria na percepção de diferença nas crenças e não na pertença concreta dos indivíduos nos grupos sociais. Neste sentido, o preconceito não seria de natureza racial, sexual ou religiosa, mas intelectual. Ou seja, tanto o preconceito quanto o etnocentrismo decorriam de um estilo cognitivo, a “mente fechada” (closed mind), ou o dogmatismo, caracterizado pela dificuldade em tratar nova informação e conciliar ponto de vista diferente. Neste contexto, o etnocentrismo seria o principal preditor da discriminação e do preconceito intergrupais. Em suas formas menos intensas, o etnocentrismo pode significar apenas uma atitude positiva em relação ao próprio grupo. Mas, de modo geral, o termo também implica alguns sentimentos de superioridade do grupo em comparação com outros grupos a que não se pertença (LeVine & Campbell, 1972).

Já Sherif, Harvey, White, William e Sherif (1961) formularam uma investigação sobre a importância da oposição de interesses na construção do preconceito. Esse estudo foi desenvolvido em três etapas distintas, observadas em amostra constituída de meninos de 11 e 12 anos num acampamento de férias. Faz-se necessário ressaltar que esses indivíduos não se conheciam e estabeleceram uma

relação de amizade através das atividades lúdicas estabelecidas no acampamento. Na primeira fase, analisaram-se as coesões grupais. Na segunda fase, os indivíduos foram divididos aleatoriamente em dois grupos e colocados em situação de competição e conflito. A hipótese formulada foi a de que se os dois grupos percebessem que para conseguir êxito em suas metas seria necessário o fracasso do outro grupo, seus membros se tornariam hostis entre si. Esta hipótese foi confirmada por terem sido constatadas tanto a atitude preconceituosa quanto o comportamento efetivamente discriminatório. A terceira fase da investigação buscou a eliminação das tensões estabelecidas experimentalmente nos estágios da pesquisa que se antecederam. Isso foi revertido através de atividades de cooperação onde os objetivos foram comuns aos grupos, e que só poderiam ser alcançados caso todos os integrantes se unissem para trabalhar em conjunto. Portanto, a hostilidade foi eliminada quando os grupos se aliaram para alcançar objetivos realmente importantes para a promoção do bem comum (Sherif & cols., 1961).

Já Tajfel (1978), diferentemente de Rokeach (1960) e de Sherif e cols. (1961), apresentou uma teoria intergrupar do preconceito ao situar o problema das hostilidades entre os grupos não apenas nos mecanismos cognitivos, nem nos conflitos realistas intergrupais. Para ele, as hostilidades e os preconceitos seriam decorrentes dos processos de categorização social. Sua abordagem, que situa a categorização no quadro das relações entre os grupos, é classificada no terceiro nível das teorias psicossociais elaborada por Doise (1982).

Os estudos que se basearam no paradigma do grupo mínimo⁵ mostraram que o

⁵ Paradigma do grupo mínimo é a expressão designada para descrever o delineamento experimental básico dos estudos conduzidos por Tajfel (1982). Em síntese, os sujeitos das pesquisas são informados de que eles fazem parte de um grupo com mínima relevância social. Em seguida, os sujeitos executam uma tarefa de distribuição de recursos ao seu grupo (e.g. klenneanos) e ao outro grupo (e.g. kandinskyanos). Os resultados principais revelam que a mera categorização em um ou outro grupo

preconceito resulta da inserção do indivíduo numa dada categoria social (Tajfel, 1978). Nesse caso, a pertença a uma categoria ou grupo social leva à atribuição de características positivas aos membros desse grupo e negativas aos do outro grupo. Este favoritismo endogrupal foi explicado pela teoria da identidade social (Tajfel, 1982) como sendo o resultado de uma motivação à manutenção de uma auto-estima positiva que é construída através de uma imagem favorável do endogrupo e uma desfavorável do outro grupo.

Essa base motivacional foi criticada pelos autores que explicam a identidade social com base nas relações de poder entre os grupos (Camino, 1996; Doise, 1976). Nessa perspectiva, o preconceito é concebido como uma forma particular de relação intergrupala onde, no quadro específico das relações de poder entre os grupos, desenvolvem-se e são expressas atitudes negativas e depreciativas, bem como comportamentos hostis e discriminatórios contra membros de um grupo social por serem membros desse grupo (Camino & Pereira, 2000). Acrescenta-se a essa perspectiva o estudo das normas sociais que modulam a expressão do preconceito e de comportamentos discriminatórios (Lima, 2002). São exatamente as pressões normativas sobre a manifestação do preconceito que tem levado ao estudo das novas formas de expressão do preconceito.

1.2 – Preconceito: Novas Formas de Expressão

As teorias sobre a manifestação do preconceito, apresentadas até aqui, foram elaboradas num período em que as manifestações das hostilidades intergrupais ainda eram fortemente influenciadas pelas concepções ideológicas que sublinhavam a

leva os indivíduos a atribuir mais recursos ao seu grupo de pertença. Esse resultado, chamado de viés endogrupal, é a base empírica que originou a teoria da identidade social.

crença, defendida pela própria ciência, de que os seres humanos eram hierarquicamente diferentes. As diferenças biológicas percebidas eram interpretadas como variando conforme diferenças entre raças (Rex, 1986). Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com as subseqüentes Declarações de Direitos Humanos associadas à queda do mito da hierarquia racial, surgem novos princípios normativos que passaram a negar a possibilidade das diferenças fenotípicas entre os grupos (e.g., cor da pele) determinarem as diferenças psicológicas e culturais entre os membros desses grupos (Pereira & cols., 2003). Isso significa que a justificação para a discriminação dos grupos minoritários com base em critérios biológicos ou raciais passou a ser antinormativa.

Mas como os grupos sociais passariam a explicar e justificar as diferenças de estatuto social entre eles? Na medida em que as justificativas raciais passaram a ser antinormativas, aumentou o apoio à crença de que essas diferenças são devidas às dessemelhanças culturais entre os grupos (Vala & cols., 1999). Ao transferir a justificativa para o eixo das diferenças culturais, os grupos majoritários, implicitamente, passaram a argumentar que existe uma hierarquia cultural responsável pelo sucesso de alguns povos do mundo (Pereira & cols., 2003). Neste sentido, Schwarcs (1993), argumentou que as novas teorias sobre o preconceito entendem que as justificativas para a discriminação intergrupar são baseadas mais na crença numa suposta hierarquia cultural do que numa suposta hierarquia genética entre raças. Seria esse o conteúdo das idéias preconcebidas sobre a natureza dos grupos alvo da discriminação?

De acordo com Pereira e cols. (2003), essa seria realmente a estratégia encontrada pelos grupos majoritários para driblar as normas anti-racistas. Essas estratégias são discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem,

aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001). Paradoxalmente, esses discursos têm conseguido justificar processos discriminatórios em nome da justiça e da igualdade universais, permitindo descrever o preconceito com base nos discursos que pregam a defesa irrestrita dos valores igualitários e, ao mesmo tempo, opor-se às ações coerentes com esses valores.

Esse processo é o que explica o aumento da violência racial (Oliveira, Lima & Santos, 1999), mesmo sob uma legislação que coíbe a expressão de manifestações explícitas de discriminação. Diante desse processo, os estudos psicossociológicos sobre o preconceito e a discriminação passaram a tentar identificar, nos últimos anos, tipos menos flagrante de preconceito (Meertens & Pettigrew, 1999). Esses estudos levaram ao desenvolvimento de novas teorias para compreender suas formas de expressão (Gaertner & Dovidio, 1986; Kinder & Sears, 1981; McConahay, 1983). Atualmente, essas teorias defendem que o preconceito se apresenta de forma sutil, ou encoberta, sem contrariar as normas antipreconceituosas desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial (Vala & cols., 1998, 1999). Foi a partir desta idéia que Pettigrew e Meertens (1995) realizaram um estudo em que o preconceito contra minorias raciais na Europa apareceu formado por duas dimensões: flagrante e sutil.

O preconceito flagrante foi constituído por dois fatores: percepção de ameaça e rejeição às relações de proximidade. O preconceito sutil apresentou três componentes: a percepção de que o exogrupo não adere aos valores do trabalho e do sucesso; a acentuação das diferenças culturais; e a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo. Da combinação dessas dimensões, Pettigrew e Meertens (1995) derivaram três tipos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, os com alta rejeição à proximidade e negação de emoções positivas; preconceituosos sutis, os com pouca rejeição à proximidade e negação de emoções positivas; e

igualitários ou não preconceituosos, os com baixa rejeição à proximidade e expressão de emoções positivas.

Nesse sentido, a análise do preconceito contra grupos minoritários não pode negligenciar o papel normatizador das ideologias que organizam as leis psicológicas que regem os processos cognitivos e motivacionais. Em consonância com esses pressupostos, trabalhos mais recentes (Jost & Banaji, 1994) têm evidenciado a importância dos sistemas de justificação para o estudo do preconceito e sua integração com conceitos como ideologia, percepção de justiça social e legitimidade do contexto intergrupar (Jost & Major, 2001). Outra vertente de investigações que pode ser incluída neste grupo seria aquela em que o preconceito é estudado como sendo um fenômeno social que estaria ancorado em uma rede de representações sociais (Moscovici, 1978) as quais serviriam para justificar o preconceito e a discriminação (Pereira & cols., 2003). Assim, a definição de preconceito que orienta esta dissertação descreve-o como um tipo de representação que os grupos majoritários criaram sobre a natureza supostamente positiva de seu grupo e, também supostamente, negativa do grupo discriminado. Desta forma, parece fazer mais sentido falar em representações preconceituosas. A função dessas representações seria implementar práticas discriminatórias contra o grupo alvo do preconceito com o objetivo de justificar a situação de dominação dos grupos majoritários. Portanto, este trabalho situa o estudo do preconceito contra os homossexuais no quadro geral da teoria das Representações Sociais. Mas, qual a perspectiva sobre as representações é mais coerente para o estudo do preconceito?

1.3 – A Teoria das Representações Sociais⁶

As representações sociais foram descritas por Moscovici (1976) em seu livro *La psychanalyse, son image et son public*. Seu objetivo foi estudar os processos psicossociológicos subjacentes ao modo como uma teoria científica, a Psicanálise, foi transformada em conhecimento de senso comum. Depois que Moscovici (1976) publicou sua obra, muitos autores em todas as ciências sociais passaram a utilizar a noção de representações sociais, de modo que atualmente concebe-se o campo de pesquisa iniciado pela *Teoria das Representações Sociais* como dotado de um objeto com realidade própria capaz de constituir um ponto sólido no desenvolvimento da Psicologia Social (Palmonari & Doise, 1986).

De acordo com essa teoria, representações sociais são “sistema de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material (...) um corpo organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças à qual os homens tornam inteligíveis a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (Moscovici, 1978, p. 79).

Entretanto, esse conceito tem sido amplamente criticado. Essas críticas referem-se, sobretudo, as ambigüidades da definição utilizada para descrever as representações, pois seu conceito é idêntico aos de outros construtos estudados na Psicologia Social, tais como os de sistemas de valores, atitudes, crenças, ideologia. De fato, Álvaro (1995) apontou que a noção de representações sociais, descrita por Moscovici (1976), é quase indistinguível do conceito de representações coletivas de

⁶ Uma versão ampliada das idéias apresentadas neste tópico foi publicada na revista Estudos, 30 (1), 61-84.

Durkheim (1978). Na verdade, o que as diferencia, segundo Moscovici (1976), é o caráter dinâmico das representações sociais frente ao caráter estático das coletivas.

Além disso, por se tratarem de uma classe abstrata de crenças, as representações coletivas funcionam como elementos explicativos da realidade social enquanto as representações sociais são “fenômenos que precisam ser descritos e explicados” (Moscovici, 1984, p. 19). Contudo, a imagem de Durkheim como “defensor de uma mente grupal é, em parte, incorreta” (Álvaro, 1995, p. 76), uma vez que “a noção de representação coletiva faz referência a uma construção simbólica de caráter social gerada no curso da interação” (p. 76). Essa reflexão denotou a ampla similaridade entre os processos de construção simbólica das representações sociais e das representações coletivas.

Uma definição para representações sociais que parece ser mais objetiva do que a proposta por Moscovici (1978) é a apresentada por Jodelet (1989) como sendo “uma modalidade de conhecimentos, socialmente elaborada e compartilhada, com o objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 36). Essa definição, mesmo sendo mais específica do que a proposta por Moscovici (1978), caracteriza as representações sociais com base em sua natureza consensual. Contudo, a ênfase nessa característica apresenta um certo grau de contradição relativamente aos resultados de Moscovici (1978), expressas em sua investigação sobre as representações sociais da psicanálise.

Esses resultados (Moscovici, 1978) mostraram que dependendo do objeto representado (a psicanálise) e do contexto social (os diferentes sistemas comunicativos), as pessoas utilizam diferentes formas de operações cognitivas e de regras de inferências para compreender e explicar o seu ambiente social. Mas em que se distingue a teoria de Moscovici (1978) de outras abordagens teóricas na

compreensão desse fenômeno? Sabe-se que, por exemplo, na perspectiva da cognição social o indivíduo é descrito com base em propriedades psicológicas que o permite desenvolver, no processamento de informações, estruturas cognitivas próprias que transformam e processam dados concretos do meio ambiente (Fiske & Taylor, 1991), onde as informações processadas não são cópias da realidade, mas construções pessoais dos indivíduos.

A teoria das representações sociais não nega que os indivíduos utilizam uma lógica para fazer inferências, mas considera que essa lógica é social. Para explicar essa lógica, Moscovici (1978) argumentou que o funcionamento do pensamento dos indivíduos depende de um sistema cognitivo – que executa as operações – e de um meta-sistema social – que controla e estabelece as regras do processamento das informações. Esses dois sistemas explicam como o conhecimento científico é transformado em saber de senso comum, pois se “no nível do indivíduo as transformações são executadas pelas regras de inferência, no nível coletivo elas são executadas pelas regras da comunicação” (Moscovici, 1978, p. 167).

No caso das representações sociais da psicanálise, a integração entre esses dois sistemas permitiu identificar quatro características centrais à compreensão da natureza dessas representações (Moscovici, 1976): a) não existe uma representação única da psicanálise; b) as pessoas avaliaram o discurso e a prática analítica a partir de sua pertença social, política e religiosa; c) a elaboração da representação efetua-se sempre da mesma forma: as informações mais relevantes são retiradas de seu contexto original e reorganizadas num sistema teórico integrado na cultura do grupo em questão. Essa fase é chamada de reconstrução, pois os elementos da teoria científica, ao serem descritos através de metáforas, são transformados em saber de senso comum; d) as representações permitem que as pessoas categorizem as

informações sobre o ambiente social. Assim, sua função mais importante é categorizar pessoas e objetos que auxiliem na interpretação do ambiente social.

Com base nesses resultados, Moscovici (1978) conclui que os três sistemas comunicativos mantêm sua singularidade. Segundo Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993), essa conclusão é central à compreensão da natureza das representações sociais porque implica dizer que as definições de representações sociais em termos consensuais são insuficientes. Mais do que crenças consensuais, essas representações são os princípios, resultantes de posições sociais diferentes ou opostas, que organizam as diferenças dos posicionamentos individuais em relação a pontos de referência comuns (Doise, 1986).

Essa definição introduz a noção de variabilidade como característica central às representações sociais e, por conseguinte, apresenta-se como uma definição mais congruente tanto com relação aos resultados e conclusões de Moscovici (1978), quanto com relação à concepção de representações sociais como um construto psicossocial subjacente à natureza dos estímulos e dos repertórios com as alternativas de respostas correspondentes aos estímulos. Com base nessa definição, Doise e cols. (1993) desenvolveram uma abordagem teórico-metodológica, chamada de *Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais*, para a análise dos diversos fenômenos sociais. Esse modelo viabiliza o desenvolvimento de pesquisas que integram os conceitos de representações sociais, *Minorias Ativas e Identidades Sociais* para a compreensão psicossocial desses fenômenos, como propuseram Camino (1996) e Vala (1996). A fim de fundamentar sua proposta metodológica, Doise e cols. (1993) especificaram três aspectos que devem ser analisados no estudo dessas representações: a organização do campo representacional, os princípios organizadores das diferenças individuais e sua ancoragem social no sistema de

significado simbólico.

1.3.1 – A Organização do Campo Representacional

A organização do campo representacional, que corresponde aos processos de objetivação, refere-se ao modo pelo qual um objeto abstrato – um construto – é transformado em uma imagem ou esquema figurativo (Moscovici, 1978; Sá, 1995). Trata-se de um processo dotado de operações cognitivas tais como a seleção, a categorização e a esquematização (Doise & Cols., 1993). A maioria dos estudos sobre os processos de objetivação procura encontrar o conteúdo das teorias ingênuas que os indivíduos compartilham sobre o objeto da representação. Esses estudos baseiam-se em três pressupostos. O primeiro pressupõe que os indivíduos compartilham um número limitado de palavras que expressam o significado de um determinado objeto social. De acordo com Doise e cols. (1993), essas pesquisas buscam encontrar as palavras e as imagens que traduzem as informações usadas pelos indivíduos para descrever os eventos sociais.

O segundo pressuposto das pesquisas que avaliam o campo representacional é que os conteúdos compartilhados das representações, ou seja, as palavras evocadas pelos indivíduos são estruturadas e expressam as diferenças entre duas ou mais categorias de significados. A tarefa dos pesquisadores nesse tipo de investigações é mais complexa, pois há a necessidade de identificar como essas categorias estão organizadas. A partir da aplicação de uma Análise de Similitude é possível diferenciar elementos mais centrais ao conteúdo representacional, os com coeficientes mais elevados, dos periféricos, os com menores coeficientes de contingências. Esse tipo de análise de dados tem contribuído significativamente para

o desenvolvimento da teoria do núcleo central das representações sociais (Abric, 1989). Nessa teoria, pressupõe-se que a estrutura das representações sociais está organizada ao longo de núcleos ou centros que dão significado aos elementos do campo representacional.

O terceiro pressuposto dos estudos sobre os processos de objetivação assume que a estrutura das representações sociais está orientada por dimensões atitudinais (Doise & Cols, 1993). Esse pressuposto implica que um conteúdo de uma representação tem, além de um significado social, uma dimensão avaliativa amplamente adotada pelos membros de um mesmo grupo social.

Tomando os três pressupostos em conjunto, os quais são objeto de estudo da quase totalidade das pesquisas sobre representações sociais, pode-se considerar que essas investigações pautam-se sobre a idéia de que o conteúdo representacional se manifesta nos relacionamentos comunicativos, os quais pressupõem uma linguagem comum entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Entretanto, não se deve esquecer que a objetivação é um processo dinâmico, o qual não pode ser apreendido estaticamente (Moscovici, 1978) nem deve ser confundido com os atalhos utilizados pelos indivíduos no processamento das informações (Doise & Cols., 1993). Assim, a identificação do conteúdo do campo representacional não traduz uma estrutura interna do funcionamento cognitivo dos indivíduos, mas faz parte do processo de transformação das informações produzidas na lógica do meta-sistema social em teorias do senso comum. Além disso, o estudo das representações sociais sobre um fenômeno social não pode ser limitado à análise dos conteúdos objetivados. As representações sociais são algo mais do que um conjunto de opiniões compartilhadas: contém, do mesmo modo, diferenças individuais organizadas em função da inserção concreta dos indivíduos na estrutura social onde são processadas

as trocas simbólicas.

1.3.2 – Os Princípios Organizadores das Diferenças Interindividuais

Segundo Doise (1986) as representações sociais organizam os processos simbólicos intervenientes nas relações sociais, os posicionamentos dos indivíduos em relação às questões sociais e são constituídos nos relacionamentos comunicativos. Nesse sentido, os princípios organizadores das diferenças individuais são fundamentais na consolidação das dimensões que ligam os agentes sociais. Mas o que são esses princípios organizadores? De acordo com Doise (1986), eles podem ser descritos como construtos sociais que atuam na organização das dicotomias, das adaptações, das assimilações e das sincronizações que intervêm na dinâmica da propaganda, da propagação e da difusão. Sua função seria atualizar as modalidades de comunicação nos diferentes contextos sociais. Situados no quadro das relações intergrupais, esses princípios são análogos aos processos de diferenciação categorial (Doise, 1976).

A existência desses princípios organizadores indica que a sociedade é um sistema de relações caracterizadas pela pluralidade de alternativas, onde cada indivíduo tem uma inserção específica no campo social. Essa pluralidade permite explicar a variedade de expressões individuais de uma representação social (Doise, 1986). Neste sentido, a noção de representações sociais não pode se limitar a um conjunto de crenças e opiniões consensuais sobre um objeto social. Ao contrário, deve mostrar como, através da diversidade de opiniões, manifestam-se seus princípios de organização. A identificação desses princípios não impede que os posicionamentos sejam diversificados (Doise & cols., 1993), pois o pensamento do

senso comum não implica uniformidade nos níveis de opinião dos indivíduos.

A noção de princípios organizadores introduz a idéia de variação interindividual no conceito de representações sociais (Doise, 1986). De fato, se essas representações estão estruturadas nos sistemas de opinião, atitude e nos estereótipos (Moscovici, 1978), pode-se presumir que os indivíduos se diferenciam em relação ao grau de adesão a cada um desses elementos. Neste sentido, as representações são princípios organizadores que regulam as relações simbólicas e ao mesmo tempo produzem variações e diferenças sistemáticas interindividuais e intergrupais (Doise & cols., 1993).

1.3.3 – A Ancoragem Social dos Princípios Organizadores das Diferenças Individuais

A ancoragem refere-se ao processo responsável pela incorporação de novos elementos do conhecimento numa rede de categorias familiar (Doise, 1986; Moscovici, 1978). A ancoragem social refere-se, sobretudo, a análise do que ocorre quando os atores sociais coletivamente tomam um posicionamento definido no cenário social (Doise & cols., 1993), definindo seus posicionamentos em comparação com o posicionamento dos outros grupos. A ancoragem social das representações sociais pode ser estudada em três diferentes perspectivas: ancoragens psicológicas, sociológicas e psicossociológicas (Doise, 1992).

Essa classificação foi derivada da descrição, anteriormente feita por Doise (1982), das diferentes teorias em Psicologia Social concernentes aos quatro níveis de explicações que essas teorias oferecem para os fenômenos psicossociológicos: explicações intraindividual, interindividual, intergrupais e ideológicas. Explicações

intraindividuais são as que analisam os fenômenos sociais com base em alguma disposição psicológica do indivíduo, como necessidades, motivações ou crenças individuais. No nível interindividual, as explicações são baseadas nas relações que ocorrem entre um indivíduo e outro indivíduo em uma dada situação. No nível intergrupal, focaliza-se a dinâmica própria das relações que os grupos sociais mantêm com os outros grupos. No nível ideológico, as explicações remetem às relações de poder subjacentes à forma como os grupos sociais se relacionam (Camino, 1996; Doise, 1976). Nesse sentido, as ancoragens psicológicas recorrem, predominantemente, aos níveis de análise individual ou interindividual. A ancoragem sociológica focaliza, sobretudo, explicações do segundo nível de análise, uma vez que os estudos nesse nível investigam, sob o argumento de que as inserções sociais compartilhadas guiam as interações específicas que moldam as representações sociais, a forma como a pertença concreta dos indivíduos na estrutura social constrói os conteúdos de uma representação. Finalmente, a ancoragem psicossociológica refere-se às explicações ideológicas. Os estudos concernentes a esse nível de ancoragem procuram analisar a forma como os diversos discursos ideológicos, resultantes das identidades sociais, influenciam a forma como os grupos sociais constroem os conteúdos do campo representacional e os processos simbólicos subjacentes à maneira como esses grupos orientam os seus posicionamentos em relação aos princípios organizadores dos elementos desse campo.

Nesse sentido, as representações sociais sobre um objeto não podem ser compreendidas sem a análise de suas associações com um sistema mais geral de relacionamento simbólico. O estudo das representações sociais deve ir além da simples identificação de crenças ou de seus princípios organizadores. É necessária a análise do modo como essas representações “recebem suas especificidades na sua

ancoragem no sistema de relacionamento simbólico” (Doise & cols., 1993, p. 190).

No Brasil são poucas as pesquisas sobre representações que têm aplicado esses pressupostos. As exceções são as investigações de Lacerda e cols. (2002) sobre o preconceito contra homossexuais, de Pereira e cols. (2003) sobre a ancoragem social do racismo em um discurso ideológico, e a pesquisa realizada por Pereira e Camino (2003) sobre a ancoragem dos princípios organizadores do envolvimento nos Direitos Humanos.

Esta dissertação, seguindo as idéias apresentadas por Lacerda e cols. (2002), utiliza o modelo proposto por Doise e cols. (1993) para analisar as representações que estudantes de teologia católicos e protestantes têm sobre a natureza da homossexualidade e como essas representações orientam o posicionamento desses estudantes de teologia frente aos homossexuais. A primeira questão a ser elucidada é saber se existem princípios organizadores que orientam o posicionamento desses estudantes em relação aos homossexuais. Especificamente, será que a tipologia utilizada na pesquisa de Pettigrew e Meertens (1995), que foi aplicada na intenção de elucidar o racismo na Europa, pode ser utilizada para o entendimento do preconceito contra homossexuais? No tópico que se segue tenta-se responder a este questionamento.

1.4 – Estudos sobre Preconceito contra Homossexuais

Neste momento, faz-se necessário verificar como o preconceito contra homossexuais vem sendo estudado atualmente. O estudo do preconceito em relação aos homossexuais tem abordado várias dimensões. Numa pesquisa sobre a influência da pertença a religiões não cristãs (muçulmana, hindu e judaica) sobre as atitudes

preconceituosas em relação a homossexuais do sexo masculino, Hunsberger (1996) mostrou que os indivíduos com forte tendência ao fundamentalismo religioso apresentaram alto grau de adesão à escala de atitude autoritária. Seus resultados mostraram também correlações positivas entre fundamentalismo religioso, autoritarismo e o preconceito contra homossexuais. Assim, os sujeitos mais fundamentalistas e autoritários expressaram atitudes mais preconceituosas em relação à homossexualidade independente do seu tipo de religião.

Numa investigação sobre a análise do discurso religioso, Barret e Barzan (1996) constataram que as instituições religiosas ocidentais consideram os homossexuais como pecadores e, por causa da orientação sexual destes, as mensagens utilizadas pelas instituições são as de que os homossexuais são indivíduos indesejáveis e que não podem participar das atividades religiosas.

Atualmente, alguns estudos começam a abordar a forma como as pessoas representam a homossexualidade após a constatação de que se trata de uma orientação sexual sem causas específicas (Camino & Pereira, 2000). Esta nova perspectiva encontra amparo legal na Resolução N° 001/99 promulgada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às orientações sexuais. Por considerar que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio e nem perversão, o CFP determinou que os psicólogos não devem contribuir com eventos e serviços que promovam o tratamento e a cura deste tipo de orientação sexual. Contudo, essa visão não é unânime.

Radkowsky e Siegel (1997) consideram que estigmatização social podem fazer com que adolescentes homossexuais percam sua habilidade para ter sentimentos de auto-estima positiva e de se relacionarem de forma saudável com familiares e com

colegas. Segundo os autores, esses fatores deixariam os adolescentes susceptíveis a sentimentos de solidão, de isolamento, de depressão e com tendência ao suicídio. Mesmo assim, a causa desses sentimentos não seria a homossexualidade por si, mas as pressões sociais homofóbicas. Em função disso, os autores concordaram com a utilização de estratégias de intervenções clínicas com adolescentes homossexuais com o objetivo de “normalizar” sua adolescência. Contudo, a posição dos profissionais da psicologia sobre assuntos concernentes a temas polêmicos que envolvem os Direitos Humanos pode estar mediada pela concepção do que seja a psicologia ou pelas teorias psicológicas adotadas por estes profissionais (Camino, 1998).

Para analisar a relação entre teorias científicas e a discriminação contra homossexuais, Camino e Pereira (2000) realizaram uma investigação sobre a forma como professores de psicologia explicam a homossexualidade e a relação entre essas explicações e o posicionamento desses professores frente à Resolução 001/99 do CFP (1999). Esses autores verificaram que os diversos níveis de adesão às explicações da homossexualidade foram os melhores preditores da atitude dos professores em relação à Resolução. Os professores que dão explicações psicológicas para a homossexualidade e que atuam na área clínica não concordam que a Resolução representa um avanço na psicologia. A adesão ao modelo fisiológico influenciou negativamente a atitude positiva global com a Resolução, levou a concordância de que a homossexualidade é uma doença e a aceitação de que se deve propor cura para os homossexuais. A adesão às explicações psicossociais levou à concordância de que a Resolução representa um avanço na psicologia, fundamentalmente com relação ao fato de que a homossexualidade não é uma doença e, conseqüentemente, não se deve propor cura ou tratamento para

homossexuais. Com base nestes resultados, Camino e Pereira (2000) concluíram que teorias e práticas científicas pode contribuir com o processo de discriminação social contra os homossexuais.

Recentemente, Lacerda e cols. (2002) mostraram que as representações sociais de estudantes de psicologia, de medicina e de engenharia civil sobre a natureza da homossexualidade é composta por cinco princípios organizadores: explicações religiosas, ético-morais, psicológicas, biológicas e psicossociais. Esses autores também constataram que os estudantes com alto grau de rejeição aos homossexuais também sentem muitas emoções negativas e poucas positivas em relação a essa categoria social sendo, assim, classificados como preconceituosos flagrantes. Os estudantes que não apresentaram rejeição às relações de proximidade com os homossexuais, mas sentiam poucas emoções negativas e positivas foram classificados como preconceituosos sutis, enquanto que os estudantes que também não rejeitaram os homossexuais sentiam muitas emoções positivas e poucas negativas sendo classificados como não preconceituosos. Assim, pode ser observada através da aplicação da tipologia utilizada por Pettigrew e Meertens (1995), na pesquisa acima citada (Lacerda & cols., 2002), os critérios também úteis no entendimento dos posicionamentos das pessoas em relação aos homossexuais.

Finalmente, a análise da ancoragem social do posicionamento dos estudantes nessa tipologia mostrou que os preconceituosos flagrantes dão explicações ético-morais e religiosas para a homossexualidade. Os preconceituosos sutis atribuem explicações biológicas e psicológicas, enquanto os não preconceituosos atribuem explicações psicossociais. Esses resultados levaram à conclusão que as explicações que os grupos apresentaram para a homossexualidade contribuíram com a manutenção de práticas discriminatórias, na medida em que suas explicações

mantiveram uma representação do homossexual como portador de alguma anormalidade e, portanto, necessitando de cura.

Ainda de acordo com os autores supracitados, a pertença social influenciou essa ancoragem. Os estudantes de engenharia foram mais preconceituosos flagrantes enquanto os de medicina foram mais sutis. Vale ainda salientar que os estudantes de psicologia foram os que aparecem de forma mais freqüente no grupo dos não preconceituosos. A análise dessa classificação permitiu constatar também que os estudantes do sexo masculino tendiam a ser flagrantes, enquanto as estudantes eram mais sutis ao expressarem o seu preconceito. Os resultados também indicaram que a pertença religiosa não influenciou essa classificação, embora as explicações religiosas tenham sido centrais na definição do grupo dos preconceituosos flagrantes. Essa centralidade das explicações religiosas na ausência de influência do tipo de religião levou à necessidade de estudar de forma mais detalhada as relações entre explicações da homossexualidade e preconceito contra homossexuais, principalmente num contexto religioso.

É com base nessa idéia que o presente estudo propõe investigar as relações existentes entre as explicações dadas por estudantes para a homossexualidade e o preconceito desses estudantes de teologia católicos e protestantes contra os homossexuais. Portanto, esta dissertação segue as idéias apresentadas por Lacerda e cols. (2002), utilizando o modelo proposto por Doise e cols. (1993) para analisar as representações sociais sobre a natureza da homossexualidade e como essas representações orientam o posicionamento dos estudantes de teologia frente aos homossexuais.

1.5 – Resumo do Capítulo

O primeiro capítulo deste estudo tem como finalidade apresentar e discutir os conceitos básicos e as articulações existentes sobre o tema que estrutura esta dissertação. Para tanto, constatou-se neste capítulo que o preconceito foi classicamente estudado com uma reação à frustração (Dollard & cols., 1939), como a percepção de privação relativa intergrupar (Stouffer & cols., 1949), como indicador de uma personalidade autoritária (Adorno & cols., 1950), como ausência de contato interpessoal (Allport, 1954), relativo à oposição de interesses (Sherif & cols., 1961), das incongruências de crenças (Rokeach, 1960) ou da identidade social (Tajfel, 1978). Mostrou-se também que atualmente os autores procuram identificar novas formas de expressão do preconceito. Esse movimento tem sido conduzido pelas pressões normativas implantadas por um conjunto de mudanças sociais e políticas (e.g., a Declaração dos Direitos Humanos; a declaração da UNESCO sobre as classificações raciais; as lutas pelos direitos civis nos EUA e os vários movimentos sociais contra temas como nazi-facistas, *apartheid*).

As mudanças nas formas de expressão revelam as principais características do preconceito (ver também Ferriols, 2003): a) o preconceito é uma orientação social prévia, um esquema aplicado a grupos de pessoas ou a indivíduos concretos com base na pertença deste em um grupo ou categoria social; b) essa orientação prévia tem uma conotação avaliativa; c) está ancorada nas relações entre os grupos; d) manifesta-se através de várias formas de expressão; e) o conteúdo dessa orientação prévia justifica a discriminação dos grupos alvo do preconceito. Com base nessas características, esta dissertação aborda as representações preconceituosas de estudantes de teologia católicos e protestantes sobre os homossexuais. Devido ao

fato do conteúdo dessas representações serem constituídos pelas concepções que os grupos constroem sobre a natureza dos outros grupos (veja Lacerda & cols., 2002; Pereira & cols., 2003), é fundamental, antes da realização de um estudo sobre esse tema, tentar identificar como os grupos religiosos construíram suas concepções sobre a natureza da homossexualidade.

Capítulo 2: Homossexualismo e Religião

A Escritura Sagrada e a natureza procedem ambas do Verbo divino, aquela como ditado do Espírito Santo, esta como observantíssima executora das ordens de Deus; mas a Palavra de Deus teve de adaptar-se ao limitado entendimento dos homens aos quais se dirigia, ao passo que a natureza é inexorável e imutável e nunca transcende os limites das leis que impõe aos homens, porque não se importa que as suas recônditas razões sejam ou não compreendidas por eles. (Abbagnano, 1982, p.15).

Este capítulo apresenta as bases histórico-filosóficas das concepções que católicos e protestantes têm da homossexualidade, relatando-se os possíveis fundamentos que os representantes dessas duas religiões utilizam para organizar suas compreensões acerca Homossexualismo. Especificamente, apresentam-se as definições de religião e de homossexualismo e como esse conceito foi sendo percebido através do tempo. Em seguida, analisa-se como a Bíblia descreve as relações entre pessoas do mesmo sexo. Para tanto, serão referidas as orientações

hermenêuticas⁷ e exegéticas⁸ das passagens encontradas no Velho Testamento (originalmente escrito em Hebraico) e no Novo Testamento (originalmente escrito em Grego) usadas pelos religiosos para alicerçar sua condenação aberta ao homossexualismo. Nomeadamente será relatada como o Cristianismo interpreta as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Adicionalmente, apresenta-se a contrapartida a esses posicionamentos defendida pelos movimentos de defesa dos direitos das minorias sexuais, os quais questionam as bases hermenêuticas e exegéticas utilizadas pelos religiosos.

2.1 – Natureza e Função Psicossocial da Religião

As crenças religiosas instituídas pela tradição judaico-cristã podem ser um dos fatores que mais influenciam a percepção que hoje se tem sobre a natureza da homossexualidade. Essa percepção se relaciona ao fato do homossexualismo ser explicitamente condenado nas Escrituras Sagradas⁹. De fato, o homossexualismo contradiz as interpretações da Bíblia feitas pelos religiosos e os valores derivados das ideologias, criadas pelos grupos religiosos, conservadores os quais se orientam pela tradição judaico-cristã.

Existiram muitas religiões durante a história (Piazza, 1977). As diversas tentativas de compreender como elas surgiram descrevem sua origem como uma

⁷ Hermenêutica é a ciência que ensina os princípios, leis e métodos de interpretação (Berkhof, 2000).

⁸ Exegese é a explanação de um texto, normalmente fazendo referência à interpretação detalhada e científica. O termo muitas vezes é diferenciado de hermenêutica, sendo que esta se refere aos princípios da interpretação, enquanto que a exegese está relacionada à prática de explicar os textos (Berkhof, 2000).

⁹ As Escrituras Sagradas não contêm a expressão homossexualismo, pois este termo só foi adotado posteriormente no século XIX. Contudo, essas Escrituras condenam a prática sexual que o termo homossexual representa: relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. O Catecismo da Igreja Católica (nº 2357) acrescenta que a homossexualidade refere-se a relações entre homens e mulheres que sentem atrações sexuais, exclusivas ou predominantes, por pessoas do mesmo sexo.

espécie de necessidade que o homem tem de explicar a essência das coisas do mundo, bem como sua própria existência. Especificamente, essas explicações afirmam que o homem logo começou a ver as coisas a seu redor como animadas. Acreditava-se que os animais, as plantas, os rios, as montanhas, o Sol, a Lua e as estrelas continham espíritos, e que seria fundamental apaziguá-los (Cairns, 1995). Entretanto, essa visão tem sido criticada por descrever a religiosidade com base em apenas uma das dimensões sociais da vida espiritual do homem (Abbagnano, 1982).

De fato, no século XVIII as concepções de religião ou de religiosidade destacavam sua dimensão afetiva, descrevendo-a como “um sentimento ou uma sensação de absoluta dependência” (F. Schleiermacher, 1768-1834, citado por Hellern, Notaker & Gaarder, 2001, p.17). No século XIX, a dimensão cognitiva passou a ser introduzida ao se descrever a religião como “à relação entre o homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita ou do qual se sente dependente. Essa relação se expressa em emoções especiais (confiança, medo), conceitos (crenças) e ações (culto e ética)” (C. P. Tiele, 1830-1902, citado por Hellern & cols., 2001, p.17).

Na primeira metade do século XX até os dias atuais tem se colocado em evidência às tentativas de articulação entre fatores cognitivos e afetivos, pois se passou a conceber a religião como “à convicção de que existem poderes transcendentais, pessoais ou impessoais, que atuam no mundo, e se expressam por *insight*, pensamento, sentimento, intenção e ação” (H. von Glasenapp, 1891-1963, citado por Hellern & cols., 2001, p.17). Em consonância com essa tendência estão as definições que têm destacado o caráter epistêmico da religião. Essas definições tentam descrever a religião como sendo um espaço sócio-cultural cujos indivíduos adquirem idéias definidas sobre como a humanidade e o mundo vieram a existir,

sobre a divindade e o sentido da vida, i.e., as religiões criaram explicações sobre a natureza humana e sobre a origem do mundo. Esse é o repertório de idéias da religião que se expressam por cerimônias religiosas, pela arte e pela linguagem (Hellern & cols., 2001).

De acordo com Outhwaite e Bottomore (1993), uma das principais concepções desenvolvidas no século XX para o entendimento da religião é o reconhecimento de que não há uma única definição do fenômeno adequada para abarcar todas as dimensões as quais definem a sua natureza. Em contraste com as definições do final do século XIX anteriormente citadas e que apresentam definições as quais tocam apenas numa dessas dimensões, atualmente ocorre uma tendência a preferir conceitos mais sensíveis ao crescente volume de conhecimento sobre as múltiplas formas de religiosidade praticadas em culturas que não são as dominadas pelo cristianismo.

Portanto, hoje é mais comum à adoção de uma abordagem mais relativista, globalizante e menos reducionista para analisar as religiões. Nesse sentido, é preferível falar em tipos de religião (i.e., religiões) do que em religião, no singular. Sendo assim, o conceito de religião para ser adequado ao estudo no âmbito da Psicologia Social deve levar em consideração a pertença concreta ou simbólica dos indivíduos a um desses possíveis tipos de religiões, bem como as identificações sociais derivadas dessas pertenças. É no sentimento de identificação com uma dessas religiões que os indivíduos entram em contato e ajudam a desenvolver um sistema de crenças, valores e práticas por meio do qual um grupo de pessoas delimita os problemas essenciais da vida humana, servindo como um dos principais instrumentos de integração ou de exclusão social.

A pertença a uma religião pode envolver os mesmos conjuntos de leis

psicossociais que organizam os processos afetivos e cognitivos que justificam as diferenças sociais existentes e que dão suporte aos processos de exclusão social, tal como aqueles descritos nos estudos sobre as relações intergrupais (Billig, 1991; Camino, 1998). Assim, é de se esperar que a identificação como Católico ou como Protestantes seja suficiente para que os indivíduos expressem representações relativamente organizadas sobre a natureza da homossexualidade. Essa tendência deve ser esperada dado o fato dessas religiões apresentarem as mesmas raízes históricas: a tradição judaico-cristã (Eliade & Couliano, 1993; Fernandes, 2001; Piazza, 1977). Suas diferenças fundamentais serão explicitadas nas próximas seções.

2.2 – Explicações da Homossexualidade

Os termos homossexualismo e sexualismo estão diretamente entrelaçados na história das civilizações (Spencer, 1999). O termo, porém, é relativamente recente, sendo tardiamente utilizado por volta do início do século XIX (Foucault, 1984). De fato, a palavra “homossexualidade” apareceu pela primeira vez em inglês na década de 1890, usada por Charles Gilbert Chaddock, tradutor de *Psychopathia Sexualis*, de R. von Krafft-Eding. O termo teria aparecido, porém, originalmente em alemão no ano de 1869, num panfleto anônimo. Independente de quando e por quem foi primeiramente empregado, o fato é que “homossexualismo” foi a palavra criada para descrever o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo (Spencer, 1999).

De acordo com Lacerda e cols. (2002), a sexualidade é uma construção cultural. As práticas que ela representa são moldadas pelos padrões normativos estabelecidos em cada contexto histórico (Catonné, 1994; Costa, 1995). Realmente, análises da história das relações sexuais têm mostrado que elas refletem os valores

normativos concernentes a interesses determinados por cada época (Roese, 1999). Especificamente, práticas sexuais que são hoje consideradas antinormativas, no passado poderiam não o ser. Por exemplo, em algumas sociedades antigas a prática de relações sexuais entre dois homens era permitida. Contudo, a sua aceitação deveria obedecer outras normas ou regras básicas: que os homens também casassem e constituíssem família; que o homem adulto fosse sempre o ativo na relação. Nesse caso, o problema naquela época não estava na homossexualidade, mas na passividade (Mott, 1999). No antigo Egito, nomeadamente, a bissexualidade dos homens era aceita como natural e não atraía oposições, mas a homossexualidade passiva deixava os egípcios inquietos (Spencer, 1999).

Segundo Boswell (1994, citado em Mott, 1999), mesmo no âmbito do cristianismo, durante mais de um milênio, o amor entre varões era praticado por leigos e religiosos, sem merecer repulsa maior por parte da população em geral. Ao contrário, em muitos casos era abençoado pela Igreja em rituais que antecederiam e faziam lembrar os enlaces matrimoniais de casais de sexo oposto. Essas culturas existiam pelo mundo inteiro durante milhares de anos (Spencer, 1999) e foram importantes no desenvolvimento da história da sexualidade.

Não obstante, o homossexualismo tem sido objeto de controvérsias e debates que provocam fortes reações emocionais entre os cristãos, sejam católicos ou protestantes, pois o universo da religião foi sempre complexo, contraditório e conflitivo (Collins, 1999). A título de ilustração, no primeiro milênio do cristianismo, as doutrinas sobre a moralidade sexual foram desenvolvidas (Küng, 1999). Elas passaram gradativamente a se tornar os fundamentos da lei e da teoria sexual de nosso tempo. Uma das particularidades do pensamento dessa Igreja antiga era que a moralidade estava identificada com a conduta sexual. A tradição sexual

medieval criou fortes tabus, que têm influenciado a cultura ocidental notadamente no fato do cristianismo ter constituído não apenas códigos sobre as condutas sexuais, mas, também sobre os princípios norteadores de outras áreas morais, tais como: justiça, adultério, distribuição de riqueza entre outros temas (Spencer, 1999). Portanto, percebe-se que as diversas formas de percepção da homossexualidade apresentam alguma relação com as concepções sobre a natureza da sexualidade criada na tradição judaico-cristã. Essa tradição foi desenvolvida através dos tempos por três diferentes centros de vida da Igreja Primitiva (Ausejo, 1964; Berkhof, 2000; Cairns, 1995; Kaiser Jr. & Silva, 2002; Küng, 1999; Mullett, 1985). Esse tema será apresentado posteriormente na análise das bases da interpretação da Bíblia.

De acordo com Mazzeiro (1998) foi apenas no século XIV que a Cristandade começou a condenar e perseguir sistematicamente tanto os praticantes do amor unissexual - os sodomitas - quanto os praticantes da Lei de Moisés - os judeus. Foi a partir daí que as práticas de perseguição e assassinatos de homossexuais foram iniciadas, sendo reforçadas na época vitoriana (século XIX). Segundo Mott (1999), os homossexuais foram queimados nas fogueiras das Inquisições espanholas e portuguesas. Foram decapitados pelos luteranos na Holanda; afogados pelos calvinistas na Suíça; enforcados pela justiça anglicana na Inglaterra, América do Norte e África do Sul. Na intenção de reforçar a repressão à homossexualidade, a sodomia foi elevada à condição de crime perseguido e castigado por três tribunais: pela Justiça Real, pela Santa Inquisição e pela Vara Episcopal (Mott, 1994).

Atualmente, a homossexualidade é um fenômeno relevante para o debate sobre a natureza da vida sexual em geral. A popularização do termo *gay* é exemplo de um fenômeno social que foi apropriado e transformado através do compromisso coletivo (Mazzeiro, 1998). Segundo Chauí (1995), foi a partir do século XIX que a análise

da natureza da sexualidade deixou de ser um tema exclusivo dos teólogos, confessores, moralistas, juristas e artistas passando a ser o tema tratado como um problema clínico e de saúde. É na sua relação com a saúde que se encontra a base das concepções biológicas da homossexualidade. Anteriormente, o confessionário católico era o principal *setting* ideológico da religião. Foucault (1988) relatou que o confessionário católico foi sempre um meio de controle da vida sexual dos fieis, cujo pecado mais visado era exatamente o pecado sexual. Nesse caso, a natureza da homossexualidade para os religiosos seria o seu caráter pecaminoso. Segundo Chauí (1995) “ô interessante nessa longa discussão que atravessou séculos é que nela a repressão da sexualidade se realizou através do controle minucioso do ato sexual” (p. 99). Embora ainda considerada no senso comum como uma doença psíquica que pode e deve ser curada (Lacerda e cols., 2002), a homossexualidade não é mais diagnosticada como uma patologia pela psiquiatria clínica. Realmente, desde 1974 a Associação Psiquiátrica Americana deixou de considerá-la como uma perturbação mental (Barchifontaine, 1999). Essa tendência foi reafirmada recentemente pela Associação dos Psicólogos Americanos (APA, 2003). E pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999).

Contudo, mesmo na vigência estabelecida pelas declarações das organizações científicas de que os homossexuais não são nem biológica nem psicologicamente diferentes dos heterossexuais, os movimentos religiosos continuam a condenar contundentemente as práticas homoeróticas. De fato, há um aumento das organizações religiosas, especificamente, contrárias ao homossexualismo, e.g., Grupo de Amigos (GA)¹⁰, Exodus Brasil¹¹, Movimento pela Sexualidade Sadia

¹⁰ Este grupo está sediado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (César, 2003).

(MOSES)¹². Nesse sentido, a existência de preconceito generalizado em relação aos homossexuais contraria os princípios básicos das teorias sobre as novas formas de expressão do preconceito (Dovidio & cols., 1989; Pettigrew & Meertens, 1995). Segundo essas teorias, as sociedades ocidentais criaram normas, baseadas nas Declarações dos Direitos Humanos, que coíbem a discriminação explícita de grupos minoritários (Vala & cols., 1998). Ao contrário do esperado, os religiosos parecem orientar seus posicionamentos com base em outro código normativo: A Palavra de Deus. De fato, a Bíblia é o conjunto de livros básicos que orienta os estudos teológicos e condena claramente os homossexuais.

Portanto, a condenação da homossexualidade pelos religiosos começa com uma fundamentação normativa - a Bíblia. Em relação à homossexualidade, há divergências concernentes às interpretações dadas às Escrituras Sagradas. Os autores ligados a movimentos de defesa das minorias sexuais (Barchifontaine, 1999; Domínguez, 1999; Mott, 1999; Roese, 1999; Santos, 2003; Tomita, 1999), os quais acreditam que a homossexualidade não fere a vontade de Deus, são acusados pelos religiosos de interpretarem equivocadamente os textos sagrados (Amorese, 2003; Cavalcanti, 2003; César, 2003; Heckert, 2003; Justino, 2003; Malafaia, 2003; Matos, 2003; Oliveira, 2003). Por outro lado, os religiosos também são acusados pelos defensores do homossexualismo de apresentarem interpretações ahistóricas e de não contextualizarem os textos. Especificamente, as minorias sexuais reclamam que o mesmo status interpretativo deve ser dado às questões sexuais comparativamente as

¹¹ Este grupo faz parte de uma organização interdenominacional que propõe equipar os religiosos a ministrar aos homossexuais a mudança de sua prática sexual. Para informações mais detalhadas, acessar o site: www.exodus.org.br.

¹² Este grupo, sediado no Rio de Janeiro, propõe-se a ajudar os homossexuais não satisfeitos e desejosos de mudança. Prega os valores da família heterossexual e dos padrões bíblicos na área da sexualidade. Para informações mais detalhadas, acessar o site: www.moses.org.br.

leis dietéticas¹³ do livro de Levíticos.

Os movimentos defensores das minorias sexuais também citam passagens bíblicas consideradas por eles ambíguas sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo. São frequentemente referidos pelos movimentos os casos dos laços amigáveis entre Rute e Noemi, sua sogra, por interpretarem como uma lealdade extraordinária de uma nora junto à sogra (Rute 1:16-17); Jônatas e Davi (1Sm 19:1; 2 Sm 1:17-27). Os movimentos de defesa dos direitos das minorias sexuais interpretam da mesma forma a amizade exacerbada entre Jônatas e Davi. De qualquer modo, os debates em que se opõem grupos religiosos e movimentos de defesa dos direitos das minorias sexuais giram em torno dos critérios que ambos se baseiam para identificar, nas Escrituras Sagradas, a verdadeira vontade de Deus.

A lógica que o movimento de defesa das minorias sexuais tenta inserir no debate poderá encontrar um precedente nas próprias ações do Vaticano. Realmente, segundo Vlahou (2004), o Vaticano estuda implementar modificações em alguns trechos bíblicos por julgarem que as traduções atuais podem ser equivocadas. Esse estudo teria sido motivado pela Conferência Episcopal Italiana (CEI) que propõe mudanças, as quais seriam introduzidas em uma nova tradução dos textos em grego e hebraico para o italiano. A primeira mudança seria uma reparação na tradução referente ao que se acredita que o anjo Gabriel tenha falado a Maria no momento da Anunciação (Lc 1:28). A tradicional Oração à Maria, que se inicia com “Ave-Maria”, não expressaria de forma adequada a Anunciação: a prece começaria com “Alegra-te Maria”, tradução que seria mais fiel à passagem da Anunciação.

Outras mudanças ocorreriam em parábolas. Por exemplo, a parábola do Filho

¹³ Lei dietética diz respeito às proibições citadas no livro de Levíticos, muitas das quais foram abolidas no Novo Testamento (e.g., proibição de comer carne de porco).

Pródigo passaria a se chamar "Parábola do Pai Misericordioso". Essa mudança é justificada pelo fato do protagonista não ser o filho que se afasta, mas o próprio pai (metáfora de Deus), que fica à espera. As novidades não são apenas o aperfeiçoamento da tradução do grego e do hebraico, mas também mudanças na pontuação ou atualização do significado para um contexto mais compreensível pela sociedade de hoje. Essas possíveis modificações abrem precedentes que reforçariam o argumento de que o que se encontra atualmente escrito na Bíblia poderia não representar exatamente a mensagem a qual Deus desejaria passar. Nesse sentido, as passagens que hoje condenam as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo poderiam não representar a "verdadeira vontade de Deus". Esse debate sobre a interpretação da Bíblia refere-se à hermenêutica cristã, com base nas quais as diversas religiões cristãs organizam suas doutrinas e definem as dimensões que as diferenciam. Na próxima seção relatam-se alguns desses critérios para um melhor entendimento da história e das funções da interpretação bíblica.

2.3 – As Bases da Interpretação da Bíblia

A interpretação bíblica sofreu durante os tempos várias mudanças nas suas formas de análises, o que pode ter aberto espaço para diferentes interpretações sobre qual seria a vontade de Deus nas Escrituras. Em consequência, isso pode ter resultado em percepções diferenciadas entre católicos protestantes de algumas passagens bíblicas. Relativamente a essas diferenças, há um debate sobre se elas são as raízes ou as consequências de rupturas políticas, afinal as reformas (Calvinista, Luterana e Anglicana) foram, antes de tudo, movimentos políticos e não só religiosos (Rollet, 2001). Assim, novas interpretações da Bíblia estão relacionadas fortemente com posições políticas. As bases das diferenças nas análises podem estar

relacionadas às influências de acontecimentos políticos e sociais (Küng, 1999; Rollet, 2001), pois os textos bíblicos não são simples documentos para investigação histórico-filológica.

A Bíblia, para os cristãos, o Alcorão, para os muçumanos, a Tora, para os judeus, constituem na Palavra de Deus transmitida em expressões humanas e chama a atenção para o caráter político e etnocêntrico socialmente provocatório daquelas Escrituras. Segundo Rollet (2001) “a relação entre o religioso e o político constitui a própria trama da história desse povo a que chamamos Israel, desde o seu nascimento constituído Êxodo até ao seu regresso do exílio e a abolição definitiva da realeza egípcia” (p. 21). Nesse sentido, a fé judaico-cristã tem sua origem na experiência do que um povo teve de libertação, relatada no Antigo Testamento (ver Deu. 26:5-10).

O acontecimento principal e fundador do Êxodo, portanto, tem uma significação simultaneamente religiosa e política (Rollet, 2001). Pode-se observar essa relação no Novo Testamento, principalmente no significado atribuído à figura do Messias (termo em Hebraico) ou Cristo (termo em Grego). Esse significado carrega uma conotação política própria. De fato, o nome de Cristo é relatado nas interpretações bíblicas como um Rei justo que todos esperam, particularmente os humildes e os dominados (Sl 72:1-3).

Outra interpretação política da figura de Cristo refere-se ao episódio dos vendilhões expulsos do Templo. Trata-se de um ato de Cristo não só religioso, mas também uma ação política, pois sua atitude fora em desacordo com o comércio que era praticado no Templo, mas que na época estava de acordo com a legalidade judaica e romana. A Tora, tal como os fariseus a aplicavam era, simultaneamente, a lei civil, penal, política e religiosa de Israel e dava margem a tal prática. Portanto, a atitude de Jesus tinha, na realidade, o papel simultaneamente religioso, pois evocava

sua autoridade como Filho de Deus, e político, devido aos seus atos representarem sua oposição à ocupação romana na Palestina (Mt 22:21). Posteriormente, esse acontecimento desempenhou certamente um papel decisivo e precipitou a prisão de Jesus, que morreu condenado pelas autoridades romanas. Sendo, posteriormente, Jesus igualmente condenado como sedicioso e agitador. O seu processo foi político. Nesse sentido, tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, observa-se a relação entre religião e política representando as bases para o surgimento do Cristianismo (Rollet, 2001).

Essa relação com a política pode ter influenciado os princípios básicos da hermenêutica cristã. A história dos princípios hermenêuticos na Igreja Cristã está associada a três diferentes centros de vida da Igreja Primitiva: a Escola de Alexandria, a Escola da Antioquia e a Escola Ocidental (Berkhof, 2000; Kaiser Jr. & Silva, 2002; Küng, 1999; Mullett, 1985). O argumento dessas escolas para apresentarem modelos e princípios interpretativos básicos é o de que eles facilitariam a identificação da vontade de Deus nas passagens bíblicas.

Segundo Berkhof (2000), a Escola de Alexandria, no início do terceiro século d.C., foi um importante local de aprendizado onde se encontraram a religião judaica e a filosofia grega e exerceram influência uma sobre a outra. Os principais representantes dessa escola foram: Clemente de Alexandria e Orígenes. Eles consideravam a Bíblia como Palavra de Deus inspirada, no sentido mais estrito e compartilhavam a idéia corrente de que regras especiais tinham de ser aplicadas na interpretação das mensagens divinas. E, embora reconhecessem o sentido literal da Bíblia, eram da opinião de que só a interpretação alegórica¹⁴ contribuiria para o

¹⁴ Interpretação alegórica é um método que busca outros significados além do histórico da passagem. O termo é associado com mais frequência a Orígenes de Alexandria que usou as categorias da filosofia grega para descobrir esses outros significados (Kaiser Jr. & Silva, 2002).

conhecimento da vontade de Deus expressa nas Escrituras.

Orígenes, reconhecido pelos historiadores como o maior filósofo do cristianismo da Antiguidade, introduziu os primeiros princípios sistemáticos de exegese dos textos bíblicos (Küng, 1999). O método adotado por ele ao explicar o Antigo e o Novo Testamento era uma forma essencialmente alegórica do texto. Para que fosse abstraída a mensagem espiritual que Deus queria transmitir, o intérprete teria que recorrer a símbolos ou a imagens alegóricas capazes de tornar a mensagem inteligível. Essa seria, portanto, a única forma de interpretar a Bíblia que poderia revelar em toda a sua profundidade e mistério o seu caráter inspirado, enquanto Palavra de Deus e lugar da presença do “Logos”. Tomando como exemplo para fundamentar sua idéia, o cosmo e o próprio ser humano seriam constituídos por três dimensões: o corpo, a alma e o espírito. Para ele a Escritura tem, em princípio, três sentidos: somático-literal-histórico onde o homem reconhece em Cristo apenas o ser humano; o sentido psíquico-moral onde o psíquico reconhece em Jesus apenas o salvador histórico do mundo do seu tempo; e por fim o sentido pneumático-alegórico-teológico onde o pneumático vê em Cristo o “Logos” eterno, que se encontra junto de Deus, desde todo o sempre (Küng, 1999). Dessa maneira, Orígenes apresentou a figura de Cristo como o centro da exegese bíblica. Suas idéias foram fundamentalmente políticas porque, subjacente a elas, estava a noção de que os seguidores de Cristo eram os portadores da verdade absoluta e, em consequência, tinham “direito” sobre os outros povos os quais seguiriam outras crenças¹⁵. Estabeleceram-se assim as primeiras bases teológicas que, mais tarde, fundamentaram as “cruzadas”.

¹⁵ Uma versão pós-moderna desta lógica foi recentemente proferida pelo presidente norte-americano, J. W. Bush, para justificar as invasões do Afeganistão e do Iraque: “vamos fazer uma cruzada contra o terror”. Essa declaração tem provocado forte ofensa aos muçumanos (Ver Folha de São Paulo, 2001, Outubro 5; Ver também Candelori, 2002).

Segundo Küng (1999), a teoria de interpretação alegórica da Escritura defendida por Orígenes é acusada de ser fantasiosa e arbitrária no seu método, devido ao fato de em muitas passagens atender apenas ao sentido espiritual do texto, deixando de lado o sentido literal. A Escola de Antioquia, no final do terceiro século d.C., teve como representantes Teodoro de Mopsuéstia e João Crisóstomo. Estes teólogos se diferenciavam na interpretação da Bíblia. O primeiro, defensor de visões preferivelmente liberais apresenta interpretações consideradas intelectuais e dogmáticas. João Crisóstomo, por sua vez, foi considerado o primeiro a conceber a Bíblia como a infalível Palavra de Deus, sendo considerado como um exegeta mais pragmático. Mas ambos foram considerados exegetas que deram grande valor ao sentido literal da Bíblia rejeitando o método alegórico de interpretação. Teodoro, por acreditar na existência da influência humana na Bíblia, negava a inspiração divina de alguns dos livros. Ao invés do método alegórico, esse teórico defendia a interpretação histórico-gramatical¹⁶ (Berkhof, 2000). Nesse sentido, a função do exegeta seria “filtrar” as passagens que de fato representam a vontade de Deus expressa em palavras, separando-as da vontade dos homens “disfarçadas” em Palavras de Deus.

Finalmente, a Escola Ocidental foi considerada uma escola de interpretação bíblica com um posicionamento intermediário. Seus representantes são Jerônimo, um dos principais tradutores da Vulgata¹⁷, e Agostinho, que adotou um sentido quádruplo da Escritura - histórico, etiológico, analógico e alegórico. Segundo Rollet (2001), a principal contribuição de Agostinho consistiu em ser o primeiro autor

¹⁶ Interpretação histórico-gramatical é um método que enfatiza a necessidade de levar em consideração as línguas originais e o contexto histórico das Escrituras. É considerado um método oposto ao alegórico. O termo é um equivalente rudimentar da interpretação literal (Kaiser Jr. & Silva, 2002).

¹⁷ Vulgata foi à tradução da Bíblia feita por Jerônimo em Latim (Eliade & Couliano, 1993).

cristão a expor teoricamente o problema da relação entre a história humana, nesse caso a do Império Romano, e a história do Reino de Deus. Ele apontou a questão: Qual deve ter a primazia? A necessidade de uma resposta vai ser ainda maior quando, a 24 de Agosto de 410, Roma foi saqueada pelas tropas de Alarico, rei visigodo (Küng, 1999). Alguns intelectuais pagãos declaram que o cristianismo foi responsável pela queda do Império porque não se concebia governar segundo princípios que enfraquecem a autoridade política. Baseado nesse impasse o aspecto mais característico desta escola de exegese foi ter introduzido outro elemento, o qual não tinha sido destacado até aquele tempo - a tradição. A idéia de base é que o poder temporal está ao serviço do poder espiritual (Rollet, 2001). Foi à autoridade da tradição e da Igreja que, na Idade Média, mais influenciaram a interpretação da Bíblia (Mullett, 1985). Em outras palavras, o poder do Estado deveria estar submetido ao poder da Igreja.

Segundo Küng (1999), a teologia defendida por Agostinho, onde a Igreja ocidental fundamentou a autoridade da tradição e da Igreja Católica, foi profundamente influenciada por duas crises ocorridas na história da Igreja e da teologia, ao longo de seu bispado. A primeira foi à crise donatista¹⁸, que viria a ter conseqüências para a compreensão institucional e hierárquica da Igreja, típica do momento histórico vivido no Ocidente na época de Agostinho. O motivo que levou a essa crise foi o fato de, no século IV, a Igreja Católica ter se tornado uma Igreja de multidões no ocidente. No entanto, precisamente no Norte da África, havia muitos círculos que ainda se lembravam dos tempos de martírio e da disciplina eclesial rigorosa, assim como de uma compreensão mais pneumática da Igreja e dos sacramentos. Na tentativa de resolver essas crises, onde a Igreja perseguida era

¹⁸ Essa crise recebe este nome por causa do seu líder, o bispo norte-africano Donato (Küng, 1999).

reconhecida como uma Igreja perseguidora, a Igreja Católica foi declarada religião de Estado pelo imperador Teodósio, decretando a aceitação obrigatória dos donatistas à Igreja Católica (Küng, 1999).

Esse conflito contribuiu decisivamente para o estabelecimento de determinadas questões a respeito da autoridade da tradição e da Igreja. Agostinho forneceu à teologia ocidental as categorias, soluções e fórmulas de acesso a uma eclesiologia e uma sacramentologia, defendendo a concepção de Igreja visível e de Igreja invisível; critérios para o reconhecimento da unidade, catolicidade, santidade e apostolicidade da Igreja; relação entre palavra e sacramento, onde a palavra era tida como sacramento audível (*sacramentum audibile*) e o sacramento enquanto palavra visível (*verbum visibile*); distinção entre o dispensador principal (Cristo) dos sacramentos e o dispensador instrumental (bispo, presbítero) e, conseqüentemente, validade dos sacramentos que seriam apenas conferidos pela tradição religiosa Católica (Küng, 1999).

Durante a Idade Média, a interpretação da Bíblia era apenas a tradução da Vulgata, que era disponível apenas ao clero. Não eram admitidas outras interpretações. Nesse período, o princípio vigente era que a interpretação da Bíblia tinha de se adaptar a tradição e a doutrina da Igreja (Rollet, 2001). Portanto, nessa fase histórica não foi permitido que se desenvolvesse outros princípios hermenêuticos, principalmente os que contestassem a autoridade da Igreja. A exegese estava, assim, limitada a descrever as passagens bíblicas com base nos princípios interpretativos impostos pela tradição oral e pela autoridade da Igreja (Kaiser Jr. & Silva, 2002).

Foi nos séculos XIV e XV, no período da Renascença, que houve a Reforma. Seu propósito foi romper com a organização política e filosófica da cristandade

(Rollet, 2001). Nesse sentido, a descoberta da Bíblia manifestou-se muitas vezes através de uma vontade de ignorar as grandes construções teóricas medievais proporcionando o desenvolvimento dos princípios da Hermenêutica, pois até então a Vulgata era a única forma pela qual a Bíblia era conhecida. Assim, argumentou Rollet (2001):

Apesar de ser no século XVII que os teóricos Hobbes, Espinosa e Locke, estabelecem as bases da política moderna, ao tornar a soberania política independente do poder religioso, esta mutação não teria provavelmente sido possível sem a audácia de Maquiavel e a desestabilização de cristandade pela Reforma Protestante (Rollet, 2001, p.71).

Os reformadores defendiam que a Bíblia era a Palavra de Deus inspirada, questionando o sentido quádruplo da Escritura¹⁹. Portanto, a Bíblia gradativamente foi sendo estabelecida como tendo um único sentido, i.e, as Escrituras teriam apenas um sentido claro e simples: o conteúdo das Escrituras representaria a vontade inerrante de Deus (Küng, 1999). Segundo Rollet (2001), a Reforma Protestante constituiu a desestabilização mais importante da Igreja Católica no século XVI e, conseqüentemente, da centralidade romana. É difícil afirmar se através das obras de Lutero e Calvino, a Reforma tenha favorecido o aparecimento da democracia no Ocidente. Mas, pode-se cogitar a presença de uma tensão entre a esperança causada na época pela mensagem igualitária proposta pela Reforma, que consiste nas idéias do sacerdócio universal dos cristãos pondo em risco a vigência política até então estabelecida pela Igreja Católica.

¹⁹ O Sentido quádruplo da Escritura era geralmente aceito nessa época (histórico, etiológico, analógico e alegórico) (Berkhof, 2000).

Martinho Lutero, monge da Ordem de Santo Agostinho, foi o principal representante da Reforma Protestante. Ele se tornou conhecido no início do século XVI através de um ato que iniciou, no ocidente, o movimento que resultou na cisão da Igreja Católica. Em 31 de outubro de 1517, Lutero afixou na porta da Schlosskirche (igreja do castelo) de Wittenberg, suas 95 teses que constituíam uma contestação em regra do funcionamento da Igreja e do papado, atacando particularmente o sistema das indulgências que Roma vendia aos fiéis em troca da redução do tempo de purgatório. Além disso, continha à problemática do autor acerca da relação entre a fé cristã e o poder político. Encontrando uma reação favorável junto aos príncipes desejosos de se libertarem da tutela eclesiástica (Marra, 2002).

A finalidade, segundo Rollet (2001), de Lutero ao expor suas idéias era de desestabilizar o poder dos papistas, abatendo as três idéias atrás das quais eles se firmavam: a superioridade do poder espiritual sobre o poder temporal, a exclusividade do direito do papa na interpretação das Sagradas Escrituras, e finalmente, o seu direito exclusivo de convocar um concílio. De fato, ao questionar a legitimidade de “tais Direitos”, Lutero estava a estabelecer as bases políticas para a ruptura entre alguns Estados e a Religião Romana. A partir desse movimento o cristianismo, no ocidente, passou a ser representado por dois movimentos distintos na igreja cristã - Católicos Romanos e Luteranos (Mullett, 1985).

O maior exegeta da Reforma foi João Calvino que, em “*A instituição da religião cristã*”, obra importante publicada em latim em 1536, revelou a sua concepção do político (Rollet, 2001). Nela foi expressa a base política e religiosa da Reforma proposta por ele. A edição incluiu uma carta-prefácio dirigida a Francisco I, no qual o autor garante ao rei a fidelidade dos protestantes. Suas principais idéias

foram: desaconselhar a utilização do método alegórico por defender que ele obscurecia o sentido da Escritura; defender o significado simbólico do que se encontrava em algumas passagens do Antigo Testamento; e, além disso, reduzir o número de Salmos que poderiam ser reconhecidos como messiânicos, por insistir que os profetas deveriam ser interpretados à luz das circunstâncias históricas (Kaiser Jr. & Silva, 2002). Isso significa que o critério de julgamento do que é vontade de Deus, expressa em palavras, é a confirmação no transcurso da história das previsões feitas pelos profetas.

Toda a construção teológica de João Calvino assenta no poder absoluto de Deus, sendo só a Ele pertencente à soberania, e é pela sua Palavra que Ele se torna acessível ao homem. Nesse caso, as suas idéias enfraqueceram a autoridade doutrinária da Igreja Católica, transferindo-a para a Bíblia, ou mais especificamente para a possibilidade de interpretações individuais das passagens bíblicas. Calvino reconheceu, contudo, o valor do político, necessário para a ordem das sociedades e denunciou a doutrina que despolitiza o homem. Nesse sentido, Rollet (2001) refletiu que Calvino defendia o exercício do poder civil, isto é, político, ao escrever que “o poder civil é uma missão não só sagrada e legítima para Deus, mas também consagrada, e, na vida inteira dos mortais, de longe a mais honrosa” (p.78). Portanto, segundo Calvino, a função política foi assim uma vocação desejada por Deus.

A diferença nesse período entre os Protestantes e os Católicos Romanos se faz em alguns aspectos. Os Católicos Romanos não desenvolveram o estudo exegético durante o período da Reforma, pois não admitiram o direito do julgamento particular ou do indivíduo introduzido pelos protestantes. Nesse sentido, os Católicos Romanos em oposição aos Protestantes, consideraram que a Bíblia deveria ser interpretada em harmonia com a história da tradição da Igreja. Portanto, para Rollet (2001), a

Reforma devolveu o mundo a Deus ao tirá-lo da Igreja. Em outras palavras, as Leis responsáveis pela organização da sociedade civil deveriam ser elaboradas nos fundamentos bíblicos e não na história da tradição da Igreja Romana. Em conjunto, essas idéias permitiram que alguns Estados medievais fundamentassem a sua independência em relação a Roma, como a Inglaterra, a Suíça e a Alemanha. Em contrapartida, segundo Mullett (1985), a Contra-Reforma²⁰ ocorreu em meados de 1517. Teve origem mais ou menos na mesma altura da Reforma Protestante. Segundo o mesmo autor, o papel da Contra-Reforma foi caracterizado pelos seguintes fatores: uma série de Papas reformadores, como por exemplo, Paulo IV (1555-59) e Pio V (1565-72); os jesuítas; a inquisição; o Concílio de Trento e os *Index* dos livros proibidos. A Reforma Protestante impulsionou os pensamentos refletivos da Igreja Católica, pois “atacou a superstição, o excesso de indulgência, a prostituição em Roma, os cardeais mercenários e o abuso do poder papal, especialmente por dinheiro” (Mullett, 1985, p.22).

Seguinte à Reforma, foi desenvolvido o período denominado Crítico-Histórico que se caracterizou pela divergência expressa a respeito da inspiração da Bíblia. As visões desse período negavam a inspiração verbal e a infalibilidade da Escritura²¹. O elemento humano na Bíblia foi enfatizado muito mais do que nos períodos anteriores (Mullett, 1985). Mesmo aqueles exegetas que acreditavam na infalibilidade refletiam sobre a relação mútua entre o humano e o divino. Foi nesse período que se tentou sistematizar a doutrina da inspiração aderindo uma teoria que defendia a possibilidade da inspiração existir em vários graus e em diferentes partes da Bíblia, bem como a admissão de erros e imperfeições devido à crença vigente de uma

²⁰ Contra-Reforma foi um movimento contundente da Igreja Católica contra a Reforma Protestante que implicou igualmente em um processo de mudança e renovação no catolicismo (Mullett, 1985).

²¹ A infalibilidade é concebida como a vontade de Deus transmitida pela Palavra de Deus.

inspiração parcial, “recheada” de erros históricos e geográficos (Rodríguez, 2001).

Atualmente, é bastante comum falar de inspiração²² como algo dinâmico, e imputá-la aos autores ao invés de seus escritos. Segundo Berkhof (2000), “ela deve ser concebida como uma entrada da energia sobrenatural e espiritual que se manifesta em um grau elevado e numa nova ordem de energia espiritual do homem. O produto disso é chamado revelação” (p.30). A inspiração significa que os escritores não escreveram por iniciativa própria, mas movidos pela iniciativa divina e conduzidos pelo poder do Espírito de Deus pelos meios por Ele escolhidos para os propósitos por Ele estabelecidos.

Os jesuítas tiveram um papel relevante na Contra-Reforma, pois a sua atuação era desenvolvida sobre as classes mais elevadas por serem confesores de reis, príncipes e os seus colégios ensinavam aos que iriam tomar o seu lugar no mundo como homens de poder e posição. O Concílio de Trento²³ teve um papel indispensável para esse movimento por nele terem sido elaboradas resoluções acerca da doutrina, implementações na legislação e a implantação da inquisição, instrumento que contribuía a poderosa instituição centralizadora posta a funcionar pelo papado. O Concílio de Trento enfatizou que a autoridade da tradição eclesiástica devia ser mantida, assim como a autoridade suprema tinha de ser atribuída à Vulgata, e que era necessário conformar a interpretação de alguém à autoridade da Igreja e do consenso unânime dos Padres (Berkhof, 2000; Kaiser Jr. & Silva, 2002). A inquisição é considerada o maior instrumento negativo da Contra-Reforma. Finalmente, o outro aspecto da Contra-Reforma foi o *Index* dos livros

²² Em termos religiosos, o significado do termo “inspiração” é a influencia sobrenatural exercida pelo Espírito Santo sobre os escritores sagrados, pela virtude do qual seus escritos receberam autenticidade divina, e constituem uma regra infalível e suficiente de fé e prática. (Berkhof, 2000).

²³ Concílio de Trento foi uma reunião dos principais líderes católicos ocorrida na Europa em meados de 1545, sendo um dos fatores relevantes para o início da Contra-Reforma (Mullett, 1985).

proibidos, onde censores intelectuais da época proibiam a maioria dos católicos europeus à leitura de livros determinados por eles (Rollet, 2001).

Em resumo, constata-se que não há uma única interpretação sobre as Escrituras Sagradas. Ao contrário, essa breve descrição histórica mostra que existem vários tipos de interpretações que parecem estar relacionadas com o momento histórico-cultural vivido pela Igreja. No cristianismo, verifica-se também que até o final da Idade Média as interpretações dessas Escrituras eram ditadas, fundamentalmente, pelo clero católico romano. A partir da última fase da Idade Média, outras interpretações passaram a serem reivindicadas pelo o que hoje se conhece como sendo o movimento protestante do cristianismo. Essas vertentes são os responsáveis pela validação das interpretações dadas às Escrituras Sagradas, de modo que mesmo as interpretações individuais e subjetivas dessas Escrituras devem ser validadas ou refutadas pelos representantes dessas vertentes. Isso significa que, por um lado, as visões da homossexualidade podem variar conforme o tipo de religião (Católicos vs. Protestantes) desses representantes. Por outro lado, qualquer visão da homossexualidade que não seja condizente com uma ou outra vertente interpretativa pode não ser validada ou até mesmo ser condenada pelos representantes desses dois tipos de religião. Portanto, na próxima seção, relatam-se como a homossexualidade, nas passagens bíblicas, tende a ser interpretada tanto por representantes dessas religiões como por membros do movimento de defesa dos direitos das minorias sexuais.

2.4 – Análise dos Versículos Bíblicos sobre o Homossexualismo

Há 12 passagens bíblicas evocadas pelos religiosos para condenarem os

homossexuais (Amorese, 2003; Cavalcanti, 2003; César, 2003; Heckert, 2003; Justino, 2003; Malafaia, 2003; Matos, 2003; Oliveira, 2003). Essas passagens se referem direta ou indiretamente ao homossexualismo, sendo sete no Velho Testamento (ver Tabela 1) e cinco no Novo Testamento (ver Tabela 2). Uma análise global do conteúdo dessas passagens revela que, em todas, a homossexualidade é associada a algo negativo (Collins, 1999). Contudo, uma análise mais detalhada desse conteúdo denota algumas curiosidades interessantes. A primeira constatação é o fato de que nem todas as passagens se referem de forma explícita à homossexualidade. A verdade é que os argumentos (segunda coluna das Tabelas 1 e 2) utilizados pelos religiosos para condenar a homossexualidade podem ser classificados com base em três categorias: Interpretativos, Dedutivos e Legalistas.

Os argumentos interpretativos são aqueles que utilizam o livro do Gênesis para fundamentar a condenação, nomeadamente as passagens relatadas em Gn. 1:27-28; 2:18-24. Tais argumentos são interpretativos porque a condenação à homossexualidade em tais passagens é ausente (segunda coluna da Tabela 1). De fato, as passagens referidas sobre o livro de Gênesis não se referem à homossexualidade, mas à origem da criação. São as interpretações dadas sobre qual seria o objetivo de Deus ao criar o homem e a mulher que fundamentam os argumentos contrários à homossexualidade (e.g., Malafaia, 2003).

Segundo Malafaia, a homossexualidade é condenada por Deus desde o início, pois o padrão de Deus determinado para os homens é a relação sexual dentro do compromisso do casamento realizado entre um homem e uma mulher. Portanto, pode-se incluir também fora do padrão de Deus a prostituição, o adultério, a fornicação e o sexo bestial. É com base nessa idéia que a tradição judaico-cristã tem se orientado para institucionalizar a idéia de perversão sexual, visto que foi ela que

estabeleceu, na cultura ocidental, as primeiras doutrinas sobre o que é considerado “natural” e o que é “antinatural”, moldando as normas éticas que orientam a vida social (Barchifontaine, 1999; Tomita, 1999).

Segundo Cavalcante (1992), o texto apresenta um dimorfismo sexual: “homem e mulher” (Gn. 1:27), pois a Bíblia estabelece princípios sobre a vida sexual que são trabalhados por esse autor em seu livro *Libertação e Sexualidade*. O autor defendeu a idéia que Deus destinou o ser humano à realização com o sexo oposto: o homossexualismo ou atração pelo mesmo sexo fere esse padrão. Nesse caso, a homossexualidade seria uma perversão porque violaria a ordem natural da sexualidade humana. Ela seria contrária ao desenvolvimento da verdadeira “natureza humana”, interrompendo o fluxo natural do que é considerado o objetivo de Deus ao dotar os seres de sexualidade. Por outro lado, a heterossexualidade seria a prática sexual “natural”, pois teria um único objetivo: a procriação. Contudo, os grupos de defesa dos direitos das minorias sexuais rebatem os argumentos religiosos a partir da idéia de que a sexualidade teria duas funções: a reprodutiva, citada pelo movimento religioso; a hedonista, não mencionada nas referidas passagens bíblicas. De fato, atualmente perceber a possibilidade de usar a sexualidade sem pensar na reprodução é um passo importante para entender o debate entre religiosos e homossexuais, debate este que gira em torno das concepções sobre a natureza da homossexualidade e da heterossexualidade, fundamentalmente relacionada às concepções sobre a função da sexualidade humana (Domínguez, 1999).

Os argumentos Dedutivos são aqueles que utilizam a passagem sobre a destruição de Sodoma e Gomorra (Gn. 19:1-8) tanto na fundamentação da oposição às práticas homossexuais como na prescrição de uma forma de condenação para as pessoas que as praticam. Esse argumento é Dedutivo porque a passagem bíblica não

cita de forma precisa às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo como sendo o pecado que levou Deus a destruir tais cidades. É importante verificar que há outras três passagens que são incluídas nessa categoria, sendo uma no Velho Testamento (I Re. 14:24) e uma no Novo Testamento (Jd. 7). O interessante nessas duas passagens é o fato de elas não acrescentarem fatos novos passíveis de interpretação, apresentando apenas relatos históricos sobre as condenações feitas em épocas remotas contra os atores daquelas práticas. No caso dos motivos da destruição de Sodoma e Gomorra, os grupos religiosos (ver a Bíblia de Estudo Pentecostal) “deduzem” que o termo “conhecer” citado em Gn. 19:5 indica que os homens da cidade queriam abusar sexualmente os visitantes chegados (varões enviados por Deus). Esse argumento em relação à interpretação da palavra “conhecer” é reafirmado por Gerstenberger (1999), ao ratificar que nesse contexto a palavra é reconhecida como um ato sexual (Oliveira, 2000). Foi a partir desse incidente que se derivou a palavra “sodomia” e seu significado. Baseando-se nessa dedução que essa palavra passou a se referir especificamente ao homossexualismo. Entretanto, há outra interpretação para tal passagem bíblica. O movimento de defesa dos direitos das minorias sexuais deduz que, no fragmento “traze-os fora a nós, para que os conheçamos”, os homens daquelas cidades não pretendiam manter relações sexuais com os varões. Nesse caso, o pecado de Sodoma e Gomorra teria sido a falta de hospitalidade, não o homossexualismo (Gerstenberger, 1999; Roese, 1999). Eles baseiam esse pensamento no costume cananeu que garantia proteção a quem fosse recebido sob um teto. Muito é alegado a favor disto a partir da frase de Ló: “... nada façais a estes varões, porque por isso vieram à sombra do meu telhado” (Gn. 19:8). Assim, ele teria oferecido suas filhas para satisfazer a multidão zangada, buscando proteger a vida dos visitantes que tinham vindo sob seu teto. E a solicitação dos

habitantes da cidade para conhecê-los seria simplesmente um meio para ficar informado sobre os estranhos (Gn. 19:7), já que a palavra hebraica conhecer poderia não ter conotação sexual (Oliveira, 2000).

Os argumentos Legalistas são baseados nas Leis Mosaicas. Eles se referem, nomeadamente, há duas passagens explicitadas no livro dos Levíticos (Lev. 18:22, 20:13) e uma em Deuteronômio (Deu. 23:17-18). É de fundamental importância lembrar que as três passagens relatadas pelo Apóstolo Paulo nas Epístolas aos Romanos (Rm. 1:26-28), Coríntios (1 Cor. 6:9-10) e Timóteo (1 Tim. 1:10) não acrescentam nenhum argumento novo passível de interpretações. Ele relembra a Lei Mosaica e a condenação que os praticantes dos referidos pecados tiveram. Segundo Oliveira (2000), os homossexuais declararam que a proibição contra o homossexualismo é parte das leis dietéticas do Antigo Testamento e que a proibição de ingerir certos alimentos foi abolida (At. 10.15). Eles reivindicaram que o mesmo status fosse conferido às práticas homoeróticas. Entretanto, Oliveira defendeu a idéia que a Palavra de Deus demonstra a proibição do homossexualismo como não sendo meramente um preceito do Antigo Testamento. Essa prática continua proibida no Novo Testamento (Cf. Rm 1:26-27; 1 Co 6. 9-11; 1 Tm 1.10; Jd 7). Nesse caso, o critério de julgamento do que seja vontade de Deus nas Leis seria a confirmação de Jesus no Novo Testamento. A questão é que em momento algum nas cartas de Paulo ele mencionou o posicionamento do Filho do Homem em relação ao tema. A verdade é que Paulo repetiu o que já estava escrito na Lei (Küng, 1999).

Contudo, o elemento surpreendente em Paulo está em Rm. 1:26-28. Mesmo reforçando a Lei, essa passagem é a única em toda a Bíblia em que os teólogos

utilizam como argumento para condenar a homossexualidade feminina²⁴, fundamentalmente o trecho “(...) suas mulheres trocaram o uso natural da mulher”. Entretanto, a analogia à homossexualidade feminina foi questionada por Garupe (1999). Esse autor acreditou que Paulo poderia estar se referindo a posturas antinaturais no ato sexual devido aos diversos textos clássicos definir o coito “natural” como aquele em que a mulher estaria subordinada ao homem. Outra interpretação foi defendida por Gerstenberger (1999) que levantou dúvidas sobre a restrição estabelecida no texto, pois ele entendeu que o tipo de coabitação no texto se referiria à atividade ou passividade de um ou de outro amante. Em contrapartida, os teólogos cristãos acreditaram que, além de se referir ao homossexualismo masculino (Stamps, 1995), o texto também se referia à homossexualidade feminina. Outra característica da passagem é o fato de ela não condenar abertamente a homossexualidade. A verdade é que ele parece transmitir a mensagem de que as práticas homossexuais seriam consequência de um pecado anteriormente cometido.

Nessa linha de raciocínio, Sproul (1999) acredita que a passagem “Deus os abandonou às paixões infames” retrata a idéia de que o julgamento divino envolve a remoção das restrições divinas, tanto sobre os atos pecaminosos como sobre as suas consequências. As Escrituras encaram todos os atos homossexuais sob essa luz sendo, portanto, a consequência à degradação do corpo e a desintegração daquilo que é verdadeiramente “natural” (Malafaia, 2003).

²⁴ Segundo Garupe (1999), a razão por que as relações sexuais entre mulheres são ignoradas ou descartadas dessa maneira fica, possivelmente, evidente nos poucos autores que escrevem sobre o assunto que seria: o que ninguém fala ou escreve não existe. Outra razão para ignorar a sexualidade lésbica era a crença de que as mulheres tidas como naturalmente inferiores aos homens, estavam apenas tentando desafiá-los.

Tabela 1. Tipos de Argumentos e de Condenação das Interpretações das Passagens Bíblicas do Velho Testamento Relativas ao Homossexualismo

Livro	Argumento	Condenação	Passagens Bíblicas
Gênesis 1: 27-28	Interpretativo	Ausente	“E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.”
Gênesis 2:18-24	Interpretativo	Ausente	“E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadoura idônea para ele. (...) Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, portanto do homem foi tomada. Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne.”
Gênesis 19:1-8	Dedutivo	Direta	“E vieram os dois anjos a Sodoma à tarde, e estava Ló assentado à porta de Sodoma; e vendo-os Ló, levantou-se ao seu encontro e inclinou-se com o rosto a terra; E disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos, em casa de vosso servo, e passai nela a noite, e lavai os vossos pés; e de madrugada vos levantareis e ireis vosso caminho. E eles disseram: Não, antes na rua passaremos a noite. E porfiou com eles muito, e vieram com ele, e entraram em sua casa; e fez-lhes banquete, e cozeu bolos sem levedura, e comeram. E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Ló, e disseram-lhe: Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. Então saiu Ló a eles à porta, e fechou a porta atrás de si, e disse: Meus irmãos, rogo-vos que não façais mal; eis aqui, duas filhas tenho, que ainda não conheceram homens; fora vo-las trarei, e fareis delas como bom for aos vossos olhos; somente nada façais a estes homens, porque por isso vieram à sombra do meu telhado”.
Levítico 18:22	Legalista	Direta	“Com o homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é”.
Levítico 20:13	Legalista	Direta	“Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles”.
Deuteronômio 23:17-18	Legalista	Histórica	“Não haverá prostituta dentre as filhas de Israel; nem haverá sodomita dentre os filhos de Israel. Não trarás o salário da prostituta nem preço de um sadomita à casa do Senhor teu Deus por qualquer voto, porque ambos são igualmente abominação ao Senhor teu Deus”.
I Reis 14:24	Dedutivo	Histórica	“Havia também sodomitas na terra; fizeram conforme a todas as abominações dos povos que o Senhor tinha expulsado de diante dos filhos de Israel”.

Tabela 2. Tipos de Argumentos e de Condenação das Interpretações das Passagens Bíblicas do Novo Testamento Relativas ao Homossexualismo

Livro	Argumento	Condenação	Passagens Bíblicas
Romanos 1:26-28	Legalista	Ausente ^a	‘Por isso também Deus os entregou as concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si; Pois mudaram a verdade de Deus em mentira, e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém. Por isso Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros; homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro. E, com eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convêm;...”
I Coríntios 6:9-10	Legalista	Histórica	‘Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus? Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus”
I Timóteo 1:10	Legalista	História	‘Para os devassos, para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros, e para o que for contrário à sã doutrina,...”
Judas 7	Dedutivo	Histórica	“Assim como Sodoma e Gomorra, e as cidades circunvizinhas, que, havendo-se entregue à fornicção como aqueles, e ido após outra carne, foram postas por exemplo, sofrendo a pena do fogo eterno.”

^aAs práticas homossexuais nesta passagem parece refletir mais uma consequência de um pecado anteriormente cometido do que a fonte do pecado.

Como se pode constatar, a condenação dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo é evidente nas passagens Bíblicas, principalmente às descritas nas Leis Mosaicas. Contudo, essa condenação não é uniforme e permite várias interpretações. Baseando-se nas diversas interpretações que os líderes religiosos fundamentaram suas pregações e seus posicionamentos sobre o tema, tentando sintetizar as diversas passagens com a expressão de uma única vontade de Deus redigida em contextos distintos. Por exemplo, em uma recente entrevista concedida à revista *Veja* (Secco, 2003), o pastor protestante R. R. Soares afirmou que a homossexualidade deveria ser punida com a morte. Segundo ele:

A Bíblia disse que Deus fez o macho e a fêmea. Não fez o terceiro sexo. O Velho Testamento faz referência aos rapazes escandalosos. Eles eram até mortos. A Bíblia fala em dez grupos de pessoas que não herdarão o reino de Deus. Entre eles estão os efeminados e os sodomitas. Eu costumo usar um exemplo. Imagine um fazendeiro que compra uma fazenda com cinquenta vacas para fazer uma criação. Suponha que ele compre cinco touros para cobrir as vacas. Na hora, o touro senta no chão e não quer cobrir. A vaca, por sua vez, também não o deixa cobrir. Você acaba matando a animal porque o queria para reprodução. Deus criou o sexo para procriação, além do prazer. Os homossexuais querem o sexo só pra o prazer. No apocalipse está escrito que essas pessoas não herdarão o reino de Deus (R. R. Soares em entrevista a Secco, 2003, p.14).

Mas se a homossexualidade manifesta é condenável, o que poderia ser dito a respeito dos pensamentos e sentimentos homossexuais? Em outras palavras, o que pode ser referido sobre os indivíduos que têm fantasias e impulsos sexuais tendentes

à homossexualidade, mas que são mantidos ocultos? O que pensar sobre pessoas, inclusive cristãos, que parecem ter suas vidas orientadas pelas leis bíblicas, cujos casamentos heterossexuais são normativamente satisfatórios, mas que se sentem incomodados por tendências homossexuais constantes que ameaçam a sua masculinidade ou feminilidade e que possam talvez “escorregar” e tornar -se aparente a outros?

Parece ser a resposta a essas questões a principal dimensão que diferencia atualmente os posicionamentos entre católicos e protestantes. Por exemplo, Dom Eugenio Sales, arcebispo emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em um artigo publicado no Jornal O Globo, apresentou um posicionamento semelhante ao do pastor protestante R. R. Soares ao escrever, evocando um trecho do Velho Testamento (Lev. 18: 22; 20: 13), que “o texto sagrado não admite dúvidas: ‘o homem que se deita com outro homem como se fosse uma mulher ambos cometeram uma abominação, deverão morrer’(...), há diversas outras citações bíblicas na mesma orientação doutrinária” (Sales, 2003, p.7). Contudo, a condenação aos homossexuais feita pelo referido arcebispo é expressa de forma mais sutil do que aquelas palavras utilizadas pelo pastor R. R Soares. De fato, Sales esclareceu que há de se distinguir entre tendência e atos homossexuais, pois “possuir a tendência ao homossexualismo não significa algo ofensivo a Deus e aos homens. O pecado está no ato livremente praticado. A ofensa ao Senhor está em ceder a esse impulso, pois não falta auxílio do Altíssimo a quem O procura, para observar a ordem moral por Ele estabelecida. (...) as pessoas homossexuais são chamadas à castidade” (p.7). D. Eugenio Sales concluiu o artigo afirmando que a mensagem transmitida por ele “é o ensinamento da Igreja, em **nome de Cristo**, transmitido aos seus fiéis e as pessoas de boa vontade” (p.7, os grifos são nossos).

Por outro lado, Collins (1999), teólogo de orientação protestante, acrescentou que ter tentações, desejos e sentimentos homossexuais não é condenado em ponto algum das Escrituras. Contudo, segundo ele, quando o indivíduo se demora nesses pensamentos e se envolve continuamente em fantasias sexuais quer homossexuais ou heterossexuais, então os pensamentos se tornam luxúria e essa é claramente um pecado. De fato, segundo Spencer (1999), ‘homossexualidade e heresia tornaram-se entrelaçadas muito cedo, de modo que a Igreja via os heréticos não apenas como blasfemadores, mas também como seres demoníacos em sua corrupção sexual, pecando da maneira mais flagrante e profunda. Para um religioso, ser descoberto como homossexual não era ter simplesmente infringido o livro de Levíticos, mas tais homens estavam se comportando com um herege’ (p. 87).

2.5 – Resumo do Capítulo

Neste capítulo foram apresentados os possíveis fundamentos das concepções religiosas sobre a natureza do Homossexualismo. Após essa breve descrição pode-se levantar a hipótese de que o posicionamento dos estudantes de teologia sobre os homossexuais é influenciado por suas visões sobre a natureza da homossexualidade. Espera-se também que esse posicionamento seja fundamentalmente preconceituoso porque tal posicionamento é baseado em um código normativo - a Palavra de Deus. A Bíblia como o conjunto de livros básicos que orientam tanto os católicos quanto os protestantes contém as bases históricas e teológicas sobre as quais os seus representantes procuram fundamentar suas visões sobre a natureza dos atos homossexuais. Esses fundamentos vão buscar, sobretudo, no livro dos Levíticos a sua base de apoio. Embora essa condenação faça menção ao futuro, pois ‘nem os efeminados, nem os sodomitas (...) **herdarão** o reino de Deus’ (I Cor. 6: 9-10, os

grifos são nossos) ela pode estar sendo antecipada por aqueles, tanto católicos quanto protestantes, que provavelmente serão responsáveis por transmitir a Palavra de Deus aos leigos. Mas, embora a Bíblia contenha relatos sobre a possível condenação às pessoas que mantêm relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo, existe divergência no entendimento sobre as passagens bíblicas. Especificamente, essa variabilidade se refere ao fato desses relatos representarem ou não a vontade de Deus. Polarizam o debate os movimentos religiosos (católicos e protestantes), de um lado, e os movimentos de defesa das minorias sexuais, de outro lado. Mesmo entre os religiosos há variabilidade, não no fato das Escrituras representarem ou não a vontade de Deus, mas na ênfase dada à condenação, tal como as visões de R. R. Soares (Secco, 2003), Malafaia (2003), por um lado, e do Arcebispo D. Eugênio Sales (2003), por outro lado. Espera-se que essas diferenças apareçam mais claramente em um estudo empírico que compara os posicionamentos dos católicos aos dos protestantes em relação às representações sociais referentes à homossexualidade.

Capítulo 3: Estudo Empírico

Neste capítulo, seguindo as idéias apresentadas por Lacerda e cols. (2002), utilizou-se o modelo proposto por Doise e cols. (1993) para analisar as representações que estudantes de teologia católicos e protestantes têm sobre a natureza da homossexualidade e como essas representações orientam o posicionamento desses estudantes frente aos homossexuais.

Relativamente ao preconceito, tem-se relatado que, nos últimos anos, apareceu um tipo menos flagrante de preconceito (Meertens & Pettigrew, 1999) que levou ao desenvolvimento de novas teorias para compreender suas formas de expressão (Gaertner & Dovidio, 1986; Kinder & Sears, 1981, McConahay, 1983) que defendem que o preconceito se apresenta de forma sutil, ou encoberta, sem contrariar as normas antipreconceituosas (Vala & cols., 1998; 1999). Especificamente, Pettigrew e Meertens (1995) identificaram uma tipologia formada por três tipos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, os com alta rejeição à proximidade e negação de emoções positivas; preconceituosos sutis, os com pouca rejeição à proximidade e negação de emoções positivas; e igualitários ou não preconceituosos, os com baixa rejeição à proximidade e expressão de emoções positivas.

Nesse sentido, Lacerda e cols. (2002) mostraram que essa tipologia também serve para organizar os posicionamentos de estudantes universitários em relação aos homossexuais. Além disso, eles denotaram que as representações de estudantes de psicologia, de medicina e de engenharia civil sobre a natureza da homossexualidade são compostas por cinco princípios organizadores: explicações religiosas, ético-morais, psicológicas, biológicas e psicossociais. Esses autores também averiguaram

que os estudantes com alto grau de rejeição aos homossexuais também sentiam muitas emoções negativas e poucas positivas em relação a essa categoria social sendo, assim, classificados como preconceituosos flagrantes. Os estudantes que não apresentaram rejeição a relações de proximidade com os homossexuais, mas sentiam poucas emoções negativas e poucas emoções positivas foram classificados como preconceituosos sutis, enquanto que os estudantes que também não rejeitavam os homossexuais sentiam muitas emoções positivas e poucas negativas foram classificados como não preconceituosos. Finalmente, a análise da ancoragem social do posicionamento dos estudantes nessa tipologia mostra que os preconceituosos flagrantes deram explicações ético-morais e religiosas para a homossexualidade. Os preconceituosos sutis atribuíram explicações biológicas e psicológicas, enquanto os não preconceituosos apontaram explicações psicossociais. Esses resultados levaram Lacerda e cols. a concluir que as explicações que os grupos dão para a homossexualidade podem contribuir com a manutenção de práticas discriminatórias, na medida em que suas explicações mantêm uma representação do homossexual como portador de alguma anormalidade e, portanto, necessitado de cura.

Na pesquisa acima citada a pertença social influenciou essa ancoragem, pois os estudantes de engenharia foram mais preconceituosos flagrantes, os de medicina foram mais sutis e os de psicologia aparecem de forma mais freqüente no grupo dos não preconceituosos (Lacerda & cols.,2002). A análise dessa classificação permitiu constatar também que os estudantes do sexo masculino tenderam a ser flagrante, enquanto as estudantes foram mais sutis ao expressar o seu preconceito. Os resultados também indicaram que a pertença religiosa não influenciou essa classificação, embora as explicações religiosas tenham sido centrais na definição do grupo dos preconceituosos flagrantes. Essa centralidade das explicações religiosas na

ausência de influência do tipo de religião levou a necessidade de se estudar de forma mais detalhada às relações entre explicações da homossexualidade e preconceito contra homossexuais, principalmente num contexto religioso. Baseando-se nessa idéia busca-se realizar um estudo sobre essas relações em estudantes de teologia protestantes e católicos.

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre as explicações da homossexualidade e o preconceito contra os homossexuais.

3.1 – Objetivos Específicos

Considerando as implicações teóricas e os desdobramentos metodológicos subjacentes a essa proposta, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Verificar se a adesão às escalas de rejeição à proximidade e expressões de emoções em relação aos homossexuais permite classificar os estudantes com base na tipologia proposta por Pettigrew e Meertens (1995). Esperam-se identificar os três tipos de posicionamentos constatados por Lacerda e cols. (2002): preconceituosos flagrante; preconceituosos sutis; não preconceituosos.
- Analisar a estrutura dos princípios organizadores das explicações da homossexualidade. Acredita-se que essa estrutura esteja organizada em cinco tipos de explicações, tal como constatado por Lacerda e cols. (2002): explicações biológicas, explicações psicológicas, explicações religiosas, explicações ético-morais e explicações psicossociais. O conjunto dessas explicações constitui as representações sociais da homossexualidade.

- Avaliar como essas explicações da homossexualidade e as características sóciográficas dos estudantes ancoram o preconceito contra os homossexuais. Espera-se que as explicações da homossexualidade, tal como mostrado por Camino e Pereira (2000) e confirmado por Lacerda e cols. (2002), sejam os principais repensáveis pela ancoragem social da forma como os estudantes expressam seu preconceito contra os homossexuais. Nesse sentido, espera-se que a adesão às explicações éticos-morais e religiosas se relacione positivamente com o preconceito contra os homossexuais, tanto no que se refere à rejeição a proximidade quanto à expressão de afetos negativos (preconceito flagrante). A adesão a explicações psicológicas e psicossociais se relacionará negativamente com a rejeição de proximidade e favorecerá a expressão de afetos positivos em relação a homossexuais (igualitários ou não-preconceito).

3.2 – Método

3.2.1 – Participantes

Este estudo foi realizado com dados coletados numa amostra composta por 374 estudantes de teologia de ambos os sexos da cidade de Goiânia, sendo 206 protestantes e 165 católicos. A maioria dos participantes eram do sexo masculino (78%)²⁵. A idade dos estudantes de teologia variou de 14 a 54 anos ($M = 27,66$; $DP =$

²⁵ Pode parecer estranho o fato de haver estudantes de teologia do sexo feminino. De fato, é rara a presença de mulheres em seminários católicos. Em seminários protestantes a presença de mulheres é mais freqüente, tal como mostram os dados sociográficos descritos. Embora os seminários estudados aceitem estudantes de teologia mulheres e exista uma quantidade maior delas nos cursos protestantes, em ambas denominações, as mulheres não estudam para serem líderes religiosas (pastoras ou

7,51). O tempo de seminário variou de 1 a 12 anos ($M = 4,1$; $DP = 2,46$). O grau médio de religiosidade, avaliado através de uma escala variando de 1 (pouco religioso) a 7 (muito religioso), é igual a 4,9 ($DP = 1,21$). Os participantes dos dois tipos de seminários se diferenciaram em todas as variáveis demográficas de caracterização da amostra.

Os seminários protestantes apresentaram número significativamente ($\chi^2_1 = 37,957$; $p < 0,001$) maior de mulheres do que os seminários católicos (34% e 7%, respectivamente). Os seminários católicos eram formados predominantemente por estudantes de teologia masculinos (93%). Os estudantes de teologia protestantes tinham idade mais elevada ($M = 29,0$; $DP = 8,48$) que os católicos ($M = 26,0$; $DP = 5,64$), $t(372) = 4,003$; $p < 0,001$. Em contrapartida, os católicos tinham maior tempo de seminário ($M = 4,7$; $DP = 2,59$) do que os protestantes ($M = 3,7$; $DP = 2,26$), $t(372) = 4,016$; $p < 0,001$. Os católicos também se consideravam mais religiosos ($M = 5,1$; $DP = 0,88$) que os protestantes ($M = 4,8$; $DP = 1,42$), $t(372) = 2,234$; $p < 0,05$.

3.2.2 – Instrumentos

Utilizou-se o questionário desenvolvido por Lacerda e cols. (2002) que, além de perguntas sobre os dados sociográficos que caracterizam a amostra (sexo, grau de religiosidade, tempo de curso), contém as seguintes escalas:

Escala de Rejeição à proximidade: consiste em uma adaptação da escala utilizada inicialmente por Pettigrew e Meertens (1995) para avaliar o preconceito flagrante contra os negros. Utilizou-se, entretanto, a versão adaptada por Lacerda e cols. (2002) para a análise do preconceito contra os homossexuais. Essa escala é

sacerdotisas). Sua função é de coadjuvante: religiosas (freiras) e religiosas-leigas na igreja católica; missionárias na igreja evangélica.

composta por dez itens que descrevem situações do cotidiano relacionadas à rejeição de relações de proximidade com homossexuais. Os participantes indicam o quanto se sentem incomodados com cada situação descrita nesses itens numa escala que varia de 1 (não me incomoda) a 7 (incomoda-me muito). (Veja Anexos A e B, Questão 2, para acesso aos itens da Escala).

Escala de Expressão Emocional: Esta escala foi construída a partir de emoções positivas e negativas listadas no estudo elaborado por Dijker (1987) que analisa as dimensões afetivas envolvidas no preconceito. Utilizou-se a versão adaptada por Lacerda e cols. (2002) em seu estudo sobre as representações da homossexualidade. A escala utilizada é composta por seis emoções. Três dessas emoções são positivas (admiração, satisfação e felicidade) e três negativas (desprezo, raiva e nojo), em que os estudantes indicaram o quanto já sentiram estas emoções com relação a homossexuais, sendo estas escalas com variação de 1 (nunca) a 7 (muitas vezes).

Escala de Explicações da Homossexualidade: Essa escala foi inicialmente desenvolvida por Camino e Pereira (2000) para avaliar a adesão de professores de psicologia às explicações vigentes no discurso cotidiano sobre a natureza da homossexualidade. Posteriormente, Lacerda e cols. (2002) propuseram a versão final desse instrumento definindo quinze itens que descrevem cinco possíveis explicações da homossexualidade: a) *Explicações Biológicas:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunções hormonais”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas biológicos”; b) *Explicações Ético-Morais:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais do sujeito”; c)

Explicações Religiosas: “As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da Palavra de Deus”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa característica das sociedades atuais”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual para resistir a tentações”; d) *Explicações Psicológicas*: “As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas a situações traumáticas vividas na infância”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais”; e) *Explicações Psicossociais*: “As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica, pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”; “As causas da homossexualidade não podem ser especificadas, pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”; “As causas da homossexualidade não podem ser especificadas, pois ela não constitui doença, nem distúrbio nem perversão”. Os participantes indicam o quanto eles concordaram com cada item numa escala tipo *Likert* variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

3.2.3 – Procedimentos

Para a realização do estudo foram seguidas três etapas. Inicialmente, foi realizado um levantamento dos seminários católicos e protestantes de Goiânia. Em seguida, foram realizadas visitas aos coordenadores desses seminários para a obtenção da autorização formal para a realização do estudo. Finalmente, aplicaram-se os questionários os quais foram respondidos individualmente em salas de aula por todos os estudantes de teologia que se dispunham a participar da pesquisa.

3.3 – Resultados

A análise dos dados seguiu as recomendações propostas por Doise e cols. (1993) no Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais. Inicialmente, foram analisadas as estruturas fatoriais e a fidedignidade das três escalas utilizadas no estudo. Para a avaliação da estrutura fatorial da escala de rejeição à proximidade, aplicou-se a análise fatorial, através do método dos eixos principais (*Principal Axis Factoring*), aos escores atribuídos pelos estudantes de teologia aos dez itens que compõem essa escala. Optou-se por utilizar essa extração fatorial porque, diferente de outros métodos, ela identifica não apenas os principais componentes como base nos quais as variáveis são organizadas. Ela revela, sobretudo, os construtos psicossociais subjacentes às respostas dos participantes aos itens das escalas. Tecnicamente, por levar em consideração a variância de erro de medida das variáveis que compõem a diagonal da matriz de correlações que serve de base para a extração dos fatores, o método dos eixos principais permite identificar realmente fatores psicossociais comuns subjacentes às correlações entre as variáveis. Esse processo resulta numa solução fatorial mais estável e metodologicamente mais parcimoniosa do que soluções encontradas através de outros métodos, como a análise dos componentes principais (Tabchinick & Fidell, 1996). Os resultados dessa análise mostram (Tabela 3) um único fator (ou princípio organizador) que explica 55% da variabilidade total. A fidedignidade dessa escala, avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach (1951), é elevada ($\alpha = 0,92$). Esses resultados permitem considerar como sendo válida e precisa a escala de rejeição a relações de proximidade dos estudantes de teologia em relação aos homossexuais.

Tabela 3. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), Autovalor, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Rejeição a Relações de Proximidade.

Itens Abreviados da Escala	Cargas Fatoriais	h^2
Saber que o pastor (vigário) da sua igreja é homossexual	0,80	0,64
Saber que seu filho tem amizades com homossexuais	0,80	0,64
Saber que seu filho é homossexual	0,79	0,62
Se um membro fiel de sua igreja fosse homossexual assumido	0,78	0,61
Saber que os parentes do pastor (vigário) são homossexuais	0,78	0,60
Ver casais homossexuais namorando	0,71	0,51
Morar com homossexuais assumidos	0,71	0,50
Ter amigos que sejam homossexuais assumidos	0,70	0,49
Ter um homossexual como seu colega no trabalho	0,67	0,46
Ter um homossexual como seu chefe no trabalho	0,66	0,43
Autovalor	5,50	
Explicação da Variância	55%	
Fidedignidade (Alfa)	0,92	

Nota. KMO = 0,90; Esfericidade = 2.739,79; $p < 0,001$.

Com relação à expressão emocional, os resultados da análise fatorial pelo método dos eixos principais mostram (Tabela 4) a existência de dois fatores (ou dois princípios organizadores) que explicam 46% da expressão de emoções dos estudantes de teologia frente aos homossexuais. O Fator 1, que explica 26% da variabilidade, é responsável pela expressão das emoções negativas (desprezo, raiva e nojo). O Fator 2, que é responsável pela expressão das emoções positivas (felicidade, satisfação e admiração), explica 20% da variabilidade. A análise da fidedignidade

desses fatores mostra coeficientes *alfa* suficientes para construção de indicadores razoavelmente consistentes da expressão de emoções negativas e positivas em relação aos homossexuais (alfas = 0,75 e 0,64, respectivamente com $M = 0,70$).

Tabela 4. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), *Autovalor*, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Expressão de Emoções em Relação aos Homossexuais.

Emoções	Tipos de Emoções		h^2
	Emoções Negativas	Emoções Positivas	
Desprezo	0,77		0,60
Raiva	0,74		0,55
Nojo	0,59		0,38
Felicidade		0,70	0,52
Satisfação		0,63	0,42
Admiração		0,51	0,28
Autovalores	1,54	1,20	
Variância Explicada	26%	20%	
Fidedignidade (Alfas)	0,75	0,64	

Nota. Apenas as cargas fatoriais superiores a 0,35 são apresentadas após a rotação varimax; KMO = 0,66; Teste de Esfericidade = 434,33; $p < 0,001$.

A Análise Fatorial pelo método dos eixos principais também foi usada para identificar os princípios organizadores das explicações da homossexualidade. Para esse cálculo, seguindo as recomendações de Lacerda e cols. (2002), foram fixados, *a priori*, cinco Fatores como limite máximo na extração fatorial. Os resultados

mostram (Tabela 5) que em todos os Fatores o autovalor são superiores a 1, explicando 54% da variância compartilhada. O primeiro Fator explica 13% da variabilidade e é o responsável pela organização das explicações religiosas. O Fator 2 organiza as explicações ético-morais, explicando 12% da variabilidade. O item “falta de respeito” compartilha elementos dos princípios ético -moral e religioso. O terceiro Fator explica 11% da variância, reunindo os itens que descrevem explicações psicológicas. O quarto fator, que explica 9% da variância, é formado por itens que descrevem explicações biológicas. Finalmente, o quinto fator, que explica 9% da variabilidade, é chamado de explicações psicossociais, uma vez que organiza itens que não determinam causas específicas à homossexualidade. A análise da fidedignidade das escalas mostra alfas variando de 0,64 a 0,82 ($M = 0,73$) o que permite a construção de índices do posicionamento dos estudantes de teologia nos princípios organizadores das explicações da homossexualidade.

Após a análise das estruturas teóricas e da fidedignidade das escalas utilizadas para medir o preconceito contra os homossexuais, procurou-se analisar de forma detalhada o posicionamento dos estudantes de teologia nessas escalas com a finalidade de classificar o tipo de preconceito apresentado por eles, tal como proposto no paradigma de Lacerda e cols. (2002). Para atingir esse objetivo, e seguindo o raciocínio de Aldenderfer e Blashfield (1984), aplicou-se a Análise Hierárquica de Aglomerados para indivíduos (*Hierarchical Cluster Analysis* para casos) aos escores dos estudantes de teologia nos indicadores compostos de rejeição à proximidade e de expressão de emoções positivas e negativas. Essa análise procura classificar os indivíduos em grupos ou categorias com base nas suas respostas aos indicadores utilizados.

Tabela 5. Cargas Fatoriais, Comunalidades (h^2), *Autovalor*, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Explicações da Homossexualidade.

Itens Abreviados da Escala	Princípios Organizadores das Explicações da Homossexualidade					h^2
	<i>F1</i>	<i>F2</i>	<i>F3</i>	<i>F4</i>	<i>F5</i>	
Falta de fé religiosa	0,70					0,66
Descumprimento da palavra de Deus	0,68					0,63
Fraqueza espiritual	0,61					0,51
Falta de caráter		0,85				0,82
Falta de valores morais do sujeito		0,72				0,69
Falta de respeito	0,52	0,43				0,47
Traumas vividos na infância			0,85			0,78
Abusos sexuais sofridos na infância			0,76			0,61
Má resolução de conflitos			0,46			0,25
Disfunções hormonais				0,78		0,64
Problemas biológicos				0,71		0,56
Problemas hereditários				0,38		0,25
Orientação sexual					0,62	0,44
Faz parte da identidade do sujeito					0,62	0,51
Não é doença nem distúrbio					0,52	0,29
Autovalores	1,90	1,81	1,67	1,41	1,32	
Explicação da Variância	13%	12%	11%	9%	9%	
Fidedignidade (Alfas)	0,82	0,81	0,73	0,66	0,64	

Nota. *F1*: Explicações Religiosas; *F2*: Explicações Ético-Morais; *F3*: Explicações Psicológicas; *F4*: Explicações Biológicas; *F5*: Explicações Psicossociais. Apenas as cargas fatoriais superiores a 0,35 são apresentadas após a rotação *varimax*. *KMO* = 0,79; Esfericidade = 2.031,50; $p < 0,001$.

Normalmente não se conhecem, *a priori*, nem o número de aglomerados (*clusters*) nem a quantidade de indivíduos dentro dos aglomerados. Por isso, muitas vezes essa técnica é referida como um procedimento *ad hoc* para interpretação dos princípios psicológicos subjacentes à categorização dos membros duma população (Pestana & Gageiro, 2000). Contudo, as análises realizadas aqui foram orientadas pela hipótese, fundamentada no paradigma do preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1995), de que o posicionamento dos estudantes nos três indicadores representaria perfis que poderiam ser categorizados em preconceituosos flagrantes, sutis e não preconceituosos. Relativamente à quantidade de indivíduos em cada categoria, a investigação conduzida por Lacerda e cols. (2002) sobre homofobia já havia mostrado que o número de não preconceituosos (24%) é proporcionalmente inferior ao de flagrantes (38%) e de sutis (38%). Embora não se tenha uma hipótese específica sobre o número de indivíduos em cada categoria, esperava-se verificar um padrão de resultados semelhante a esse.

Na Análise Hierárquica de Aglomerados os grupos são formados a partir dos pares de indivíduos mais próximos (ou mais homogêneos) de acordo com uma medida de distâncias escolhida. A análise é hierárquica porque após agrupar dois casos, esses permanecem juntos até o fim das etapas, de modo que um aglomerado formado numa etapa posterior inclui aglomerados da etapa anterior e assim sucessivamente (Pestana & Gageiro, 2000). A partir das respostas dos estudantes nos indicadores utilizados, o programa calculou uma matriz de distâncias euclidianas quadráticas entre casos (sujeitos). Para a formação dos aglomerados, foi utilizado o método de Ward (1963) porque se pretendia que os agrupamentos fossem construídos de tal forma que os estudantes com perfis de respostas mais semelhantes fossem reunidos em grupos (ou aglomerados de indivíduos) como maior

homogeneidade intragrupos e maior heterogeneidade possível entre os grupos. Os resultados dessas análises são sintetizados numa dendograma que apresenta as distâncias entre os aglomerados numa escala que varia de 0 a 25, que serve para a escolha do número de aglomerados tecnicamente mais adequado²⁶. A análise do dendograma mostrou resultados que confirmam parcialmente às hipóteses levantadas. Esses resultados mostram que a melhor classificação é a que agrupa os estudantes em dois grupos de indivíduos e não em três como era esperado. Após a identificação do melhor número de grupos, foi solicitado ao programa para salvar a classificação dos estudantes como uma nova variável. Essa variável recebeu os valores 1 (Grupo 1) e 2 (Grupo 2). Assim, esse procedimento permitiu identificar dois perfis de respostas dos estudantes aos indicadores de rejeição à proximidade e expressão de emoções positivas e negativas.

A nova variável construída pela análise de aglomerados apenas indica que dois grupos foram identificados. Ela não revela o significado psicossocial concernente à inclusão dos indivíduos num ou noutro grupo. Para encontrar esse significado é necessário aplicar outra técnica para comparar as médias do posicionamento dos grupos salvos nos três indicadores utilizados na análise de aglomerados (Doise & cols., 1993). Para tanto, foi aplicada uma Análise Multivariada de Variâncias (MANOVA), tomando como fator intergrupo os dois grupos salvos pela análise de aglomerados e, como variáveis dependentes, a rejeição à proximidade e a expressão de emoções positivas e negativas (veja Tabela 6). Os resultados dessa análise mostram que o efeito multivariado é significativo, $F(3,367) = 247,41$; $p < 0,001$. Esse resultado significa que os perfis dos dois grupos identificados são diferentes no que concerne à expressão do preconceito contra os homossexuais. A classificação

²⁶ Como a amostra utilizada neste estudo é grande ($N = 374$) não é possível apresentar uma figura com o dendograma, pois esta seria formada por 371 linhas distribuídas em 10 páginas.

dos estudantes de teologia nesses dois grupos explica 67% da variância total dos posicionamentos nas escalas utilizadas (*Pillai's Trace* = 0,67). Para a identificação das características de cada grupo foram analisados os efeitos univariados (ANOVAS) desses grupos sobre as escalas de expressão emocional e rejeição à proximidade. Esses efeitos revelam que todas as diferenças entre os grupos são significativas: $F_{\text{Emoções Negativas}}(1,369) = 95,78; p < 0,001; \eta^2 = 0,21$; $F_{\text{Emoções Positivas}}(1,369) = 36,75; p < 0,001; \eta^2 = 0,09$; $F_{\text{Rejeição à proximidade}}(1,369) = 703,63; p < 0,001; \eta^2 = 0,66$.

Tabela 6. Frequências, Porcentagens, Médias e Desvios Padrões (entre parênteses) da Adesão dos Grupos de Estudantes Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados nas Escalas de Rejeição à Proximidade e Expressão de Emoções.

	Grupos de Indivíduos Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados	
	1	2
N	267	104
%	72%	28%
Designação do Grupo	Flagrantes	Sutis
Escalas de:		
Emoções Negativas	2,6 (1,42)	1,2 (0,46)
Emoções Positivas	1,5 (0,86)	2,2 (1,23)
Rejeição à Proximidade	5,3 (0,98)	2,3 (0,86)

Nota. A expressão de emoções negativas e positivas variam de 1 (nunca) a 7 (freqüentemente). A escala de rejeição à proximidade também varia de 1 (pouca rejeição) a 7 (muita rejeição).

Como pode ser constatado na Tabela 6, o Grupo 1, formado por 72% dos

estudantes, pode ser chamado de Preconceituoso Flagrante, pois seus participantes são os que mais expressam emoções negativas ($M = 2,6$), expressam poucas emoções positivas ($M = 1,5$) e apresentam alto índice de rejeição à proximidade ($M = 5,3$). Os membros do Grupo 2, constituído por 28% dos estudantes, podem ser chamados de Preconceituosos Sutis, pois, embora tenham pouca rejeição à relações de proximidade ($M = 2,3$) e expressem poucas emoções negativas ($M = 1,2$), também expressam poucas emoções positivas ($M = 2,2$) em relação aos homossexuais.

Após a definição dos dois grupos de estudantes, analisaram-se como as adesões às cinco explicações da homossexualidade e às características sócio-demográficas ancoram o tipo de preconceito apresentado. Essa ancoragem foi verificada através de Análises de Funções Discriminantes. Segundo Doise e cols. (1993) essa técnica de análise de dados é apropriada para análise do processo de ancoragem particularmente quando a variável a ser ancorada é medida ao nível nominalmente. Os grupos de sujeitos que compõem essa variável são denominados centróides. Especificamente, essa análise procura a melhor combinação linear possível entre as variáveis predictoras (ou as âncoras, para utilizar a terminologia da teoria das representações sociais) que melhor discrimina os grupos centróides. Assim, os resultados dessas análises têm implicações teóricas bastante relevantes uma vez que permitem descrever quais são as variáveis psicossociais que melhor explicam porque os indivíduos foram classificados num ou noutro grupo. Nessas análises utilizaram-se, como grupos centróides, os dois grupos de estudantes de teologia (Preconceituosos Sutis e Flagrantes) classificados na Análise Hierárquica de Aglomerados e, como variáveis independentes, as características sócio-demográficas (sexo, idade, grau de religiosidade, tempo de curso e tipo de seminário) e a adesão dos estudantes às cinco explicações da homossexualidade (ético-moral, religiosa,

psicossocial, psicológica e biológica). Essas análises foram realizadas através do cálculo de três Funções Discriminantes. Devido ao fato dos estudantes de teologia católicos e protestantes se diferenciam em relação aos dados sociográficos (ver seção de caracterização dos participantes), foi necessária a realização de análises específicas em cada grupo de seminarista. Inicialmente, realizou-se uma análise na amostra de estudantes de teologia católicos. Em seguida, a mesma análise foi realizada considerando apenas a amostra de estudantes de teologia protestantes. Por fim, a análise considerou todos os participantes da pesquisa, tomando o tipo de seminário como uma variável independente na função. A interpretação das funções, em todas as análises, foi realizada com base na matriz de correlações entre as variáveis discriminantes e as funções canônicas. Esse procedimento tem sido apontado na literatura como sendo o mais apropriado para a obter a medida de associação das variáveis com as funções (Klecka, 1980).

3.3.1 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito que os Estudantes de Teologia Católicos têm Contra Homossexuais

A análise de Funções Discriminantes, aplicada à amostra de estudantes de teologia católicos, revela a função responsável pela melhor discriminação dos grupos é significativa, autovalor = 0,35, Correlação Canônica = 0,51, $\Lambda = 0,74$, $\chi^2_9 = 47,28$, $p < 0,001$). Os resultados dessa análise (Tabela 7) mostram claramente a existência de uma representação social bipolar sobre a natureza da homossexualidade. De fato, as explicações ético-morais e religiosas se opõem às explicações psicossociais. Constata-se também que o posicionamento dos estudantes de teologia nesses pólos relaciona-se com sua pertença sócio-demográfica: os estudantes do sexo feminino, os

com idade mais elevada e os com mais tempo de seminário atribuem explicações psicossociais e rejeitam as explicações ético-morais e religiosas.

Tabela 7. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem dos Grupos de Estudantes Católicos (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.

	Matriz de Correlações	
	Função 1	
Dados Sociográficos:		
Sexo	0,49	***
Idade	0,24	**
Tempo de Seminário	0,27	***
Grau de Religiosidade	-0,01	
Explicações da Homossexualidade		
Religiosas	-0,59	***
Ético-Morais	-0,71	***
Psicológicas	-0,11	
Biológicas	0,10	
Psicossociais	0,46	***
Grupos de Estudantes:		
Preconceituosos Sutis (n = 83)	0,58	
Preconceituosos Flagrantes (n = 82)	-0,59	

Nota. Na variável sexo foram atribuídos os valores 0 (masculino) e 1 (feminino). A variável idade foi media em anos. O tempo de seminário varia de 1 a 20 anos. O grau de religiosidade varia de 1 (nada religioso) a 5 (extremamente religioso). As explicações da homossexualidade variam de 1 (discorda totalmente) a 7 (concorda totalmente). * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (Teste Unilateral).

A análise da ancoragem social do tipo de preconceito dos estudantes foi

realizada através da relação entre as variáveis discriminantes (as explicações da homossexualidade e os dados sociográficos) e os grupos centróides (Sutil ou Flagrante). Como podem ser constatados, os preconceituosos sutis tendem a explicar a homossexualidade com base em causas psicossociais, ao passo que rejeitam as causas ético-morais e religiosas. Além disso, o grupo de preconceituoso sutil é formado, sobretudo, pelos estudantes de teologia do sexo feminino, com idade mais elevada e com maior tempo de seminário. Por outro lado, os preconceituosos flagrantes mostram um perfil oposto aos apresentado pelos sutis. Eles atribuem explicações ético-morais e religiosas e tendem a discordar das explicações psicossociais. Esse grupo é formado pelos estudantes de teologia do sexo masculino com idade menos elevada e com menor tempo de seminário.

Tabela 8. Matriz de Classificação (*Confusion Matrix*) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra de Estudantes Católicos.

Classificação dos Casos			
	n	Sutis	Flagrantes
Sutis	83	68%	32%
Flagrantes	82	32%	68%

A Porcentagem Total de Casos Classificados Corretamente é Igual a 68%

Nota. A porcentagem de classificação correta para cada grupo está impressa na diagonal da tabela.

A análise da classificação correta dos estudantes de teologia em cada um dos grupos (Tabela 8) mostra a capacidade da função analisada em discriminar eficazmente os dois grupos de preconceituosos com base nas variáveis investigadas. Com pode ser constatado, 68% dos casos foram classificados corretamente pela função.

3.3.2 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito que os Estudantes de Teologia Protestantes têm Contra Homossexuais

A Análise de Funções Discriminantes, aplicada à amostra de estudantes de teologia católicos, também mostra uma função que discrimina significativamente os grupos, autovalor = 0,10, Correlação Canônica = 0,30, $\Lambda = 0,91$, $\chi^2_9 = 18,81$, $p < 0,05$. Essa função revela uma representação um pouco diferente da verificada na amostra de estudantes de teologia católicos. Os protestantes também se posicionam frente à homossexualidade com base em uma representação social bipolar. Essa representação, diferentemente da apresentada pelos católicos, envolve todas as explicações estudadas. Como podem ser verificadas, as explicações ético-morais, religiosas e psicológicas se opõem às explicações psicossociais e biológicas. O posicionamento dos estudantes de teologia frente a essas explicações está relacionado com a sua pertença sócio-demográfica: os estudantes de teologia do sexo feminino e os com maior tempo de seminário explicam a homossexualidade com base em causas ético-morais, religiosas e psicológicas, discordando das explicações psicossociais e biológicas.

A análise da ancoragem social do tipo de preconceito dos estudantes de teologia protestantes também foi realizada através da relação entre as variáveis discriminantes e os grupos centróides. Essa análise mostra (Tabela 9) que os preconceituosos sutis tendem a atribuir explicações psicossociais e biológicas, rejeitando as ético-morais, religiosas e psicológicas. Esse grupo é constituído predominantemente por estudantes de teologia do sexo masculino e por aqueles com menor tempo de seminário. Por outro lado, os preconceituosos flagrantes, em oposição aos sutis, tendem a explicar a homossexualidade a partir de causas ético-

morais, religiosas e psicológicas, discordando das psicossociais e biológicas. Esse grupo é formado, sobretudo, por estudantes de teologia do sexo feminino e por aqueles com maior tempo de seminário.

Tabela 9. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem dos Grupos de Estudantes Protestantes (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.

	Matriz de Correlações
	Função 1
Dados Sociográficos:	
Sexo	0,23 **
Idade	0,01
Tempo de Seminário	0,19 **
Grau de Religiosidade	-0,12
Explicações da Homossexualidade:	
Religiosas	0,50 ***
Ético-Morais	0,68 ***
Psicológicas	0,18 **
Biológicas	-0,16 *
Psicossociais	-0,47 ***
Grupos de Estudantes:	
	Centróides
Preconceituosos Sutis (n = 21)	-0,93
Preconceituosos Flagrantes (n = 185)	0,11

Nota. Na variável sexo foram atribuídos os valores 0 (masculino) e 1 (feminino). A variável idade foi média em anos. O tempo de seminário varia de 1 a 20 anos. O grau de religiosidade varia de 1 (nada religioso) a 5 (extremamente religioso). As explicações da homossexualidade variam de 1 (discorda totalmente) a 7 (concorda totalmente). * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (Teste Unilateral).

A análise da classificação correta dos estudantes de teologia protestantes (Tabela 10) mostra a eficácia da função derivadas das variáveis utilizadas na análise. Essa análise revela que 90% dos casos foram classificados corretamente pela função. Verifica-se também que a função foi ligeiramente mais eficaz na definição do perfil dos flagrantes (99%) do que dos preconceituosos sutis (91%).

Tabela 10. Matriz de Classificação (*Confusion Matrix*) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra de Estudantes Protestantes.

		Classificação dos Casos	
	n	Sutis	Flagrantes
Sutis	21	91%	9%
Flagrantes	185	1%	99%

A Porcentagem Total de Casos Classificados Corretamente é Igual a 90%

Nota. A porcentagem de classificação correta para cada grupo está impressa na diagonal da tabela.

3.3.3 – Ancoragem Social do Tipo de Preconceito Contra Homossexuais

Finalmente, a última Função Discriminante (Tabela 11) aplicada considerou toda a amostra de seminarista tomando o tipo de seminário como uma variável independente na análise. A função discrimina significativamente os grupos, autovalor = 0,45, Correlação Canônica = 0,56, $\Lambda = 0,69$, $\chi^2_{10} = 134,65$, $p < 0,001$. Ela confirma que o posicionamento dos estudantes de teologia frente à homossexualidade é organizado por uma representação social bipolar. Neste caso, as explicações ético-morais e religiosas se opõem às explicações psicossociais e biológicas. Nota-se também que os estudantes de teologia católicos com maior tempo de seminário, ao contrário dos protestantes, explicam a homossexualidade

atribuindo causas psicossociais e biológicas, rejeitando as explicações ético-morais e religiosas. Os efeitos das outras variáveis demográficas são minimizados nessa análise.

Tabela 11. Resultados da Função Discriminante Utilizada na Análise da Ancoragem de Todos os Grupos de Estudantes (Sutis e Flagrantes) Definidos na Análise de Aglomerados.

	Matriz de Correlações
	Função 1
Dados Sociográficos:	
Sexo	-0,13
Idade	-0,05
Tipo de Seminário	0,74 ***
Tempo de Seminário	0,29 ***
Grau de Religiosidade	0,10
Explicações da Homossexualidade:	
Religiosas	-0,76 ***
Ético-Morais	-0,75 ***
Psicológicas	-0,08
Biológicas	0,27 ***
Psicossociais	0,60 ***
Grupos de Estudantes:	
	Centróides
Preconceituosos Sutis (n = 104)	1,07
Preconceituosos Flagrantes (n = 267)	-0,42

Nota. Na variável sexo foram atribuídos os valores 0 (masculino) e 1 (feminino). A variável idade foi media em anos. O tipo de seminário é representado pelos valores 1 (protestante) e 2 (católico). O tempo de seminário varia de 1 a 20 anos. O grau de religiosidade varia de 1 (nada religioso) a 5 (extremamente religioso). As explicações da homossexualidade variam de 1 (discorda totalmente) a 7 (concorda totalmente). * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (Teste Unilateral).

A ancoragem social, também constatada na relação entre os grupos centróides e as funções discriminantes, confirmam que, no geral, o grupo de preconceituosos sutis representa a homossexualidade a partir de explicações psicossociais e biológicas, opondo-se às explicações ético-morais e religiosas. Esse grupo é constituído mais por estudantes de teologia católicos com maior tempo de seminário. Já o grupo de preconceituosos flagrantes apresenta um perfil oposto ao dos preconceituosos sutis. Eles explicam a homossexualidade atribuindo explicações ético-morais e religiosas, enquanto rejeitam as explicações psicossociais e biológicas. Esse grupo é formado mais por estudantes de teologia protestantes do que por católicos.

Tabela 12. Matriz de Classificação (*Confusion Matrix*) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pela Função Discriminante Aplicada à Amostra Completa.

	Classificação dos Casos		
	n	Sutis	Flagrantes
Sutis	104	60%	40%
Flagrantes	267	12%	88%
A Porcentagem Total de Casos Classificados Corretamente é Igual a 80%			

Nota. A porcentagem de classificação correta para cada grupo está impressa na diagonal da tabela.

A análise da classificação correta dos estudantes de teologia em cada grupo (Tabela 12) mostra a eficácia da função derivada das variáveis utilizadas na análise. Como podem ser constatados, 80% dos estudantes de teologia foram classificados corretamente pela função, sendo que a maior porcentagem de casos corretamente definidos foi no grupo dos flagrantes (88%). Isto significa que apenas 12% dos

participantes identificados na Análise Hierarquia de Aglomerados apresentam o perfil dos preconceituosos sutis, enquanto que 40% dos classificados como sutis, apresentam o perfil representacional dos flagrantes.

Capítulo 4: Discussões

O papel da religião é paradoxal. Leva ao preconceito e dissolve o preconceito (Gordon Allport, 1954, p.413).

No estudo apresentado nesta dissertação foram utilizadas as idéias apresentadas por Lacerda e cols. (2002) e o modelo da análise quantitativa das representações sociais (Doise & cols., 1992) para analisar as representações que estudantes de teologia católicos e protestantes têm sobre a natureza da homossexualidade e como essas representações orientam o posicionamento desses estudantes frente aos homossexuais. A abordagem adotada utiliza os argumentos de Doise e cols. (ver também Spini & Doise, 1998) para minimizar a imprecisão conceitual que tanto tem sido criticada nos estudos que utilizam o conceito de representações sociais para explicar os fenômenos sociais (Jahoda, 1988; Potter & Litton, 1985) e para responder às críticas metodológica da Teoria das Representações Sociais (para uma revisão, ver Pereira & Soares, 2003). Isso foi possível a partir do modelo da análise quantitativa dessas representações que estuda o campo representacional, os princípios organizadores das diferenças interindividuais e o processo de ancoragem social.

Especificamente, no estudo apresentado, foram investigados os princípios organizadores das explicações dadas por estudantes de teologia para a homossexualidade e a relação entre esses princípios e a expressão do preconceito

flagrante e sutil contra os homossexuais. Adicionalmente, foram investigadas como a inserção social concreta, avaliada através das variáveis sociográficas, combina-se com as explicações da homossexualidade para ancorar o tipo de preconceito explicitado pelos estudantes. Ao analisar a integração entre variáveis relativas a pertencas sociais concretas e as explicações sobre a natureza da homossexualidade, esta dissertação está em concordância com as idéias de Pereira e cols (2003) de que os preconceitos contra grupos minoritários são resultados de representações que os grupos majoritários criaram sobre a natureza (positiva) de seu grupo e (negativa) do grupo alvo do preconceito. Segundo esses autores, as funções dessas representações são as de justificar as práticas sociais discriminatórias contra grupos minoritários para preservar a situação de dominação dos grupos majoritários. Essa perspectiva situa o estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais (Pereira & cols., 2003).

Neste sentido, a abordagem adotada aqui pode ser facilmente associada às perspectivas teóricas consideradas mais societais. Segundo Pereira e cols. (2003), essas abordagens destacam as lutas pelo poder que caracterizam as relações intergrupais. Nas relações de poder entre os grupos estaria a gênese de crenças e ideologias que justificam a percepção de diferenças essenciais entre os grupos (ver Camino, 1996, para uma análise mais sistemática). Em consonância com esses pressupostos, os estudos sobre os sistemas de justificação têm evidenciado a relação entre preconceito, ideologia, percepção de justiça social e legitimidade do contexto intergrupar (Jost & Kramer, 2002; Jost & Major, 2001). A idéia acrescentada nesta dissertação é a de que as explicações da homossexualidade funcionam como um sistema de justificação normativo que confere aos estudantes a possibilidade de discriminar e expressar atitudes hostis em relação aos homossexuais sem ameaçar a

percepção de que eles estariam executando ações para o bem-estar social, pois estariam ao serviço da vontade de Deus, quem é “Bom” por natureza. Nesse sentido, o estudo das concepções sobre a natureza da homossexualidade insere a análise do tema no quadro dos estudos que formam a perspectiva das representações sociais. Nessa perspectiva, o preconceito é estudado como sendo um fenômeno social que estaria ancorado em uma rede de representações sociais (Moscovici, 1978) que serviriam para justificar o preconceito e a discriminação (Pereira & cols., 2003). Foi a partir da idéia de estudar como as representações sobre a natureza dos grupos sociais justificam o preconceito e a discriminação dos grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002; Pereira & cols., 2003) que se decidiu investigar as representações sociais organizadas sobre o homossexualismo. Em outras palavras, procurou-se verificar se existem conhecimentos cotidianos relativamente organizados sobre a natureza do homossexualismo. O pressuposto básico era o de que o posicionamento dos grupos sociais em relação aos outros grupos é mediado pelas representações que esses grupos constroem sobre a natureza dos outros grupos (Pereira, Torres & Pereira, no prelo).

Neste sentido, a investigação proposta nesta dissertação analisa a pertença religiosa como variável importante ao estudar os tipos de explicações dadas ao homossexualismo. Com relação ao preconceito contra os homossexuais, tal como nos resultados obtidos por Lacerda e cols. (2002), os resultados das análises fatoriais mostram a validade do construto das escalas usadas para avaliar a rejeição de proximidade e a organização das emoções que os estudantes sentem em relação aos homossexuais. O argumento em favor da inclusão das emoções na análise do preconceito é o de que as relações intergrupais se organizam em torno de dimensões tanto cognitivas como emocionais (Leyens & Dardenne, 1996; Vala & cols., 1998).

A análise das emoções como indicadoras de preconceito foi realizada através da percepção de frequência com que os estudantes sentem emoções positivas e negativas em relação aos homossexuais. Essa idéia foi tomada emprestada dos estudos realizados por Pettigrew e Meertens (1995) que utilizam essa dimensão emocional para operacionalizar sua teoria sobre o preconceito sutil. Neste contexto, interessa saber inicialmente se estudantes dos seminários investigados percebem que expressam de forma coerente suas emoções em relação aos homossexuais.

Os resultados das análises fatoriais permitem considerar a valência das emoções (positivas vs. negativas) como princípios organizadores da percepção das emoções sentidas em relação aos homossexuais. Esses princípios representam uma forma de acesso à dimensão afetiva das atitudes preconceituosas. De fato, paradigmas clássicos têm destacado que o preconceito contra grupos minoritários contém um componente emocional (Allport, 1954; Dijker, 1987; Tajfel, 1982). O pressuposto básico é o de que o preconceito seria uma espécie de reação emocional negativa, que formaria os componentes motivacionais básicos do comportamento discriminatório em relação a membros de outros grupos (Smith, 1993).

A integração entre rejeição a relações de proximidade e a expressão de emoções positivas e negativas permitiu a identificação de dois grandes grupos de estudantes. De fato, os resultados da Análise Hierárquica de Aglomerados mostram, inicialmente, a existência de preconceito generalizado em relação aos homossexuais. Mesmo sendo generalizado o preconceito, os resultados mostram um certo grau de variabilidade entre os estudantes. Essa variabilidade permite classificá-los em dois grupos: preconceituosos sutis; preconceituosos flagrantes. Os estudantes que formam o grupo dos preconceituosos flagrantes apresentam níveis mais elevados de preconceito. De fato, seus posicionamentos são mais polarizados. Eles expressam

maior rejeição a relações de proximidade e sentem mais emoções negativas e menos positivas. O grupo de preconceituosos flagrantes embora apresente um grau relativamente moderado de rejeição à proximidade e expressem poucas emoções negativas, eles também não sentem emoções positivas. Como destacado por Lacerda e cols. (2002), esse grupo de indivíduos apresenta perfil semelhante àquelas pessoas que dizem que “não tenho nada contra os homossexuais” mas , também, não tem nada a favor. No contexto religioso, esse grupo pode representar aqueles que utilizam o discurso de que “não sente nada de mal em relação à pessoa homossexual, mas apenas não concordam com as práticas de manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo”. A tentativa de mascarar o preconceito e a hostilidade contra os homossexuais está na estratégia de dissociar o “comportamento homoerótico do autor do comportamento”. Esse raciocínio pode ser exemplificado nas palavras do arcebispo emérito do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales (2003) ao proferir que “possuir a tendência ao homossexualismo não significa algo ofensivo a Deus e aos homens. O pecado está no ato livremente praticado. A ofensa ao Senhor está em ceder a este impulso, pois não falta auxílio do Altíssimo a quem O procura, para observar a ordem moral por Ele estabelecida” (p.7).

Analisaram-se as diferenças entre flagrantes e sutis ao ser testada a hipótese de que a variabilidade entre eles seria derivada de representações sociais distintas sobre a natureza da homossexualidade. Esta análise revela padrões bem distintos de posicionamentos dos estudantes em relação aos homossexuais em função do tipo de seminário que participam. Em outras palavras, a pertença desses estudantes a esses grupos tem produzido níveis de preconceito diferenciado entre as duas categorias sociais investigadas. Essa análise revela que os protestantes claramente são mais flagrantes que os católicos na expressão do seu preconceito em relação aos

homossexuais. Os católicos, ao contrário, expressam esse preconceito de forma mais sutil. Mas o que explicaria essa diferença na expressão do preconceito entre os estudantes dessas duas categorias sociais? Uma hipótese explicativa, apoiada nas investigações desenvolvidas por Lacerda e cols. (2002) e Pereira e cols. (2003), é a de que as explicações que as duas categorias de estudantes atribuem à natureza da homossexualidade fundamentam seus níveis de preconceito contra os homossexuais. Em outras palavras, as variações no preconceito estarão moduladas pelas representações sociais ou pelo conhecimento cotidiano sobre a natureza da homossexualidade.

Neste sentido, o estudo apresentado pretende responder se há, de fato, relações entre as explicações dadas por estudantes de teologia católicos e protestantes para a homossexualidade e a classificação deles como preconceituosos sutis ou flagrantes. Os resultados mostraram que realmente as explicações da homossexualidade são as variáveis que melhor predizem essa classificação. A análise dessas explicações confirmou a hipótese geral de Lacerda e cols. (2002) de que as explicações estariam organizadas por cinco princípios: o biológico, fundamentado na idéia de que a homossexualidade seria uma doença provocada por distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional; o ético-moral, representado na crença de que a homossexualidade está relacionada com a falta de caráter, de respeito e de valores morais do sujeito; o religioso, que além de demarcar a influência ideológica da religião cristã na vida dos estudantes, coloca o homossexual como uma pessoa que não segue a palavra de Deus, que é fraca espiritual e religiosamente para resistir a tentações; o psicossocial, que organiza as crenças de que a homossexualidade não é doença e que deve ser compreendida em sua totalidade, pois se trata de uma orientação sexual como outra qualquer. Finalmente, o psicológico foi constituído

pela crença de que a homossexualidade está relacionada a traumas sexuais vividos na primeira infância. A análise da ancoragem social do tipo de preconceito dos estudantes foi realizada através da relação entre as variáveis discriminantes (as explicações da homossexualidade e os dados sociográficos) e os grupos centróides (Sutil ou Flagrante). Como podem ser constatados, os preconceituosos sutis tenderam a explicar a homossexualidade com base em causas psicossociais, ao passo que rejeitaram as causas ético-morais e religiosas. Além disso, o grupo de preconceituoso sutil foi formado, sobretudo, pelos estudantes católicas do sexo feminino, com idade mais elevada e com maior tempo de seminário. Por outro lado, os preconceituosos flagrantes mostraram um perfil oposto ao apresentado pelos sutis. Eles foram, sobretudo, protestantes que atribuíram explicações ético-morais e religiosas e tenderam a discordar das explicações psicossociais. Esse grupo foi formado pelos estudantes protestantes, do sexo masculino, com idade menos elevada e com maior tempo de seminário.

O interessante na integração entre variáveis sociográficas e preconceito é que sua influencia na classificação opera de forma diferente dependendo do tipo de seminário. Nos seminários católicos, as estudantes foram classificadas como menos flagrantes e mais sutis. Nos seminários protestantes, as mulheres foram mais flagrantes. Esse resultado parece ser central na compreensão do papel do sexo na expressão do preconceito. Ele mostrou que não há uma essência inerente aos homens ou as mulheres que os faz serem mais ou menos preconceituosos. Realmente, em alguns estudos, em que o contexto social não está ativado, as mulheres apresentam índices de preconceito inferiores aos dos homens (Hogan & Rentz, 1996; Brandyberry & MacNair, 1996). No estudo conduzido por Camino e Pereira (2000) sobre a aceitação da Resolução 001/99 do CFP (1999), em que um contexto social

específico é ativado, as professoras de psicologia que atuavam na área clínica apresentaram uma atitude negativa frente à Resolução. Já na investigação conduzida por Lacerda e cols. (2002), os maiores índices de preconceito contra homossexuais entre os homens, comparados às mulheres, foram explicados como uma das manifestações de uma sociedade machista que construiu uma imagem do homem como hierarquicamente superior à mulher, e cuja honra é ferida quando o indivíduo (macho) passa a adotar comportamentos percebidos como femininos. Segundo Lacerda e cols., é socialmente inaceitável que um sujeito do “grupo dominante”, assuma para si características do “grupo dominado”. Essa hipótese coloca a análise do preconceito contra homossexuais no quadro das relações de poder entre grupos. Especificamente, numa população em que a justificativa para a discriminação e o preconceito é fundamentada nas interpretações bíblicas. Em diversas passagens bíblicas pode-se observar a possibilidade de interpretações que permitem o comportamento “submisso” da mulher frente ao homem (Ef. 5; Cl. 3;1 Pe. 3).

Os protestantes também se posicionam frente à homossexualidade com base em uma representação social bipolar. Essa representação, diferentemente da apresentada pelos católicos, envolve todas as explicações estudadas. Como podem ser verificadas, as explicações ético-morais, religiosas e psicológicas se opõem às explicações psicossociais e biológicas. O posicionamento dos estudantes de teologia protestantes frente a essas explicações está relacionado com a sua pertença sócio-demográfica: os estudantes de teologia protestantes do sexo feminino e os com maior tempo de seminário explicam a homossexualidade com base em causas ético-morais, religiosas e psicológicas, discordando das explicações psicossociais e biológicas. Portanto, a esse respeito acredita-se que o presente trabalho trouxe novas contribuições. Mesmo assim, inúmeras reflexões ainda precisam ser feitas. Por

exemplo, qual seria o impacto, na população geral, das concepções amplamente difundidas pelas associações científicas (e.g, APA, CFP, etc) de que a homossexualidade é uma orientação sexual sem causa específica nas representações sociais da homossexualidade? Neste sentido, não só pesquisas que investiguem a construção dessas outras variáveis existentes na percepção do homossexualismo devem ser realizados, como também pesquisas que analisam as relações entre as representações da natureza do homossexualismo e os valores considerados ideais para a construção da sociedade e do papel dos indivíduos na construção da sociedade.

Finalmente, de um modo geral, os resultados do estudo apresentado oferecem fundamentos empíricos para a hipótese de que as representações que os grupos sociais constroem sobre a natureza dos outros grupos constituem os fundamentos para os posicionamentos preconceituosos contra grupos minoritários (Lacerda & cols., 2002). Tais resultados também tendem a confirmar os pressupostos psicossociais explicitados por Pereira e cols. (no prelo) num modelo sobre como as pertenças religiosas ancoram as representações sociais sobre a natureza da prostituição e como essas representações modulam o preconceito contra prostitutas. Os princípios psicossociais subjacentes nesse modelo são os de que os preconceitos que as pessoas expressam em relação aos grupos sociais minoritários são socialmente construídos nas pertenças concretas delas em grupos ou categoriais sociais (Camino, 1996). Além disso, ao situar o estudo das representações sociais no quadro das relações entre grupos e associá-las às identidades sociais o modelo atende a necessidade apontada por Vala (1996), quando ele estabeleceu que o estudo dessas representações deve reenviar o sujeito para “as pertenças sociais que ele próprio cria e para as atividades de comunicação daí decorrentes” (p. 145).

Referências

- Abbagnano, N. (1982). *História da Filosofia*. Lisboa: Presença.
- Abrieu, J.-C. (1989). L'étude expérimentale des représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 187-203). Paris: Presses Universitaires de France.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.
- Aldenderfer, M. S. & Blashfield, R. K. (1984). *Cluster Analysis*. Beverly Hills: Sage.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Álvarez, J. L. (1995). *Psicología social: Perspectivas teóricas y metodológicas*. Madrid: Siglo XXI.
- American Psychological Association (2003). Sexual orientation and mental health: Toward global perspectives on practice and policy. An International Meeting on Lesbian, Gay, and Bisexual Concerns in Psychology. [Relatório Final]. Retirado em 7 de Março de 2004, de [Http://www.apa.org/pi/lgbci/international.html](http://www.apa.org/pi/lgbci/international.html).
- Amorese, R. (2003). Revisitando o Projeto Suplicy. *Ultimato*, 36, 35-36.
- Augoustinos, M. & Reynolds, K. J. (2001). Prejudice, racism, and social psychology. In M. Augoustinos & K. J. Reynolds (Eds.). *Understanding prejudice, racism, and social conflict* (pp. 1-23). Londres: SAGE.

- Ausejo, R. P. S. (Org.). (1964). *Diccionario de la Biblia*. Barcelona: Herder.
- Barchifontaine, C. P. (1999). Ética e homossexualidade. *Mandrágora*, 5, 23-25.
- Barret, R. & Barzan, R. (1996). Spiritual experiences of gay men and lesbians. *Counseling and Values*, 41, 4-15.
- Berkhof, L. (2000). *Princípios de Interpretação Bíblica*. São Paulo: Editora Cultura Cristã.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions. Studies in rhetorical psychology*. London: Sage.
- Brandyberry, L. J., & MacNair, R. R. (1996). The content and function of attitudes toward AIDS. *Journal of College Student Development*, 37, 335-346.
- Brash, A. (1998). *Encarando nossas diferenças: as Igrejas e seus membros homossexuais*. São Leopoldo: Sinodal.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R. (1996). Intergroup relations. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Stephenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: A european perspective* (pp. 530-561). Oxford: Blackwell Publishers.
- Browser, B. P. (1995). Introduction: the global community, racism and anti-racism. Em B. P. Browser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective*. Londres: Sage.
- Cairns, E. E. (1995) *O cristianismo através dos séculos: Uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova.

- Camino, L. & Pereira, C. (2000). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. *Revista Perfil*.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Candelori, R. (2002). Atualidades: George W. Bush e o combate aos países do "eixo do mal". *Folha OnLine*. Retirado em 10 de Maio de 2004, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u8593.shtml>.
- Catonné, J. P. (1994). *A sexualidade, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez.
- Cavalcante, R.(1992). *Libertação e Sexualidade*. São Paulo: Temática Publicações.
- Cavalcanti, R. (2003). A questão homossexual. *Ultimato*, 36, 42-43.
- César, E. M. L. (2003). Relações sexuais fora da Lei. *Ultimato*, 36, 23-27.
- Chauí, M. (1995). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Collins, G. R. (1999). *Aconselhamento Cristão*. São Paulo: Vida Nova.
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução 001/99 de 22 de março de 1999*.

Retirado em 1 de Julho de 2004, de http://200.199.243.195/legislacao/pdf/resolucao1999_001.pdf

Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.

Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.

Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.

Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelles: De Boeck.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.

Doise, W. (1986). Les représentations sociales: Définition d' un concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L' étude des représentations sociales* (pp. 81-94). Paris: Delachaux e Niestlé.

Doise, W. (1992). L'ancrage dans les étude sur les représentations sociales. *Bulletin de psychology*. 45, 198-195.

Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill, & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations*. (pp. 157-170) Londres: Academic Press.

Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

- Dollard, J., Doob, L., Miller, N. Mowrer, O. & Sears, R. (1939). *Frustration and aggression*. New York: Yale University Press.
- Domínguez, A. (1999). Crônica : o ouro e o bandido. *Mandrágora*, 5, 26-29.
- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The *implications* of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Org.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Durkheim, E. (1978). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril.
- Eliade, M. & Couliano, I. P. (1993). *Dicionário das Religiões*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fernandes, A. T. (2001). *Formas de vida religiosa nas sociedades contemporâneas*. Oeiras: Celta.
- Ferriols, B. C. (2003). *El prejuicio hacia las minorias: El caso de los gitanos*. Tese de Doutorado Não Publicada. Faculdade de Psicologia, Universidade de Valência, Valência: Espanha.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Folha de São Paulo (2001, Outubro 5). "Fracassaremos", diz o presidente Bush em nova gafe. *Folha OnLine*. Retirado em 10 de Maio de 2004, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u30437.shl>
- Foucault, M. (1984). *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

- Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Garupe, L. F. P. (1999). O pecado silencioso. *Mandrágora*, 5, 30-33.
- Gerstenberger, E. S. (1999). Devem eles e elas morrer? Homossexualidade no Antigo Testamento e no Oriente Médio Antigo. *Mandrágora*, 5, 73-88.
- Halman, L. & Moor, R. (1994). Individualización y cambio de valores en Europa y Norteamérica. Em J. D. Nicolas & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 29-62). Madrid: Fundesco.
- Harris, R. L (1998). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova.
- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), *Social identity theory: Constructive and critical advances* (pp. 119-143). New York: Harvester.
- Heckert, U. (2003). Homossexualidade: aceitação e mudança. *Ultimato*, 36, 29-32.
- Hellern, V., Notaker, H. & Gaarder, J. (2001). *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hogan, T., & Rentz, A., L. (1996). Homophobia in the academy. *Journal of College*

- Student Developmente*, 37, 309-314.
- Horowitz, D. L. (1973). Direct, displaced and cumulative ethnic aggression. *Comparative Politics*, 6, 1-16.
- Hovland, C. I. & Sears, R. R. (1940). Minor studies in aggression VI: Correlation of lynching with economic indices. *Journal of Personality*, 9, 301-310.
- Hunsberger, B. (1996). Religious fundamentalism, right-wing authoritarianism and hostility toward homosexuals in non-Christian religious groups. *International Journal for the Psychology of Religion*, 6, 39-49.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Censo Demográfico – 2000. Retirado em 7 de Março de 2004, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/primeiros_resultados_amostra/brasil/pdf/tabela_1_1_2.pdf.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*. 18, 198-209.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Jost, J. T. & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J. T. & Kramer, R. M. (2002). The system Justification motive in intergroup relations. Em: D. M. Mackie & E. R. Smith (Org.). *From prejudice to intergroup*

- emotions: Differentiated reactions to social groups.* (pp.227-245). Nova York: Psychology Press.
- Jost, T. J. & Major, B. (2001). Emerging perspectives on the psychology of legitimacy. Em: T. J. Jost & B. Major (Orgs.). *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 3-30). New York: Cambridge University Press.
- Justino, R. A. (2003). Os movimentos pró-gay e neonazista. *Ultimato*, 36, 32-34.
- Kaiser Jr, W. C. & Silva. M. (2002). *Introdução à Hermenêutica Bíblica*. São Paulo: Editora Cultura Cristã.
- Katz, I & Hass, R. G. (1988). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Klecka, W. R. (1980). *Discriminant analysis*. Beverly Hills: Sage.
- Küng, H. (1999). *Os grandes pensadores do cristianismo*. Lisboa: Presença.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre o preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

- Lepore, L. & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-287.
- LeVine, R. A. & Campbell, D. T. (1972). *Ethnocentrism: Theories of conflict, ethnic attitudes and group behaviour*. Nova York: John Wiley.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognitions. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Stephenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: A european perspective* (pp. 109-134). Oxford: Blackwell Publishers.
- Lima, M. E. (2002). *Normas Sociais e Racismo: efeitos do individualismo méritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de doutorado não publicada. Departamento de Psicologia Social e Organizacional, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa: Portugal.
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Malafaia, S. (2003). *O cristão e a sexualidade*. Rio de Janeiro: Central Gospel.
- Marra, C. A. B. (2002). *O catecismo maior de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Síntesis.
- Matos, A. S. (2003). A homossexualidade no ocidente: uma perspectiva histórica. *Ultimato*, 36, 50-51.
- Mazzeiro, J. B. (1998). Sexualidade criminalizada: Prostituição, lenocídio e outros delitos – São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História*, 18, 247-285.

- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). Será o racismo sutil mesmo racismo? Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 11-29). Oeiras: Celta.
- Miller, N. E. (1948). Theory and experiment relating psychoanalytic displacement to stimulus-response generalization. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43, 155-178.
- Monteiro, M. B. (2000). Conflito e negociação entre grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Org.), *Psicologia Social* (4ª ed., pp. 411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: University Press.
- Mott, L. (1994). A sexualidade no Brasil Colonial. *Diário Oficial Leitura*. Imprensa Oficial de São Paulo, n. 12, v. 141, fevereiro 1994, p 703-738.
- Mott, L. (1999). A igreja e a questão homossexual no Brasil. *Mandrágora*, 5, 37-41.
- Mullett, M. (1985). *A contra-reforma*. Lisboa: Gradiva.
- Myers, D. G. (2000). *Psicologia social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Oakes, P., Haslem, S. A. & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*.

- Oxford: Blackwell.
- Oliveira, D. D., Lima, R. B. & Santos, S. A. (1999). A cor do medo: O medo da cor. Em D. D. Oliveira, E. C. Geraldês, R. B. Lima & S. A. Santos (Orgs), *A cor do medo* (pp. 37-60). Brasília: UNB.
- Oliveira, J. (2000). *Bíblia apologética*. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.
- Oliveira, W. T. (2003). Qual é o nosso alvo? *Ultimato*, 36, 40-41.
- Outhwaite, W. & Bottomore, T. (1993). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Palmonari, A. & Doise, W. (1986). Caractéristiques des représentations sociales. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.). *L' étude des représentations sociales* (pp. 12-33). Paris: Delachaux e Niestlé.
- Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 447-460.
- Pereira, C. & Soares, A. (2003). Reflexões acerca da perspectiva das representações sociais. *Estudos*, 30 (1), 61-84.
- Pereira, C., Torres, A. R. & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 95-107.
- Pereira, C., Torres, A. R. & Pereira, A. S. (no prelo). Representações sociais da

- prostituição e preconceito contra as prostitutas. Em M. E. Lima (Org.), *Estereótipos, preconceito e discriminação*.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2000). *Análise de dados para ciências sociais: a complementariade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílado.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology, 25*, 57-75.
- Pettigrew, T.F. (1958). Personality and social-cultural factors in intergroup attitudes: a cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution, 2*, 29-42.
- Piazza, V. O. (1977). *Religiões da humanidade*. São Paulo: Edições Loyola.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology, 24*, 81-90.
- Radkowsky, M., & Siegel, L. J. (1997). The gay adolescent: stressors, adaptations, and psychosocial interventions. *Clinical Psychology Review, 17*, 191-216.
- Rega, L. S. (1999). *Noções do grego bíblico*. São Paulo: Nova Vida.
- Reich, W. (1978). *Encyclopedia of bioethics*. (Vol. 2). Collier: Macmillan.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa.
- Rodrigues, A, Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (2000). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Rodríguez, P. (2001). *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica: uma análise das graves contradições da Bíblia e de como esta foi manipulada em proveito da Igreja*. Lisboa: Terramar.

- Roese, A. (1999). Deus escolheu as cousas loucas... para envergonhar as fortes. *Mandrágora*, 5, 49-60.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Rollet, J. (2001). *Religião e política: o cristianismo, o islão, a Democracia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sá, C. P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Sales, E. A. (2003, 19 de Julho). A homossexualidade na visão da Igreja. *O Globo*, 25559, 7.
- Santos, V. S. (2003). Uma perspectiva cristã sobre a homossexualidade. *Fides Reformata*, 8, 99-132.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Schwarcs, L. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartzman (2003, Agosto 14). O sacerdote gay. *Folha de São Paulo*, Retirado em 27 de Março de 2004, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult510u110.shtml>
- Secco, A. (2003, 1 de Outubro). Pregador reacionário: as idéias do pastor que passa

- três horas por dia pregando na TV sua interpretação para lá de conservadora da Bíblia. *Veja*, 1822, 11-15.
- Sherif, M., Hervey, J. O., White, J. Hood, W. & Sherif, E. (1961). *The robbers cave experiment: Inter-group conflict and cooperation*. Middletown: University Press.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Snowden Jr., F. M. (1995). Europe's oldest chapter in the history of black-white relations. Em B. P. Bowser (Org.), *Racism and anti-Racism in world perspective* (pp. 3-26). Londres: SAGE.
- Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Sproul, R. C. (1999). *Bíblia de estudo de Genebra*. São Paulo: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil.
- Stamps, D. C. (1995) *Bíblia de estudo pentecostal*. Deerfield: Casa Publicadora das Assembléias de Deus.
- Stouffer, S. A., Suchman, L.A., DeVinney, L. C., Star, S. A. & Williams, R. M. (1949). *The American soldier*. Nova Iorque: Priceton University Press.

- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (1996). *Using multivariate statistics*. New York: Harper e Row.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social groups* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Taylor, W. C. (1965). *Dicionário do Novo Testamento Grego*. Rio de Janeiro: JUERP.
- Tomita, L. E. (1999). Alguns pontos para reflexão no debate ético-teológico sobre a homossexualidade. *Mandrágora*, 5, 11-22.
- Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *O Conhecimento do outro e a construção da realidade social* (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.

Vlahcou, A. (2004, Março 27). "Ave Maria" vai mudar em nova Bíblia, diz livro.

Folha de São Paulo, Retirado em 27 de Março de 2004, de

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u30090.shtml>.

Ward, J. H. (1963). Hierarchical grouping to optimize an objective function. *Journal*

American Association, 58, 236-244.

Anexos



Anexo A. Questionário Aplicado aos Estudantes Protestantes.**PESQUISA SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS**

Prezado(a) Estudante:

Este estudo pretende avaliar quais são as opiniões dos estudantes de teologia sobre questões relacionadas ao preconceito contra os homossexuais. Lembramos que não existem respostas erradas, pois o que nos interessa é sua opinião pessoal sobre esses temas. Na certeza de poder contar com sua colaboração, agradecemos antecipadamente.

Gênero: [1] Masculino; [2] Feminino

Sua Idade _____

Tempo de Seminário (em anos): _____

Qual o seu grau de religiosidade (Circule o número correspondente à sua religiosidade):

Nada	Pouquíssimo	Pouco	Moderadamente		Muito	Muitíssimo
Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	Religioso
1	2	3	4	5	6	7

01 – Gostaríamos de saber o seu grau de concordância com cada uma das afirmações abaixo sobre a homossexualidade. Indique, por favor, o quanto você concorda com cada afirmação circulando o número correspondente à sua opinião, sendo que quanto maior for o número maior será o seu grau de concordância com a afirmação.

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Muito	Concordo totalmente
01 - As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunções hormonais	1	2	3	4	5	6	7
02 - As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus	1	2	3	4	5	6	7
03 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito.....	1	2	3	4	5	6	7
04 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na infância.....	1	2	3	4	5	6	7
05 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa característica das sociedades atuais.....	1	2	3	4	5	6	7
06 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários.....	1	2	3	4	5	6	7
07 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a situações traumáticas vividas na infância.....	1	2	3	4	5	6	7
08 - As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica, pois a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer.....	1	2	3	4	5	6	7

- 09 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à problemas biológicos..... 1 2 3 4 5 6 7
- 10 - As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade..... 1 2 3 4 5 6 7
- 11 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais..... 1 2 3 4 5 6 7
- 12 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual para resistir a tentações..... 1 2 3 4 5 6 7
- 13 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter. 1 2 3 4 5 6 7
- 14 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito..... 1 2 3 4 5 6 7
- 15 - As causas da homossexualidade não podem ser especificadas, pois ela não constitui doença, nem distúrbio nem perversão..... 1 2 3 4 5 6 7
-

02 – Responda o quanto você se sente ou se sentiria constrangido nas seguintes situações. Circule o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais você se sentiria constrangido com a situação.

	Nada Constrangido	Pouquíssimo Constrangido	Pouco Constrangido	Moderadamente	Constrangido	Muito Constrangido	Muitíssimo Constrangido
01 – Ter um homossexual, com as competências profissionais adequadas, como seu chefe no trabalho	1	2	3	4	5	6	7
02 – Ter um homossexual como seu colega de trabalho.....	1	2	3	4	5	6	7
03 – Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.....	1	2	3	4	5	6	7
04 – Ver casais homossexuais namorando.....	1	2	3	4	5	6	7
05 – Ter um filho (a) homossexual.....	1	2	3	4	5	6	7
06 – Saber que o pastor de sua igreja é homossexual	1	2	3	4	5	6	7
07 – Saber que a esposa do pastor de sua igreja é homossexual.....	1	2	3	4	5	6	7
08 – Se um membro de sua igreja fosse homossexual assumido	1	2	3	4	5	6	7
09 – Se um filho (a) seu tivesse amizades com homossexuais.....	1	2	3	4	5	6	7
10 – Morar com homossexuais assumidos.	1	2	3	4	5	6	7

03 – Com que frequência você sente as seguintes emoções com relação a homossexuais? Circule o número correspondente ao quanto você sente cada emoção. Quanto maior for o número, mais frequente é a emoção.

	Nunca	Raramente	Poucas Vezes	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Frequentemente	Sempre
01 – Admiração.....	1	2	3	4	5	6	7
02 – Nojo.....	1	2	3	4	5	6	7
03 – Raiva.....	1	2	3	4	5	6	7
04 – Desprezo.....	1	2	3	4	5	6	7
05 – Satisfação	1	2	3	4	5	6	7
06 – Felicidade	1	2	3	4	5	6	7

Muito Obrigado pela Colaboração

Anexo B. Questionário Aplicado aos Estudantes Católicos.**PESQUISA SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS**

 Prezado(a) Estudante:

Este estudo pretende avaliar quais são as opiniões dos estudantes de teologia sobre questões relacionadas ao preconceito contra os homossexuais. Lembramos que não existem respostas erradas, pois o que nos interessa é sua opinião pessoal sobre esses temas. Na certeza de poder contar com sua colaboração, agradecemos antecipadamente.

Gênero: [1] Masculino; [2] Feminino

Sua Idade _____

Tempo de Seminário (em anos): _____

Qual o seu grau de religiosidade (Circule o número correspondente à sua religiosidade):

Nada	Pouquíssimo	Pouco	Moderadamente	Muito	Muitíssimo	
Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	Religioso	
1	2	3	4	5	6	7

01 – Gostaríamos de saber o seu grau de concordância com cada uma das afirmações abaixo sobre a homossexualidade. Indique, por favor, o quanto você concorda com cada afirmação circulando o número correspondente à sua opinião, sendo que quanto maior for o número maior será o seu grau de concordância com a afirmação.

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Muito	Concordo totalmente
01 - As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunções hormonais	1	2	3	4	5	6	7
02 - As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus	1	2	3	4	5	6	7
03 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito.....	1	2	3	4	5	6	7
04 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na infância.....	1	2	3	4	5	6	7
05 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa característica das sociedades atuais.....	1	2	3	4	5	6	7
06 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários.....	1	2	3	4	5	6	7
07 - As causas da homossexualidade estão relacionadas a situações traumáticas vividas na infância.....	1	2	3	4	5	6	7
08 - As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica, pois a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer.....	1	2	3	4	5	6	7

- 09 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à problemas biológicos..... 1 2 3 4 5 6 7
- 10 - As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade..... 1 2 3 4 5 6 7
- 11 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais..... 1 2 3 4 5 6 7
- 12 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual para resistir a tentações..... 1 2 3 4 5 6 7
- 13 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter. 1 2 3 4 5 6 7
- 14 - As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito..... 1 2 3 4 5 6 7
- 15 - As causas da homossexualidade não podem ser especificadas, pois ela não constitui doença, nem distúrbio nem perversão..... 1 2 3 4 5 6 7
-

02 – Responda o quanto você se sente ou se sentiria constrangido nas seguintes situações. Circule o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais você se sentiria constrangido com a situação.

	Nada Constrangido	Pouquíssimo Constrangido	Pouco Constrangido	Moderadamente	Constrangido	Muito Constrangido	Muitíssimo Constrangido
01 – Ter um homossexual, com as competências profissionais adequadas, como seu chefe no trabalho	1	2	3	4	5	6	7
02 – Ter um homossexual como seu colega de trabalho.....	1	2	3	4	5	6	7
03 – Ter amigos que sejam homossexuais assumidos.....	1	2	3	4	5	6	7
04 – Ver casais homossexuais namorando.....	1	2	3	4	5	6	7
05 – Ter (caso tivesse) um filho (a) homossexual.....	1	2	3	4	5	6	7
06 – Saber que o vigário de sua igreja é homossexual	1	2	3	4	5	6	7
07 – Saber que o vigário de sua igreja é homossexual.....	1	2	3	4	5	6	7
08 – Se um membro de sua igreja fosse homossexual assumido	1	2	3	4	5	6	7
09 – Caso você viesse a ter filho, saber que ele tem amizades com homossexuais.	1	2	3	4	5	6	7
10 – Morar com homossexuais assumidos.	1	2	3	4	5	6	7

03 – Com que frequência você sente as seguintes emoções com relação a homossexuais? Circule o número correspondente ao quanto você sente cada emoção. Quanto maior for o número, mais frequente é a emoção.

	Nunca	Raramente	Poucas Vezes	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Frequentemente	Sempre
01 – Admiração.....	1	2	3	4	5	6	7
02 – Nojo.....	1	2	3	4	5	6	7
03 – Raiva.....	1	2	3	4	5	6	7
04 – Desprezo.....	1	2	3	4	5	6	7
05 – Satisfação	1	2	3	4	5	6	7
06 – Felicidade	1	2	3	4	5	6	7

Muito Obrigado pela Colaboração